

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (UNIARP)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E INDISCIPLINA ESTUDANTIL

CAÇADOR, SC

2018

SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E INDISCIPLINA ESTUDANTIL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Básica, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Orientador: Prof. Dr. Ludimar Pegoraro

CAÇADOR, SC

2018

Catálogo Fonte, elaborada pela Bibliotecária: Célia De Marco / CRB14-692 da
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador – SC.

F216r

Fantinel, Sirley Antunes Moreira

Reflexões sobre gestão democrática e indisciplina estudantil. / Sirley Antunes
Moreira Fantinel. Caçador, SC. Eduniarp, 2018.

134f

Orientador: Prof. Dr. Ludimar Pegoraro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação
Básica, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, da
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

1. Educação Básica.2. Gestão Democrática.3. Indisciplina. 4. Educandos I.
Pegoraro, Ludimar. II TÍTULO.

CDD: 370

SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E INDISCIPLINA ESTUDANTIL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Profissional em Educação Básica, Linha de Pesquisa Políticas públicas e gestão da educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Ludimar Pegoraro (UNIARP)
(Presidente da Banca/ Orientador)

Dr. Kleber Prado Filho (UNIARP)
(Avaliador do Programa)

Dra. Marina Patrício de Arruda (UNIPLAC)
(Avaliador Externo)

Caçador, SC, ____ de _____ de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais, Juvenal e Itelvina (*in memoriam*), pela minha existência.

A meu esposo Valdir, pelo incentivo para realizar meus objetivos.

Aos meus lindos filhos Natália, Jhonatan e Luiz Henrique, pela paciência, apoio e compreensão que tiveram comigo, durante o decorrer desse tempo em que precisei me ausentar para poder realizar esse trabalho de pesquisa.

Aos meus netos, Maria Isabella e Luiz Augusto, os quais são dádivas divinas em minha vida, amo imensamente.

Ao meu genro Henrique e minha nora Bruna, sempre presentes e apoiando quando deles precisava.

AGRADECIMENTOS

Minha imensa gratidão a Deus, que me premiou com o dom da vida e da inteligência, para que pudesse adquirir forças para crescer e progredir.

Aos meus pais, pela minha existência, pela confiança em mim depositada e, principalmente, pelo apoio, amor e compreensão em mais uma etapa realizada.

Em especial a minha família, meu esposo Valdir e meus lindos filhos, Natália, Jhonatan e Luiz Henrique; aos meus netos Maria Isabella e Luiz Augusto; ao meu genro Luiz Henrique e minha nora Bruna, que não mediram esforços e não negaram amor e compreensão para a realização deste trabalho.

A Cleide T. Trombetta Savian, uma pessoa muito especial, a qual também contribuiu grandemente para a revisão e realização desse trabalho.

A todos os professores pelo trabalho de orientação, imprescindível na minha vida, quanto ao incentivo no desenvolvimento desse trabalho.

A professora Marialva Moog Pinto, excelente profissional, pela orientação, incentivo e amizade.

Ao professor Ezequiel Theodoro da Silva, pela atenção e orientação no decorrer da elaboração do trabalho.

A todos aqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente para que pudesse transformar meus ideais em realizações.

A Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, a direção e toda a comunidade escolar que abriram as portas para que fosse possível realizar essa pesquisa e desenvolver a intervenção.

Não posso deixar de agradecer em especial ao professor Orientador professor Ludimar Pegoraro, pelo trabalho de orientação, leitura e acompanhamento em toda pesquisa realizada.

É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.

(Immanuel Kant)

RESUMO

Esta dissertação tematiza reflexões sobre gestão democrática e indisciplina estudantil. A indisciplina, o desinteresse e a falta de atenção por parte do aluno podem ser indicadores de que algo não está certo com a família, com a unidade escolar, com o professor ou com o próprio educando. A problemática indaga: como a gestão democrática de uma escola localizada em Fraiburgo - SC pode contribuir para o enfrentamento da complexidade dos conflitos, consubstanciados em atos de indisciplina pelos educandos? O objetivo geral que norteou este estudo foi verificar de que forma(s) a gestão democrática de uma escola pública, pode enfrentar a ocorrência de atos de indisciplina dos educandos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo e pesquisa-ação. O primeiro capítulo refere-se ao estudo bibliográfico sobre a gestão escolar, escola, família e sociedade, bem como a coordenação pedagógica e participação dos professores. O segundo apresenta a problemática da indisciplina estudantil, os pais e os profissionais da educação. No terceiro apresenta-se a análise do PPP, Regimento Interno e registro de ocorrências de indisciplina da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, bem como a intervenção pedagógica realizada, com palestras e sugestões, também, análise da pesquisa de campo com os diretores, professores e alunos professores do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério. A pesquisa revelou as causas mais frequentes da indisciplina na escola: alunos sem materiais, não fazem tarefas, não entregam trabalhos, faltosos, cabulam aula, seguidos de atitudes de agressividade contra colegas profissionais. Os resultados indicaram que os diretores e professores são profissionais competentes na área e procuram assegurar aos alunos e aos pais que a escola está prestando um serviço educativo de máxima qualidade. Conclui-se que o PPP proporciona todo embasamento, normatização e regras inseridas no Regimento Interno da Instituição, direcionando as ações previstas como direitos e deveres de todos os segmentos da comunidade escolar. Desta forma, a gestão democrática poderá ajudar na solução dos conflitos porque as medidas democráticas na construção de regras e nas tomadas de decisão são um conjunto; ou seja, a união dos esforços de todos os que estão envolvidos no trabalho pedagógico: escola, família e alunos.

Palavras-chave: Educação Básica. Gestão Democrática. Indisciplina. Educandos.

ABSTRACT

This dissertation thematizes reflections on democratic management and student indiscipline. Discipline, lack of interest, and lack of attention on the part of the student can be indicators that something is not right with the family, the school unit, the teacher or the student himself. The problematic asks how the democratic management of a school located in Fraiburgo - SC can contribute to the confrontation of the complexity of the conflicts, consubstantiated in acts of indiscipline by the students? The general objective of this study was to verify how the democratic management of a public school can face the occurrence of acts of indiscipline of students. It is a qualitative research with an interpretive and action-research character. The first chapter refers to the bibliographic study about school management, school, family and society, as well as pedagogical coordination and teacher participation. The second presents the problem of student indiscipline, parents and education professionals. The third part presents the analysis of the PPP, internal regulation and record of indiscipline occurrences of the School of Basic Education Gonçalves Dias, as well as the pedagogical intervention, as a talk and suggestions and the analysis of the field research with the directors, teachers and students teachers of the Vocational Technician Course of the Magisterium. The research revealed the most frequent causes of indiscipline in the school: students without materials, do not do tasks, do not deliver work, defaulters, class, followed by attitudes of aggression against professional colleagues. The results indicated that principals and teachers are competent professionals in the field and seek to assure students and parents that the school is providing a high quality educational service. It is concluded that the PPP provides all basis, normatization and rules inserted in the Internal Regulation of the Institution, directing the actions envisaged as rights and duties of all segments of the school community. In this way, democratic management can help in the resolution of conflicts because democratic measures in the construction of rules and in decision-making are joint, that is, the union of the efforts of all those involved in the pedagogical work: school, family and students.

Keywords: Basic Education. Democratic management. Indiscipline. Educandos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Registros de ocorrências de indisciplina no Ensino Médio – fevereiro a novembro de 2017	61
Gráfico 1 – Mínima interrupção na organização de eventos escolares e assuntos administrativos	68
Gráfico 2 – Pontualidade dos professores ao começar e terminar as aulas	69
Gráfico 3 – Interrupção de aula pela ausência de professores	69
Gráfico 4 – Existência de normas em relação a atrasos e faltas de professores e alunos	70
Gráfico 5 – Estímulo, pelos professores, da curiosidade e interesse dos alunos..	71
Gráfico 6 – Regras e procedimentos disciplinares são conhecidos por todos	71
Gráfico 7 – Definição de indisciplina pelos diretores	72
Gráfico 8 – Idade correta para estabelecer limites para uma criança	72
Gráfico 9 – Forma de ajuda dos pais à escola no combate à indisciplina	73
Gráfico 10 – Formas de resolução dos problemas de indisciplina	74
Gráfico 11 – Satisfação com a profissão de professor	75
Gráfico 12 – Tempo que estão lecionando	76
Gráfico 13 – Participação em formação continuada e melhoria da prática em sala de aula	76
Gráfico 14 – Horas-aula ministradas por semana	77
Gráfico 15 – Horas semanais dedicadas ao planejamento das aulas	77
Gráfico 16 – Programação de atividades desafiadoras variadas	78
Gráfico 17 – Definição de indisciplina	79
Gráfico 18 – Idade correta para estabelecer limites a uma criança	80
Gráfico 19 – Forma que os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina	81
Gráfico 20 – Atenção adequada da direção à aprendizagem dos alunos	82
Gráfico 21 – Satisfação com a profissão de professor	84
Gráfico 22 – Tempo que estão lecionando	84
Gráfico 23 – Participação em formação continuada e melhoria da prática em sala de aula	85
Gráfico 24 – Horas-aula ministradas por semana	85
Gráfico 25 – Horas semanais dedicadas ao planejamento das aulas	86
Gráfico 26 – Programação de atividades desafiadoras variadas	86
Gráfico 27 – Definição de indisciplina	87
Gráfico 28 – Idade correta para estabelecer limites a uma criança	88
Gráfico 29 – Forma que os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina	88
Gráfico 30 – Atenção adequada da direção à aprendizagem dos alunos	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 GESTÃO ESCOLAR: ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE	15
1.1 ESCOLA-FAMÍLIA	15
1.2 ESCOLA E SOCIEDADE	18
1.3 GESTÃO ESCOLAR – A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE	24
1.1.1 Coordenação Pedagógica	30
1.1.2 A Participação dos Professores	35
2 A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA ESTUDANTIL, OS PAIS E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	41
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO PPP, REGIMENTO INTERNO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS.	53
3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS	53
3.2 APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS	57
3.3 REGIMENTO INTERNO DA INSTITUIÇÃO	58
3.3.1 Normas e Regras de Convivência para o Corpo Discente da “EEB Gonçalves Dias” – uma Listagem	59
3.4 LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS	61
3.5 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: PALESTRA E SUGESTÕES	64
3.6 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	68
3.6.1 Questionário aos Diretores	68
3.6.1.1 Análise	74
3.6.2 Questionário aos Professores	75
3.6.2.1 Análise	82
3.6.3 Questionário aos Alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério	83
3.6.3.1 Análise	90
CONSIDERAÇÕES	91
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	109
ANEXO	115

INTRODUÇÃO

A presente investigação tematiza a relação entre a gestão democrática da escola e possíveis ocorrências de indisciplina no intuito de colocar em prática intervenções e, ao mesmo tempo, recomendações a destinatários diversos (gestores, professores e alunos).

Foram tecidas considerações sobre a indisciplina, baixa renda e trabalho sazonal, situação socioeconômica, sobre quais problemas sociais atingem as famílias, a situação no ambiente familiar, o papel das instituições e da escola frente à indisciplina, suas consequências, buscando caminhos para resgatar a infância e a adolescência.

A indisciplina, o desinteresse e a falta de atenção por parte do aluno podem ser indicadores de que algo não está certo com a família, com a unidade escolar, com o professor ou com o próprio educando. A falta de preparo por parte de alguns dos muitos profissionais de Educação em motivar os alunos, elevar a autoestima, despertar o interesse e gosto pelo ensino constitui um problema que afeta diretamente as unidades escolares, podendo gerar conflitos entre educandos e os professores ou funcionários de uma unidade escolar.

Desta forma pergunta-se: Como a gestão democrática de uma escola localizada em Fraiburgo - SC pode contribuir para o enfrentamento da complexidade dos conflitos, consubstanciados em atos de indisciplina pelos educandos?

Vale reiterar o objetivo geral que norteou este estudo foi verificar de que forma(s) a gestão democrática de uma escola pública, pode enfrentar a ocorrência de atos de indisciplina dos educandos.

Mais especificamente, ainda no que se refere aos propósitos desta pesquisa, buscou-se estudar aspectos teóricos relacionados à gestão democrática escolar; aprofundar os conceitos de disciplina e de indisciplina; pesquisar de que maneira(s) o Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da escola abordam o fenômeno da indisciplina; identificar e caracterizar as causas mais frequentes da indisciplina na escola através do Livro de Registro de ocorrências; planejar e executar ações de gestão democrática que conduzissem à diminuição de casos de indisciplina na escola.

Ao invés de mirar somente dados quantitativos, pretendeu-se aqui analisar razões ou porquês desses casos à luz de uma pesquisa qualitativa de cunho

interpretativo; conforme Minayo (2001, p. 14), esse tipo de pesquisa "trabalha como universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis".

Assim, focando tangencialmente a quantidade de casos de indisciplina no contexto escolar, deseja-se isolar sentidos e motivos que possam apontar raízes da questão ou a razão de ser dos fatos - ou fatores - que se conjugam para conduzir os estudantes à indisciplina na sala de aula e/ou na escola como um todo. Além de técnicas estatísticas utilizadas onde necessário, a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2009), será adotada para constatar a presença ou a ausência da preocupação com a indisciplina no projeto político-pedagógico e no regimento de uma escola pública de Fraiburgo (SC).

A promoção de reflexões e esclarecimentos sobre a indisciplina certamente estimulará a equipe pedagógica a pensar sobre sua própria postura, refletindo de que forma a gestão democrática, amparada no PPP e outros documentos oficiais da escola, poderá prevenir, reduzir ou reduzir os casos mais contundentes. Fundamentando-nos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2006), buscamos refletir sobre o problema e propor alternativas válidas para melhor encaminhamento dos casos. Juntamente com a revisão do Regimento, o amparo legal norteará as atividades pedagógicas atinentes aos casos de indisciplina que forem constatados.

Este trabalho também poderá contribuir para a efetiva aplicação do PPP na escola selecionada para esta pesquisa, para que ocorra a participação dos pais, para que sejam mais presentes na vida escolar dos seus filhos. Vale aqui repetir o velho ditado: prevenir é melhor do que remediar.

O atual conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo educacional e pedagógico. Isto é, participação e comprometimento de todos os segmentos escolares em todas as discussões e nas efetivas decisões, acompanhamento e avaliação, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais positivos. A indisciplina está presente em diferentes áreas e lugares,¹ mas na escola ela é mais perceptível. A base familiar também pode

¹ Em agosto 2017, uma professora de uma escola de Santa Catarina registrou boletim de ocorrência contra um aluno de 15 anos. Por ter chamado sua atenção por ele estar com o livro debaixo da mesa e, com o objetivo de fazê-lo focar mais na aula, pediu que colocasse a publicação em cima da mesa. O estudante

ser geradora de indisciplina, principalmente quando os pais não têm condições de acompanhar o desenvolvimento da educação escolar dos seus filhos. Entendo também que na atualidade muitas famílias não dialogam entre si ou com a escola, não impondo limites aos comportamentos e atitudes dos filhos.

Sem dúvida que o fracasso escolar pode originar casos de indisciplina - principalmente junto aos alunos com dificuldades de aprendizagem, repetentes ou não, que ficam desmotivados e buscam diferentes formas de chamar a atenção dos professores, ferindo normas escolares ou demonstrando apatia em relação às atividades de aprendizagem.

O tema estudado é importante, tendo em vista observa-se no dia a dia que as reclamações dos docentes são constantes, as anotações nos diários de classe são inúmeras; os alunos indisciplinados são encaminhados para a secretaria; acontece com frequência a convocação dos pais ou responsáveis, pois os professores muitas vezes não suportam a falta de limites dos estudantes indisciplinados que dificultam o transcorrer das aulas e, em alguns casos, da vida escolar como um todo. Intervenções imediatas e pontuais ocorrem, com o intuito de resolver os problemas internos, mas é necessário indagar as reais causas da indisciplina e os porquês do não cumprimento das normas previstas no Regimento Interno da escola.

Esta dissertação relata um pouco da experiência adquirida nas instituições públicas de ensino onde atuo há aproximadamente vinte anos. Mais do que evidenciar a minha formação educacional e os títulos conquistados a partir de vivências profissionais, pretendo discorrer sobre pontos de vista, convicções, atitudes e posicionamentos que desenvolvi - ou adquiri - na lida com professores e estudantes no chão das escolas onde trabalhei como professora e gestora,

ficou alterado, proferindo palavras de baixo calão, atirando o livro em direção a ela. Quando chamado à sala de direção, negou o ocorrido chamando-a de mentirosa, agredindo-a com socos e causando-lhe uma lesão no olho (GLOBO G1. SC, 2017).

- Pesquisa feita em 2015 pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) apontou que 44% dos docentes disseram já ter sofrido algum tipo de agressão. Entre as agressões 84% dos professores afirmam já ter presenciado, 74% falam em agressão verbal, 60% em *bullying*, 53% em vandalismo e 52% em agressão física (APEOESP, 2015).
- Em setembro de 2017, reportagem do Jornal Folha de São Paulo (2015), indica que São Paulo tem quase 2 professores agredidos ao dia, o ataque vai de soco a cadeirada. Referem-se a ocorrências do tipo "vias de fato" 37%; como empurrões ao crime de lesão corporal 63%, em creches, escolas e universidades tanto públicas como particulares.
- Em outubro 2017, estudante de 14 anos disparou uma arma dentro de uma escola particular de ensino infantil e fundamental, em Goiânia, matando dois estudantes e quatro ficaram feridos; o ocorrido foi em bairro de classe média (GLOBO G1. GO, 2017).

sublinhando algumas visões preliminares a respeito do fenômeno da indisciplina no contexto da educação. Percebo que, mesmo com a existência da gestão democrática na instituição onde atuo, a indisciplina vem acontecendo ao longo do tempo e se manifesta de diversas maneiras. Muitas vezes é necessário lançar mão de normas de convivência para poder controlar os atos de indisciplina.

Há que se destacar que muitas vezes ocorre um desequilíbrio na vida dos estudantes, levando-os a contrariar as normas da boa convivência. Dessa forma, surgem conflitos, principalmente dentro da relação professor-aluno. Isto, entre outras razões, porque o professor não consegue motivar o aluno a realizar as atividades, aceitar os conteúdos e/ou as metodologias de ensino utilizadas na escola.

Uma vez preliminarmente posta a abrangência do tema desta dissertação, abordando-se no primeiro capítulo sobre escola-família, escola e a sociedade, a gestão democrática escolar – a participação da família e da sociedade, coordenação pedagógica e a participação dos professores.

No segundo capítulo foram tecidas considerações sobre a disciplina e a problemática da indisciplina estudantil, os pais e os profissionais da educação.

No terceiro capítulo apresenta-se o estudo do Projeto Político Pedagógico, regimento interno e livro de registro dos casos de indisciplina e análise dos documentos da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, no decorrer do ano de 2017. Da mesma forma, apresenta-se a intervenção pedagógica: palestra e sugestões e a análise dos dados da pesquisa efetuada com os diretores, professores e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério da instituição em epígrafe.

1 GESTÃO ESCOLAR: ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE

Apresenta-se neste capítulo um estudo bibliográfico com as temáticas relacionadas à função da escola-família, escola e sociedade, gestão escolar, a participação da família e da sociedade, o papel da coordenação pedagógica da escola, bem como a participação dos professores e suas funções básicas.

1.1 ESCOLA-FAMÍLIA

No que se refere à educação formal, a escola tem um papel fundamental e o apoio da família nas atividades pedagógicas desenvolvidas com os alunos torna-se importante para o êxito na construção do saber. Ao longo da história, as relações formadas entre escola e família sempre ocupou um espaço importante no campo educacional, pois ambas são as principais responsáveis pela formação integral do sujeito. Assim,

O contexto familiar é o primeiro espaço de socialização, e será nele que o indivíduo aprenderá os valores e conhecimentos que nortearão sua vida. Entretanto, a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visam o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Sendo assim, cabe às duas instituições auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo (SANTOS; TONIOSSO, 2014, p. 133).

Nesta parceria, muitas são as vantagens para os alunos quando sentem que os pais encorajam e apoiam suas atividades escolares.

Na literatura são mencionados estudos que demonstram que a ativa participação dos pais na escola tem efeitos positivos sobre os filhos, os pais e as famílias, os professores e sobre as relações escola-família. A união da família com a escola precisa ter como ponto de partida a própria escola, pois:

A escola deve também exercer a função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças (SOUZA, 2009, p. 8).

Considera-se muito importante que a família esteja engajada no processo

ensino e aprendizagem, pois tende a favorecer o desempenho escolar, uma vez que das vinte e quatro horas do dia, apenas quatro horas a criança permanece na escola, as outras vinte horas está no convívio familiar.

A família, que é uma construção social e sofre influência dos valores e padrões de sua época, atualmente passa também por grandes transformações, que vão desde os novos arranjos familiares, delineando famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas por novas uniões e coabitações dos filhos, frutos das diversas uniões, até mudanças nos papéis familiares. Essas mudanças são formas contemporâneas de exercício da maternidade e da paternidade, cujos papéis já não são rigidamente preestabelecidos como cuidadores e provedores, respectivamente. Ambos, pai e mãe, podem ocupar funções diversas (FERREIRA, 2012, p. 17).

A escola precisa estar ciente das mudanças nas configurações das famílias e só conseguirá isso se existir um contato mais próximo com as mesmas e conseguir aproximar os familiares até o meio escolar, pois essas várias modificações podem interferir negativamente nas práticas educacionais e a escola precisa estar a par disso.

Desse modo, os pais devem sempre entrar em contato com os professores, participar da escola dentro do possível, de forma a envolver-se na educação dos filhos. “O desafio dos pais está na qualidade dessa convivência deixando claro aos filhos limites, valores, evitando que os futuros jovens procurem outros exemplos fora da estrutura familiar e escolar” (AVILA; OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 5).

Reiterando, a primeira instituição educativa é a família, pois a socialização começa com os familiares, é nela que a criança inicia suas atividades sociais e culturais.

Dias (2011, p. 27) afirma:

A família é uma construção cultural. Dispõe de estruturação psíquica na qual todos ocupam um lugar, possuem uma função – lugar do pai, lugar da mãe, lugar dos filhos -, sem, entretanto, estarem necessariamente ligados biologicamente. É essa estrutura familiar que interessa investigar para o direito. É a preservação do ‘LAR’ no seu aspecto mais significativo: Lugar de Afeto e Respeito.

É indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição escolar, uma vez que uma relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças. Entende-se que a família deve, portanto, se esforçar para estar mais presente em todos os momentos da vida dos filhos, inclusive, da vida escolar.

Costa e Lima (2011, p. 3) enfatizam que os pais entram na escola

[...] com a consciência de serem titulares do direito de usufruir de serviços qualificados e do dever de se envolver na gestão na qualidade de cidadãos co-responsáveis por um serviço público essencial a seus filhos e à sociedade como um todo. Para o exercício adequado e eficaz deste direito-dever, é indispensável que os pais sejam informados nas assembleias, nos momentos associativos e nos colóquios individuais com os professores, sobre os aspectos educativos, organizacionais e financeiros da escola. Destes contatos e encontros devem surgir ideias e propostas que serão levadas por seus representantes eleitos para a reunião do colegiado escolar. Nesta condição, estes pais assumirão um papel ativo na gestão da escola, seja no momento de definição de seu projeto educativo, seja nas fases de implementação dos planos e de avaliação de seu desempenho geral.

Sendo assim, pode-se afirmar que a família é fundamental na formação cultural e social de qualquer indivíduo, visto que todos fazem parte da mais velha das instituições, que é a família.

Para Tosta (2013, p. 8),

O âmbito familiar é o primeiro socializador de todo indivíduo. É o espaço onde o indivíduo passa a exercer papel fundamental no decorrer de sua trajetória. Pois são as experiências vividas no contexto familiar quando criança, que irão contribuir para a formação enquanto adulto.

Neste entendimento, família e escola completam-se e se beneficiam da cooperação, envolvendo-se em relações de interação e participando no processo educativo. Todavia, as famílias têm modos de ser, pensar, agir em regras de funcionamento, diferentes que influenciam os hábitos de vida e as relações que estabelecem com a escola dos filhos. Piaget (2007, p. 50) assegura que “ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades”.

Dessa maneira, de acordo com Zluhan e Raitz (2014, p. 49), a participação das famílias se estende ao cotidiano escolar,

[...] pois a escola não pode ser responsabilizada, sozinha, pela educação das crianças e dos adolescentes, já que família e escola desempenham papéis complementares. Não se pode mais continuar com o dedo indicador apontado, buscando culpados para a indisciplina, a violência e o baixo rendimento escolar. Cada segmento deve responsabilizar-se por suas obrigações e, se cada um cumprir o seu papel, todos estarão juntos, como parceiros, na tarefa de educar as crianças, alunos e futuros cidadãos.

Neste contexto, pais e escola devem trabalhar de forma a complementar a

educação dos filhos. O que os pais fazem a favor da educação ajudará a escola; o que a escola faz ajudará os pais e o resultado desta complexa operação será filhos/alunos realizados, confiantes, respeitosos, dignos, preparados em direção a um futuro brilhante, atentos às novas oportunidades.

Na concepção de Libâneo (2013, p. 114):

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, co-responsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla.

Compreender a importância da relação família-escola não é difícil, mas para que a mesma se concretize, família e escolas terão que se implicar em ações que tornem real a existência de uma relação forte - ambas terão de conhecer a função que lhes cabe na tarefa educativa sem a ignorar. A família desenvolve um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem e a escola tem uma contribuição de grande relevância.

As duas são responsáveis pela construção do indivíduo enquanto um ser social porque dessa parceria advém, certamente, o êxito escolar das crianças, preparando-as para a vida em sociedade.

1.2 ESCOLA E SOCIEDADE

A escola é uma instituição social que possui objetivo evidente: desenvolver os potenciais físicos, cognitivos e afetivos dos discentes, através da aprendizagem dos conteúdos oferecidos, e conteúdos tais como conhecimento, desenvoltura, formas de proceder, valores, atitudes, para que possam se tornar cidadãos participantes e atuantes na sociedade em que estão inseridos. O objetivo primordial da escola é, portanto, a aprendizagem dos alunos a partir, principalmente, do ensino realizado através das atividades docentes (COSTA, 2009).

Silva e Ferreira (2014, p. 9) afirmam que

A escola precisa a cada momento fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a

descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista.

Uma organização escolar imprescindível é a que melhor beneficia o trabalho do docente, na qual exista uma correlação entre os objetivos e funções escolares e a gestão e coordenação do trabalho escolar.

A organização e a gestão são meios para atingir as finalidades do ensino. É preciso ter clareza de que o eixo da instituição escolar é a qualidade dos processos de ensino aprendizagem que, mediante procedimentos pedagógico-didáticos, propiciam melhores resultados de aprendizagem. São de pouca valia inovações como gestão democrática, eleições para diretor, introdução de modernos equipamentos e outras se os alunos continuarem apresentando baixo rendimento escolar e aprendizagem não consolidada (LIBÂNEO, 2012, p. 119-120).

Na concepção de Cavalcante Silva (2015, p. 303), no âmbito educativo da educação básica, duas condições são imprescindíveis:

1) uma escola comprometida com uma prática cidadã, com gestão democrática, com autonomia, com formação contínua e que possibilite habilidades e competências para os desafios pessoais e profissionais de seus discentes; 2) que o processo ensino aprendizagem nos centros educativos públicos e privados sejam capazes de formar um aluno crítico, reflexivo, participativo, construtor de conhecimento, cidadão do seu tempo, sujeito de sua história e que consiga conviver com as certezas e com as incertezas.

Desta forma, segundo Libâneo (2012, p. 106), “há assim, uma interdependência entre os objetivos e funções da escola e a organização e gestão do processo do trabalho na escola, de forma que os meios estejam em função dos objetivos”. Na continuidade, ainda, o referido autor, ao se referir à cultura organizacional, argumenta que a “[...] também chamada de cultura da escola, diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Significando que, para além dos procedimentos de operação, rotinas da administração, diretrizes normas, há aspectos culturais que as individualizam umas das outras, “sendo que a maior parte deles não é claramente perceptível nem explícita. Esses aspectos têm sido denominados ‘currículo oculto’, mas que, embora oculto, atua de forma poderosa nos modos de funcionar das escolas e na prática dos professores” (LIBÂNEO, 2012, p. 106).

A escola é uma das principais instituições de transformação da sociedade. O

patrimônio cultural pode ser transmitido às novas gerações pelo conjunto de professores e no contexto das atividades normais destes.

Para o indivíduo obter melhoria de vida, obtenção de emprego, aquisição de bens, desenvolvimento de aspirações, etc. a escola é importante - é um benefício concreto. Como mediação, a escolaridade pode fornecer algumas precondições para a participação individual e coletiva na sociedade (ALVES, 2014).

As escolas destinadas à formação básica desempenham uma função muito importante na sociedade, conforme explicam Oliveira et al. (2013, p. 158)

[...] a função da escola sofre mudanças ao longo da história e, ainda no tempo presente tem, face ao meio social e as suas mazelas, a finalidade de preparar o homem para o convívio social. Essa instituição precisa prover a pessoa de conhecimentos intelectuais, morais e éticos, para que possa ter responsabilidade consigo mesma e para com o outro. A alfabetização é um dos elementos mais importantes e de responsabilidade única da escola, pois se constitui no primeiro degrau para chegar às finalidades do processo de escolarização.

Cada escola é um grupo social articulado com a sociedade circundante por intermédio dos seus componentes humanos, de acordo com Simon, Alberici e Moraes (2015, p. 8):

A interação social só pode ser contínua com a contribuição de cada membro para atingir objetivos entre os participantes. Toda estrutura da escola é condicionada pela sua inserção na sociedade que a criou e a mantém. As relações entre os professores e os alunos são realmente necessárias além de ser o fato central das atividades, pois o educador se envolve em relações pessoais com os alunos individualmente e com o grupo deles.

Destaca-se que a escola está inserida na história. É uma instituição que pode sofrer influências, mas também influenciar aquilo que acontece ao seu redor, a ideologia, os valores, a ciência, a política e a cultura na sociedade em que está inserida.

Na concepção de Possamai (2014, p. 94),

Nesta direção, a escola tem como sua função principal fomentar a socialização dos conhecimentos universais que representam as produções científicas e culturais da humanidade, sendo que sem estas se torna impossível o desenvolvimento histórico.

Todos os profissionais que atuam na educação lidam com formação e informação, produzindo ou reproduzindo o conhecimento, como explica Cortella (2008, p. 23), “o conhecimento não pode ser reduzido à sua modalidade científica, apesar de ela estar mais direta e extensivamente presente nas ações profissionais

cotidianas”.

Mendel (2014, p. 1) menciona que o trabalho desenvolvido dentro da escola é complexo,

[...] importantíssimo e subestimado tanto pelas famílias como pela grande parte das escolas e dos professores, pois é notável que as crianças não nasçam boas ou más, porém vazias de informações e com certas predisposições biológicas que podem facilitar ou dificultar o processo educacional. É necessário aumentar nosso conhecimento e preparo sobre as variáveis com a finalidade de contribuir para que o maior número possível delas venha a se tornar adultos produtivos.

Em todo esse complexo processo de interação os participantes agem em função de condicionamentos sociais a que estão expostos, não só dentro, mas fora da escola. Embora cada pessoa seja alvo de influências peculiares e tenha, por conseguinte, uma configuração mental única, tanto mais distinta, quanto mais variada for a sua vida social, compartilha com outros, pertencentes à mesma categoria social, traços comuns, suficientemente marcantes, para se fazerem identificar na estrutura grupal da escola.

Segundo Neves (2014, p. 5), deve-se também lembrar que

A função social da escola é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Isso, por meio da promoção da apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores, por parte dos alunos, garantida, basicamente, pela ação mediadora dos(as) professores(as) e pela organização e gestão da escola.

Ainda se tem como função da escola, no mesmo momento em que instituição educacional, diferindo da família, o desenvolver de conhecimentos, atitudes e habilidades a serem obtidas e verificadas com métodos, espaço e condições adequadas; portanto, cabe à escola abrir perspectivas para a aquisição desses conhecimentos.

Desta forma, na concepção de Silva Souza et al. (2013, p. 2), a função social da escola é

[...] preparar os alunos para a convivência com valores, atitudes, costumes que a sociedade considera como certo ou errado. Assim é também na escola que o aluno deve conhecer, refletir e redimensionar formas de convivência social, equilibrando valores defendidos pela Instituição educacional. Além disso, despertar o gosto pelo saber, pela intelectualidade e proporcionar um ambiente escolar agradável, onde o educando possa se desenvolver como pessoa.

Pessoas especializadas definem metas educacionais, há toda uma

aprendizagem humana, social e profissional que se realiza na escola e que é própria dela. E a aula é um dos espaços que privilegia essa aprendizagem.

Polon (2011, p. 43) conceitua escola dinâmica como aquela que “o aprendizado dos seus alunos vai além do aprendizado típico de escolas frequentadas por alunos de origem social semelhante”. Cabe à equipe pedagógica avaliar o processo educativo, a finalidade da avaliação na escola e identificar problemas e facilidades na relação ensino aprendizagem de modo a reorientar o processo pedagógico. Tem também como função não promover a aprovação, mas de forma que seja dificultada a reprovação inútil, “que é aquela que acontece por responsabilidade de toda a equipe, em função de como o trabalho em geral se organiza” (CORTELLA, 2008, p. 143).

Segundo Costa (2009, p. 4), o país passou por expressivas mudanças em relação ao funcionamento e acesso da população ao ensino público, que em um passado relativamente recente “era privilégio das camadas sociais abastadas e de preferência para os homens, as mulheres mal apareciam na cena social, quando muito as únicas que tinham acesso à instrução formal recebiam alguma iniciação em desenho e música”. A sociedade está em contínuo processo de mudança e mais do que nunca é de suma relevância que a escola acompanhe essas transformações - ela deve estar conectada aos acontecimentos e avanços sociais, oportunizando o acesso aos saberes acumulados de forma atualizada e contextualizada.

Retomando e reforçando as colocações até aqui apresentadas, Libâneo, Oliveira e Toschi (2010, p. 117) afirmam:

Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional. Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

A escola precisa oferecer situações que favoreçam o aprendizado do aluno, sua vontade de aprender e entender a importância desse aprendizado no seu futuro, pois se o saber for compreendido pelo aluno como uma fonte de segurança que possa, por exemplo, garantir espaço no mercado de trabalho, certamente procurará conhecer e aprender cada vez mais.

A escola ainda possui dificuldades em promover ações que tragam a família

para ser incluída no processo de ensino e aprendizagem. Na afirmação de Libâneo, Oliveira e Toschi (2010, p.116): “o grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação”.

É necessário promover políticas educacionais que fortaleçam e estabeleçam laços entre comunidade e escola. É uma medida que necessita ser tomada, para que se possa alcançar melhores resultados. “O aluno é parte da escola, é sujeito que elabora, constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo, a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso” (COSTA, 2009, p. 8).

Griffiths apud (LIBÂNEO, 2001, p. 78), explica que o centro da organização e do processo administrativo é a tomada de decisão: “todas as demais funções da organização (o planejamento, a estrutura organizacional, a direção, a avaliação) estão referidas ao processo eficaz de tomada de decisões”. Isso quer dizer que a gestão é a atividade por intermédio da qual são movimentados formas métodos e procedimentos para se alcançar os objetivos da instituição, que envolvem enfoques de gerências e técnico-administrativos.

Para Cury (2010), a gestão democrática, como fundamento da educação nacional, é a forma de diálogo e participação com que a comunidade educacional se habilita para executar um projeto pedagógico com qualidade, do qual surjam cidadãos participativos da sociedade como profissionais compromissados.

De acordo com Matsuura (apud OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2017, p. 20):

Uma escola de qualidade ou uma boa escola é aquela em que existe um clima favorável à aprendizagem, em que os professores e gestores são líderes animadores e em que a violência é substituída pela cultura da paz e pelo gosto de os alunos irem a uma instituição que atende às suas necessidades. Uma boa escola tem um currículo significativo: mantém um pé no seu ambiente e outro na sociedade em rede.

É através de um processo integrado da comunidade e a gestão escolar que se busca uma nova metodologia de trabalho, para que a escola tenha um instrumento de ação política e social formulando novas propostas, pois a melhor metodologia é aquela que sistematiza e organiza formas de trabalho já consagradas.

Para Lück (2011, p. 25), essa é a tarefa das lideranças escolares

A liderança na escola é uma característica importante e inerente à gestão escolar, por intermédio da qual o diretor orienta, mobiliza e coordena o trabalho da comunidade escolar no seu sentido amplo (interna e externa), com o escopo da melhoria contínua do ensino e da aprendizagem. Ele descentraliza a sua liderança como ato de uma gestão democrática em que a tomada de decisão é disseminada e compartilhada por todos os participantes da comunidade escolar.

Desta forma, os professores e funcionários sentem essa motivação e não podem deixar de ser contagiados por ela.

Pode-se observar que as mais criativas instituições são as que suas lideranças assumem seu papel de transmitir e conservar as regras e valores essenciais. A falta de liderança causa insegurança aos professores, alunos e funcionários. O prazer de liderar aumenta a produtividade e gera mais segurança (LÜCK, 2011).

Sintetizando as ideias articuladas neste tópico, a escola é um importante elo com a sociedade, promotora de meios que possibilitam a adequação da mesma à realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e com a comunidade da qual faz parte.

1.3 GESTÃO ESCOLAR – A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE

O artigo nº 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indica que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação, na preparação do projeto pedagógico da escola, das comunidades escolares e locais em conselhos escolares (BRASIL, 1996).

Para Oliveira (2015, p. 1-2):

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar *o corpo e a alma da escola*, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

Pode-se enfatizar, portanto, que a democracia escolar por si só não possui um significado. Ela só fará sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Conforme Martins Costa, Silva Costa e Rodrigues (2012, p. 6),

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Com a aplicação da política da universalização do ensino deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

A gestão democrática exige cultivar a cultura da participação, do labor coletivo, da ação colegiada, da realização pelo bem comum. É preciso possibilitar momentos de experimentação da democracia escolar para se tornar uma prática efetiva, consolidada e possível de ser efetivamente vivenciada (PEREIRA; OLIVEIRA, apud BUZO; MACHADO, 2017).

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2004), por gestão democrática entende-se a concretização de novos processos de organização e gestão fundamentados em uma dinâmica que possa favorecer os processos que abrangem um grande número de pessoas que participam das decisões. Nessa acepção, a participação constitui um dos estandartes principais a serem praticados pelos atores que edificam o cotidiano escolar. Gestão escolar se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre uma tomada de posição dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes, comunidade); logo, a sua construção não pode ser individual; pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões.

A implementação do processo de gestão democrática tem sido entendida como uma necessidade no sentido de redirecionamento dos novos marcos de gestão em curso, cuja ênfase recai sobre novos procedimentos e transparências nas ações. A esse respeito, ressalta-se, no âmbito das políticas educacionais voltadas para a educação básica, a noção de autonomia imputada às escolas, traduzida na noção das escolas enquanto núcleo de gestão, cuja máxima reside na possibilidade de a instituição se organizar, sobretudo por meio de órgão consultivos e deliberativos que contem com participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar, de forma a pensar, planejar, elaborar e implementar seus projetos (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2017, p. 6).

A lei estabelece a abertura da gestão democrática, ou seja, a necessidade de

que a gestão escolar se efetive através de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar (BRASIL, 2004).

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta (CURY, 2010, p. 12).

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo dedicado à educação, estabelece como um dos princípios orientadores a gestão democrática dos sistemas de ensino público e a igualdade de condições de acesso à escola e garantia de padrão de qualidade.

Desse modo, segundo o Ministério da Educação (2004), a LDB, em seu art. 12, ao encaminhar para os sistemas de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: 1) a elaboração do Projeto Pedagógico da escola, contando com a participação dos profissionais da educação; 2) a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Pensarmos a democratização implica, portanto, compreendermos a cultura da escola e dos seus processos, bem como articulá-los com as relações sociais mais amplas. A compreensão dos processos culturais na escola envolve diretamente os diferentes segmentos das comunidades local e escolar, seus valores, atitudes e comportamentos. Ou seja, a escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos (BRASIL, 2004, p. 26).

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola (OLIVEIRA, MORAES; DOURADO, 2017).

Segundo os mesmos autores, para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar,

é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício, que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico/pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional (OLIVEIRA, MORAES; DOURADO, 2017, p. 5)

Para haver a legitimação da educação democrática é necessário que haja autonomia na educação. Segundo Rocha, Silveira e Oliveira (2016, p. 23),

para que a gestão democrática se efetive, é necessário que o gestor escolar fomente ações contextualizadas e conscientes de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional, que acompanhe e se envolva com todo o trabalho escolar, que acompanhe seus professores, em busca de apontar o que pode ser melhorado e também que esteja disposto a aceitar novas ideias. Além disso, o gestor democrático deve abrir as portas da escola para a comunidade e dar autonomia aos professores e alunos para que eles possam dar vida às instâncias colegiadas, pois sem esses, a legitimação da gestão democrática não é possível.

Desta forma, é fundamental a gestão escolar ter clareza sobre ao que almeja futuramente. Identificar os saberes necessários a uma prática pedagógica contextualizada com as realidades atuais é fundamental para construir um modelo educacional de qualidade.

Na visão de Moreira, Bochetti e Figueiredo (apud BORGES et al., 2017, p. 125),

A gestão democrática, portanto, não deve ser entendida apenas como um preceito constitucional, mas como meta para a organização das instituições públicas do país. É necessário compreender que a democratização, sobretudo no campo da gestão educacional, além de se pautar na participação dos sujeitos, é base para a construção da autonomia escolar, o que gera corresponsabilidades e possibilita parcerias com a comunidade envolvida com a educação. No contexto escolar, é importante a conscientização dos atores para o desenvolvimento de ações que prezem pela coletividade; assim, tornam-se possíveis “olhares mais atentos” à realidade em que a escola está inserida, além de atitudes que proporcionem a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico (PPP).

De acordo com os autores, o Projeto Político Pedagógico precisa movimentar a participação mais efetiva das pessoas envolvidas no cotidiano educacional, por meio de decisões, diálogos e ações compartilhadas, visando o desenvolvimento dos discentes para a concretização dos objetivos educacionais, fortalecendo a autonomia institucional, pois “com o envolvimento dos representantes da comunidade escolar, a proposta político-pedagógica se constrói num viés democrático, considerando as diferentes visões dos atores envolvidos com o processo educativo” (MOREIRA; BOCHETTI; FIGUEIREDO apud BORGES et al., 2017, p. 125).

Em resumo, na concepção de Luz e Oliveira (2016, p. 24016),

o PPP da escola é como uma das principais ferramentas de colaboração para a efetivação da gestão democrática que não poderá ocorrer diretamente, enquanto os gestores não se conscientizarem da importância desse órgão colegiado para sociedade e esta não estiver aberta para discussões sobre a democratização da gestão, que não é um ato tão simples mas, sobretudo, complexo quanto à sua consolidação.

Na busca da formação de uma gestão democrática e participativa a autonomia das instituições escolares é fundamental para que esse anseio se torne realidade.

Bravo (2011, p. 49) afirma:

É possível ter o máximo controle sobre as pessoas da organização, determinar normas rígidas, supervisionar, fiscalizar. Entretanto, nada será eficaz quanto o espírito de colaboração e a iniciativa daqueles que acreditam no trabalho proposto e, se a eles forem permitido espaço e oportunidade de demonstrar seus conhecimentos e aptidões, sentir-se-ão parte da estrutura organizacional.

Ao discutir a autonomia da escola, Veiga (apud OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2017, p. 9) destaca quatro dimensões consideradas básicas para o bom funcionamento de uma instituição educativa e que, segundo ela, devem ser relacionadas e articuladas entre si:

Autonomia Administrativa – consiste na possibilidade de elaborar e gerir seus planos, programas e projetos;
 Autonomia Jurídica – diz respeito à possibilidade de a escola elaborar suas normas e orientações escolares em consonância com as legislações educacionais, como, por exemplo, matrícula, transferência de alunos, admissão de professores, concessão de grau;
 Autonomia Financeira – refere-se à disponibilidade de recursos financeiros capazes de dar à instituição educativa condições de funcionamento efetivo;
 Autonomia Pedagógica – consiste na liberdade de propor modalidades de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola.

Entretanto, essa autonomia não exclui a participação do Estado, membros da escola e comunidade; pelo contrário, delega a todos a sua função. Assim, é fundamental importância a ação de todos os envolvidos, e o entrosamento do papel que cada um contribui com o coletivo, pois:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprio, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como autonomia opõe-se às formas autoritárias da tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições

é a participação (LIBÂNEO, 2013, p. 89).

É importante a escola abrir suas portas para a promoção efetiva do espaço escolar almejado, possibilitando aos cidadãos o entendimento e identidade de um novo espaço na gestão da escola.

Desta forma, para a democratização escolar se fazer, segundo Soares (2016, p. 18),

Um caminho é incentivar a autonomia para que as crianças aprendam a tomar decisões, construam suas regras e sejam capazes de assumir as consequências de seus atos com responsabilidade. A escola tem papel fundamental nessa mudança. Precisa tornar-se democrática para formar cidadãos verdadeiramente preparados para assumirem seus papéis em uma sociedade que almeje a democracia em toda a sua plenitude.

Na concepção de Bortolini (2013, p. 5), para assegurar a função social da escola, que é a humanização dos sujeitos nela inseridos,

A gestão educacional democrática tem alargado espaço de destaque, vinculando as questões administrativas com as questões pedagógicas. O conceito de democracia, nela contida, explana-se de diferentes configurações, como gestão compartilhada, participativa, ou colegiada, dando a apreender que o formidável é que nela a escola apresenta a sua passagem para o exercício da democracia. Ao estilo democrático, a escola é ressaltada com a autonomia, melhor dizendo, sua relativa autonomia, a qual assume as três dimensões: administrativa, pedagógica e financeira. Falar em gestão democrática nos remete, portanto, quase que imediatamente a pensar em autonomia e participação.

A mudança nos conceitos, nas atitudes, com maior valorização da figura humana é um dos fatores principais para que possamos construir planejar e idealizar um futuro próspero para as instituições escolares.

Neste contexto, Luz e Oliveira (2016, p. 24018) explicam

Aqui a participação é entendida, como um dos principais caminhos para o exercício da Gestão Democrática, e que mecanismos que possam contribuir com esses processos e tornar a escola um espaço mais democrático no processo de tomadas de decisões (conselho escolar, caixa escolar e a representação de pais e alunos inseridos no contexto de decisões da escola), que deve ser implantado na escola para que essa opção de gestão democrática se efetive.

As instituições escolares são, portanto, espaços que promovem a oportunidade do exercício da democracia.

Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais,

comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades (AZEVEDO, 2010, p. 2).

A intenção de construir uma escola democrática, dentro de uma nova visão de sistema educacional, que envolve relações complexas, na qual os cidadãos exercerão plenamente sua cidadania a partir da compreensão de que estão efetivamente incluídos nessa sociedade, requerem para o envolvimento de novas formas de gestão, como os conselhos escolares.

Com base nos autores aqui referidos e nas colocações feitas, a gestão democrática escolar é compreendida neste trabalho como a efetiva participação escolar dos docentes, pais, discentes, funcionários da instituição escolar e comunidade vizinha, na construção do PPP, na administração dos recursos da escola, bem como nos processos deliberativos da escola, na busca não mais do ensino somente, mas da formação para a cidadania.

1.1.1 Coordenação Pedagógica

Segundo Cury (2002, p. 165), “a gestão educacional é a geração de um novo modo de administrar uma realidade democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo”, de forma a atingir a qualidade da aprendizagem dos alunos.

O gestor pedagógico, ao desempenhar as suas funções, assegura, em conjunto com os professores, a articulação da gestão e organização dos processos, visando atingir a qualidade esperada para as aprendizagens dos alunos.

Neste contexto, segundo Almeida (2014, p. 5) “ser coordenador pedagógico é um exercício de aprendizado constante”. Como menciona Cury (2005, p. 1), gestão sugere a presença do outro, com os quais se dialoga e se produzem respostas para a superação de conflitos:

[...] Pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

Portanto, é necessário que cada gestor exerça sua função com competência, responsabilidade, comprometimento, para que haja parceria mútua entre professores da escola, voltada para um processo mais aprimorado de ensino e aprendizagem.

Para Bortolini (2013, p. 3),

Gestão democrática compreende, portanto, a figura do Diretor enquanto sujeito capaz de promover e motivar a soma de esforços coletivos para alcançar aos fins da escola, aos objetivos da educação, compreendendo também que objeto de trabalho da educação é o sujeito, a emancipação humana e que isso só será possível, ao passo em que houver dentro da escola, a participação real e que se faça presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no fortalecimento do Conselho Escolar e demais instâncias colegiadas.

Da interação entre o gestor educacional e professores se origina o melhoramento do funcionamento da escola, do desempenho dos professores, do ensino e aprendizagem dos alunos e aproxima os pais e a comunidade junto à escola. Conforme aponta Libâneo (2013, p. 101), “numa concessão democrática, o processo de tomada de decisão se dá coletivamente e participativamente”.

A superação de todas as situações é um desafio que se oferece ao coordenador. Numa escola, compete à equipe pedagógica criar condições para que os educadores que ali trabalham possam rever a sua atuação, e não só constatar que a escola vai mal, mas principalmente perceber o seu papel neste contexto e o que fazer para melhorar a situação no cotidiano escolar (ALVES, 2014, p. 31).

A prática do coordenador escolar se dá numa sociedade de classes, que apresenta contradições, tanto no sistema educacional, como na forma de se encarar a educação. O coordenador encontra várias dificuldades no âmbito de suas funções, tais como: a educação recebe pouca atenção de seus dirigentes, as verbas são poucas, classes de educadores são perseguidas, livros didáticos são controlados, etc. Por outro lado, ainda se notam investimentos com educação no Brasil hoje, que abrem acesso à escola (ALVES, 2014).

Como salienta Santos (2012, p. 17) “a cultura organizacional do gestor é decisiva para o sucesso ou fracasso da qualidade de ensino da escola, a maneira como ele conduz o questionamento das ações é o foco que determinará o sucesso ou fracasso da escola”.

Segundo as concepções de Scarpante (2014, p. 18):

O papel do gestor no processo pedagógico é um desafio a ser superado, sendo importante que o perfil desse gestor atenda às necessidades deste

novo cenário e colabore na construção de uma nova realidade social, implementando ações para o desenvolvimento de responsabilidades coletivas, além de propiciar o crescimento profissional de todos os envolvidos. O gestor escolar deve ter um olhar ousado para sua realidade, ir além dos muros escolares e correlacionar-se com toda a comunidade do seu entorno.

Assim, uma gestão democrática se dá por meio da participação e comprometimento dos envolvidos no processo de construção do conhecimento. Todas as instituições escolares buscam resultados, porém é necessário que toda a comunidade escolar esteja incluída, participando para que as tomadas de decisões não sejam limitadas individualmente ao gestor, segundo Ferreira e Aguiar (2006, p. 113):

Como gestor escolar, o diretor tem que aprender a ouvir e respeitar opiniões das pessoas da comunidade escolar, mesmo que essas pessoas sejam consideradas por ele inferiores intelectualmente. Porque, direção se constrói e se legitima na participação, no exercício da democracia e na competência da construção coletiva de um projeto que reflita o projeto de homem e da sociedade que a comunidade quer. A partir daí o diretor começa a respeitar posições contrárias aos pensamentos e começa a entrar na lógica da gestão escolar autônoma e coletiva dos conselhos escolares.

Para que toda a estrutura escolar funcione efetivamente bem, é necessário que cada um exerça a função com competência, responsabilidade, comprometimento e que haja uma parceria entre todos.

Como aponta Santos (2012, p. 18),

Quando o gestor, com seu profissionalismo conquista o respeito e admiração da maioria de seus funcionários e alunos, há um clima de harmonia que predispõe à realização de um trabalho, onde, apesar das dificuldades, os professores terão prazer em ensinar e alunos prazer em aprender.

Desta forma, é importante que o gestor educacional propicie um ambiente de formação e aprimoramento da educação, sem discriminação alguma, segundo Silva (2009, p. 72) “para que a escola cumpra a função social que é formar cidadãos com valores, com opiniões que saibam viver em sociedade, respeitando a natureza na qual vivem”.

Portanto, ainda de acordo com Silva (2009, p. 77),

Uma escola com gestão democrática é aquela em que o gestor dialoga com o coletivo da escola e cujas práticas pedagógicas têm como meta a formação do aluno autônomo para viver numa sociedade democrática, respeitando os valores nela existentes.

Para Libâneo (2013, p. 73), são necessárias algumas atribuições ao gestor de uma instituição, tais como: “supervisionar atividades administrativas e pedagógicas, promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras”.

É muito importante na atuação dessas atribuições os gestores estarem em formação continuada, ou seja, estudando sempre conforme menciona Silva (2009, p. 68), “na busca do aperfeiçoamento e amadurecimento, instituindo dessa atitude uma bagagem de experiências enriquecidas e que compartilhadas com os pares favorecem o desenvolvimento profissional”.

Deste modo, cabe a todos participam do processo educativo buscar mecanismos de mudança frente às novas perspectivas educacionais no que diz respeito à efetivar a gestão democrática nas escolas.

Neste contexto, ponderam Oliveira e Guimarães (2013, p. 95) que

O coordenador pedagógico, em suma, tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades escolares, incluindo os educandos e o corpo docente. Destacando que sua principal atribuição consiste na formação em serviço dos professores. Para agir de forma eficiente, precisa, além de uma formação consistente, um investimento educativo contínuo e sistemático para que sejam desenvolvidas capacidades e habilidades múltiplas, como exige a educação atual.

A educação oferece às crianças e jovens oportunidades de adquirirem capacitação, desenvolverem sentido crítico e autoconfiança, à medida que vivenciam a experiência da diversidade e obtêm um conjunto de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores fundamentais para negociarem igualdade de oportunidades na sociedade e desenvolverem práticas de cidadania.

O coordenador pedagógico assume posturas profissionais que decorrem do seu compromisso profissional na dimensão educacional; segundo Campos e Silva (2009, p. 1865), “tal postura envolve o contexto da prática escolar, experiências pessoais, a influência das políticas públicas, do entorno onde a escola está inserida, do grupo de profissionais nas dimensões: pedagógica, técnica e política”.

Os autores explicam que essa postura se associa ao desenvolvimento do trabalho no sentido de buscar parcerias, na representatividade dos conselhos escolares, nas ações do trabalho no cotidiano escolar, bem como abrir as portas do espaço educacional para que toda a comunidade possa usufruir e participar das decisões decorrentes daquele ambiente educacional (CAMPOS; SILVA, 2009).

Para além dessas colocações, é fundamental:

Desenvolver e aprofundar a formação dos diferentes profissionais nas problemáticas da diversidade e da interculturalidade, de modo a possibilitar a construção de práticas de formação e de intervenção, que contribuam para o desenvolvimento e bem-estar individual e social dos indivíduos e dos grupos e na promoção de práticas humanizadoras e emancipadoras a desenvolver no interior das relações interpessoais, sociais e institucionais (RAMOS, 2007, p. 240).

Portanto, o papel da escola e o desempenho de seus profissionais devem consecutivamente renovar-se para melhorar sua qualidade, tendo em vista o aluno como centro de toda a sua atuação.

O cumprimento do processo de gestão inclui, segundo Lück (2009, p. 23): “a participação ativa dos professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos”. Enfim, o gestor educacional necessita contribuir continuamente para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem e formação dos alunos, juntamente com a participação dos pais, da comunidade interna e externa da escola.

Na concepção de Guerreiro (2011, p. 01), “o coordenador é hoje o elo entre projeto pedagógico da escola, conteúdo programático e as pessoas envolvidas no projeto: professores, gestores, pais e alunos”. A presença do coordenador pedagógico é essencial na escola; no entanto, para o bom desempenho do trabalho do coordenador pedagógico, é necessário que os demais membros da equipe pedagógica trabalhem e pensem em conjunto com o mesmo, estabelecendo assim uma verdadeira equipe atuante no cotidiano escolar. Desta forma, Placco (2003, p. 48) enfatiza que “[...] o trabalho do coordenador pedagógico-educacional visa ao melhor planejamento possível das atividades escolares”.

Para Bortolini (2013, p. 3):

O diretor, nessa nova perspectiva de gestão democrática, tem como papel principal agir como motivador, é o responsável pela integração e articulação das diversas atividades internas e externas, para viabilização de uma política institucional em educação, assim como pela definição de operações e tomada de decisões, para que os objetivos fundamentais da escola sejam alcançados.

Cabe ao diretor e à sua equipe pedagógica serem articuladores dos diferentes segmentos escolares em torno da proposta pedagógica que querem desenvolver. Quanto maior for essa articulação, melhor poderão ser desempenhadas suas próprias tarefas, seja no aspecto organizacional ou da comunidade em que a escola

está inserida (BORTOLINI, 2013).

É sua função também não facilitar a aprovação, mas sim, dificultar a reprovação inútil, que é aquela que acontece por responsabilidade de toda a equipe, em função de como o trabalho em geral se organiza.

Ainda segundo Cury (2005, p. 1), gestão sugere a presença de outros, com os quais se dialoga e se produzem respostas para a superação de conflitos:

[...] Pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

Portanto, sintetizando, é necessário que cada coordenador pedagógico exerça sua função com competência, responsabilidade, comprometimento, para que haja parceria mútua com os professores da escola, voltada para um processo aprimorado de ensino e aprendizagem.

1.1.2 A Participação dos Professores

É notável que poucos sejam os profissionais que trabalham tanto quanto os educadores, principalmente os que lecionam nas escolas de educação básica. A dedicação é tanta que muitos encaram o magistério como vocação e se sentem plenamente realizados (ALVES, 2014).

Para Luckesi (1994 apud RESENDE; MESQUITA, 2013, p. 202), o educador precisa possuir algumas qualidades para facilitar a “compreensão da realidade com a qual trabalha, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e capacidade técnico-profissional”. O educador dificilmente desempenha um bom trabalho na *práxis* pedagógica, caso não tenha compreensão crítica da realidade na qual atua. Precisa compreender a sociedade na qual vive, através da sua história, cultura, relações de classe, de produção, suas perspectivas de transformação ou de reprodução. Enfim, o educador não deve ser ingênuo no que se refere ao entendimento da realidade na qual vive e trabalha. Caso contrário, sua atividade profissional tornar-se-á uma prática reprodutora da sociedade via senso comum.

Hartmann (2010, p. 110) traça um perfil do professor ideal para o século XXI:

Convém que o professor tenha compromisso com o ensinar, saiba contar histórias, promova situações significativas de aprendizagem, concilie

problemas e conflitos, sirva de exemplo, enxergue o conhecimento de forma não-fragmentada, saiba trabalhar em equipe, amplie o próprio repertório cultural, tenha conhecimento teórico sobre grandes áreas do saber, para além da didática e da pedagogia; entenda o aluno, esteja aberto ao novo, mas com critério; prepare-se para ser o elo de comunicação entre família e escola, saiba gerenciar a sala de aula, aprenda a aprender e a ensinar (filtrar o que é relevante); entenda o papel da TV e da internet e tenha competência para ser orientador e também conselheiro.

O que os discentes querem é um professor capaz, que domine profundamente a disciplina que ensina e estabeleça sua metodologia voltada para aqueles a quem se dirige.

Como afirma Scarpante (2014, p. 15),

O principal fator a ser levado em conta é a aprendizagem da criança e para que isso aconteça, o professor precisa ter em mente que não há modelos prontos a serem seguidos, nem mesmo respostas prontas e acabadas para essa tarefa de ensinar com sucesso.

É de interesse do professor e da escola trabalharem com a aprendizagem do aluno num processo que não acaba nunca, pois aprender não é uma prioridade do aluno, o professor aprende também.

Na concepção de Dourado, Oliveira e Santos (2006, p. 25):

A qualificação docente é vista como uma importante variável no processo de efetivação do desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, na garantia de uma educação de qualidade. De modo geral, algumas das características dos docentes das escolas eficazes são as seguintes: titulação/qualificação adequada ao exercício profissional; vínculo efetivo de trabalho; dedicação a uma só escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; valorização da experiência docente; progressão na carreira por meio da qualificação permanente e outros requisitos.

Cabe aos professores buscar uma forma transdisciplinar ou integrada de trabalho entre as disciplinas de um mesmo período, através da convergência de objetivos e respeitando a especificidade de cada uma delas.

Farias e Sonaglio (2013, p. 23) explicam:

Na transdisciplinaridade, não só há interações e enriquecimento entre as disciplinas técnico-científicas, e sim uma abrangência total, ou seja, todo tipo de disciplina pode participar, em tese, nesta empreitada, onde esse "todo tipo" sobrepassa aquelas disciplinas técnicas e científicas, envolvendo, nesta perspectiva, arte, filosofia, ética e espiritualidade. Ou seja, a transdisciplinaridade se processa através do sistema total.

A função docente exige do professor uma série de condutas, tornando-o reconhecido como alguém que utiliza o seu saber e o seu poder como um recurso

para o bem da coletividade com quem trabalha, fazendo o melhor que lhe compete, comprometendo-se na busca de objetivos a que se propõe.

Para Dourado, Oliveira e Santos (2006, p. 27)

O profissional ao sentir-se valorizado e incentivado pelo grupo pode realizar com maior satisfação e qualidade suas atividades na escola. Verifica-se que os resultados escolares são mais positivos quando o ambiente é propício ao estabelecimento de relações interpessoais, que valorizem atitudes e práticas educativas, o que também contribui para a motivação e solidariedade no trabalho. Tais condições parecem favorecer um desenvolvimento profissional que valoriza a autonomia do professor e o trabalho coletivo, além de apontar para um processo constante de construção da identidade profissional a partir da valorização do estatuto técnico/científico e econômico da profissão.

A prática pedagógica pode ser considerada como o trabalho de repassar ou transmitir saberes específicos, ou, ainda, um processo que está fundamentalmente ligado à teoria e à prática da docência. Portanto, o professor “[...] tem a extraordinária oportunidade de partilhar com o aprendiz a experiência rica da busca e do saciar do chamamento interior: a vocação profissional” (OLIVEIRA JUNIOR, 2008, p. 8). Essa partilha dá ao docente a vantagem da motivação elevada do aluno, mas ao mesmo tempo, aumenta enormemente a responsabilidade, pois, conforme esclarece Hattie (2009, p. 22): “nem todos os professores são eficazes, nem todos os professores são especialistas, e nem todos os professores têm efeitos poderosos sobre os alunos”.

No entanto, o professor é indispensável. Conforme Bartnik (2011, p. 156) “a aprendizagem apresenta características de sistematização, de reestruturação, de reunião de experiências e conceitos.” O mesmo autor explica: “os professores que não pensarem juntos o projeto da escola e que, portanto, não colocarem nele suas angústias, interesses, crenças e objetivos certamente irão para a sala de aula fazer seu trabalho isolado, da forma que acreditam ser melhor” (BARTNIK, 2011, p. 154).

Ante ao exposto, percebe-se que o professor que não conhece a proposta da escola, dificilmente irá se comprometer com ela e o processo de ensino aprendizagem dos alunos poderá ficar comprometido.

De acordo com Lopes e Silva (2012, p. 4),

Os professores que fazem uma diferença significativa na aprendizagem dos alunos fazem-na ainda muito mais em situações em que os alunos têm dificuldades de aprendizagem. Isto implica que a convicção do professor deve ser de que todos os seus alunos aprendam.

O papel dos professores é envolver os alunos no desafio da aprendizagem. Um dos maiores desafios do professor é em relação à diversidade dos alunos, de modo que ele consiga criar um clima na sala de aula que permita envolvê-los na aprendizagem.

[...] na escola, a tarefa docente incide em trabalhar o conteúdo científico e afrontando com o cotidiano, fazendo com que os alunos, ao realizarem inicialmente a mesma ação do professor, pelo meio de operações mentais de analisar, comparar, explicar, generalizar etc., apropriem-se dos conceitos científicos e neles incorporem os anteriores, transformando-os também em científicos, constituindo uma nova síntese mais elaborada (GASPARIN, 2012, p. 51).

Para isso, os objetivos de aprendizagem precisam ser conhecidos e entendidos pelos alunos, ou seja, a atuação do professor na sala de aula deve caracterizar-se por práticas e atitudes que se constroem na relação dialética entre a teoria de ensino e as características da prática, do contexto real do desenvolvimento (LOPES; SILVA, 2012).

Sabe-se que infância e escola devem estar juntas. Entretanto, hoje em dia muitas crianças são privadas desta fase, seja por falta de condições materiais, como por exemplo, quando a criança tem que trabalhar para ajudar no sustento da família, ou ainda, pelo excesso de compromissos que os pais atribuem à criança, como cursos extraclasses, não sobrando tempo para o lúdico.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, Art. 4º,

É dever da Família, da comunidade, da sociedade em geral, do Poder Público, assegurar como absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006, p. 23).

Desta forma, a escola torna-se de direito, o lugar da infância. Deve-se ter a separação entre o mundo da criança em que o espaço da infância é valorizado, e o mundo do trabalho e obrigações. Neste contexto, a pedagogia manifesta-se por meio de uma nova linguagem para que possamos buscar novos caminhos para a infância e a adolescência.

O estabelecimento de relações de cooperação que visem à melhoria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, exige a transparência das regras, além disso, a confiança no sucesso do aluno, transmitir segurança ao educando além de abolir práticas que rotulem os “indisciplinados” é fundamental na atuação em sala de aula (LOPES; GOMES, 2012, p. 272).

Deve-se partir do pressuposto que todos somos seres sociais, que constituímos por intermédio das interações com os semelhantes. Isto é essencial para a construção do conhecimento, da busca e o resgate de valores e da possibilidade de viver cada etapa da vida. A heterogeneidade permite a troca e, por conseguinte, ampliam-se as competências individuais.

Gautério e Rodrigues (2013, p. 613) afirmam que melhorias na educação não estão vinculadas aos recursos materiais, pois

[...] é a ação docente, enquanto mediadora entre o aluno e o conhecimento que transforma a sala de aula [...] em um espaço propício para ensinar e aprender. O aluno necessita de condições para aprender de maneira ativa, num processo onde deve se dedicar mas também ser auxiliado. Assim, a expectativa de que se o aluno não tiver disposição ou abertura não irá aprender pode estar levando em conta apenas um dos lados da moeda, que é o do aluno.

Ao professor compete a promoção de condições que favoreçam o aprendizado do aluno, porém sem perder a essência da infância, isto é, o aprender pelo prazer, no sentido de o mesmo compreender o que está sendo ministrado, isso se torna mais fácil e esta precisa ser a preocupação do mesmo: facilitar a aprendizagem do aluno, aguçar seu poder de argumentação, conduzir as aulas de modo questionador, onde o aluno constrói seu aprendizado através de hipóteses que vão sendo testadas, interagindo com o professor, argumentando, questionando, enfim trocando ideias que produzem inferências (LIBÂNEO, 2013).

Martins (2013, p. 6) menciona que

[...] o clima social na escola não se improvisa; é uma questão de coerência, de tempo e de persistência. As normas de referência e auxílio à obtenção de um ambiente sereno de trabalho, ordem e colaboração não são totalmente previsíveis. A disciplina é instrumento para a educação, porém, a prática autoritária e excludente deve dar lugar à compreensão das necessidades e dificuldades de alunos e profissionais. Estimular a responsabilidade de maneira contínua, tratar os alunos com estima e respeito, permite estabelecer relações de afeto e compreensão.

No plano afetivo, “as ocorrências vividas na dinâmica do grupo, como lideranças, rejeições, convivência de grupos fechados e mecanismos de discriminação, parecem ter um papel decisivo na constituição do autoconceito” e, conseqüentemente, no aproveitamento escolar (FERRARI, 2012, p. 6).

A escola tem papel de agente transformador e construtor do homem na sociedade, auxiliando na orientação e preparo dos educandos para os desafios da

realidade. A verdadeira função do aparato educacional é criar condições de aprendizagem. Isto significa que o professor deve deixar de ser o repassador do conhecimento e passar a ser o criador de ambientes de aprendizagem, o facilitador do processo da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual do aluno (FERRARI, 2012).

Na concepção de Vieceli (2015, p. 88),

Deve-se garantir que o novo conhecimento seja relacionado ao que já se sabe, evitando o caráter mecânico, de recepção e memorização. Nessa dinâmica, além do conteúdo significativo, a predisposição do aluno para a aprendizagem é condição fundamental. Assim, a pouca abertura para as ideias do aluno, sem levar em consideração o que e como o aluno aprendeu, podem comprometer a aprendizagem significativa.

Desta forma e considerando o que foi apresentado neste tópico, não basta transmitir informações: é preciso educar no estrito senso da palavra. Nosso desafio é abrir caminhos para que a criança consiga utilizar em sua vida o que foi aprendido na escola, e transformar a curiosidade da criança em conhecimento a fim de que se torne um adulto-trabalhador consciente de seus direitos.

No próximo capítulo desta dissertação serão tecidas considerações sobre a disciplina e, aprofundando mais o tema foco desta pesquisa, sobre a indisciplina estudantil e suas implicações.

2 A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA ESTUDANTIL, OS PAIS E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo corresponde ao objetivo específico em que se pretendeu aprofundar os conceitos de disciplina e de indisciplina; temática foco deste trabalho.

A indisciplina escolar apresenta-se como uma transgressão de regras fixadas pela escola e demais legislações como o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, traduzindo-se num desrespeito, seja pelo colega, seja pelo professor, seja pela própria instituição escolar (BRASIL, 2006).

Enquanto revolta contra as normas, a indisciplina pode traduzir-se como uma forma de desobediência insolente e, no caso de desconhecimento de normas, como uma desorganização das relações (ARAGÃO; LOURENÇO FILHO, 2007).

Como afirmam Assis e Marriel (2010, p. 48), indisciplina indica ação de “negação ou privação de disciplina, noção de desordem, descontrole ou falta de regras”. Por exemplo, xingar, bater. Nessa perspectiva, há também as regras convencionais definidas por um grupo com objetivos específicos, como por exemplo, o uso de celular e a conversa em sala de aula.

Tanto a indisciplina moral como a convencional, segundo Vichessi (2009, p. 79): “misturam-se em extensos regimentos que pouco colaboram para manter o bom funcionamento da instituição e o clima necessário à aprendizagem”. Não é possível imaginar uma sala de aula em que os alunos sejam figuras passíveis, tenham somente habilidades em copiar da lousa, ouçam informações fragmentadas sobre temas que podem buscar com mais eficiência e rapidez na internet. O resultado será o tédio, a desmotivação e muito possivelmente a indisciplina.

Tavares (2012, p. 10) assegura que

Viver em sociedade requer o cumprimento de regras para possibilitar uma boa convivência, diálogo e cooperação entre os membros. A escola por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras para o seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam, ou seja, a disciplina na escola é um fator determinante para o bom desenvolvimento do aprendiz e do professor.

É reconhecido, desde há muito tempo, a necessidade de o professor dominar o conteúdo e saber lançar mão de estratégias eficientes para ensinar. Caso contrário, esse processo se reduz à transmissão automática de conteúdos.

A escola é, sem dúvida, uma instituição de conhecimento, que passa a contar

com alunos protagonistas – deixam assim de ser espectadores para serem agentes de seu próprio processo de aprendizagem.

Não poucas vezes, o aluno se torna o vilão se não se comportar de maneira esperada pela escola, como aponta Boarini (2013, p. 128):

[...] são as normas estabelecidas pela família, pela escola ou pela sociedade em geral, em determinados momentos históricos, que atribuem o significado do comportamento disciplinado ou indisciplinado. O fato do professor estar em situação privilegiada no nível do conhecimento o coloca automaticamente em condição superior. Ao observarmos o relacionamento entre professor e aluno é esperado que sempre o primeiro seja respeitado e imponha as condições em detrimento do segundo, sem considerar os condicionantes envolvidos nesse contexto.

É importante o professor estar atento a essas mudanças e buscar outras formas de ministrar aulas, com métodos dinâmicos, desafiadores e reflexivos. Há algum tempo atrás a postura do professor em sala de aula associava-se ao “dono do saber”, o conteúdo era repassado, cobrado com provas escritas e orais. Para uma aula verdadeira, devemos assumir mais o ponto de interrogação, questionar mais, pois é com a intermediação que o ensino-aprendizagem se concretiza de maneira consequente.

Neste contexto

A estrutura escolar e o sistema que rege o trabalho do professor são partes fundamentais no processo ensino aprendizagem. O professor, além de estar bem preparado com seu conteúdo e um ótimo plano de aula, precisa ter suporte didático para desenvolver com eficiência o seu trabalho (TAVARES, 2012, p. 14).

Se a repreensão funcionasse, a indisciplina não seria apontada como o aspecto da Educação mais difícil de se lidar no ambiente escolar. O problema é que, muitas vezes, a intervenção por parte dos responsáveis é dominadora, desconhecem o Estatuto da Criança, o regimento interno e os trâmites necessários para uma boa condução de cada caso. É um desafio para toda a equipe escolar; portanto, devemos estar conscientes de alguns aspectos, não para resolver na sua totalidade, mas amenizar, e tornar um ambiente agradável, onde todos possam ter segurança e autonomia.

Segundo Antunes (2016, p. 01): "disciplina é uma relação de afeto e respeito, uma ação recíproca de cumprimento de normas". O autor entende que disciplina seria aceitar que na sala de aula “constrói-se uma parceria fundamentada em regras que todos devem cumprir”. Cabe construí-las por meio de um acordo entre alunos e

professores, em que ambas as partes discutem e constroem seu papel e sabem como acatar sanções na eventualidade de um descumprimento.

Para Guimarães (apud DIOGO, 2015, p. 31),

[...] há três perspectivas de violência institucional no caso da escola: a dos poderes instituídos ou utilitários que neutralizam as diferenças individuais e objetivam a homogeneização; a violência anômica, observada nas reações brutais como depredação e agressividade entre alunos; a violência banal, caracterizada pela resistência passiva através de comportamentos de ironias, chacotas, etc.

De acordo com os autores e seguindo uma perspectiva piagetiana, se disciplina for entendida como “comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá ser traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas” (LA TAILLE, 2002, p. 10). Enquanto rebeldia contra as normas estipuladas, a indisciplina pode ser traduzida como desobediência arrogante e, não conhecendo as normas, traduz-se pela falta de organização das relações.

Neste contexto, explica Vieceli (2015, p. 68) em relação à indisciplina na escola:

A responsabilização do aluno como principal agente das manifestações de indisciplina na escola é comum, ou seja, uma vez sendo quem é punido e sofre na maioria das situações as consequências leva-nos a percebê-lo como o maior culpado ou responsável. É comum observarmos os alunos sendo responsabilizados tanto pelo seu êxito quanto pelo seu próprio fracasso. Porém, é necessário considerar a gama de aspectos envolvidos relacionados à própria instituição como métodos de ensino pouco diversificados, ausência de regras claras, além de fatores relacionados com a família que podem influenciar o comportamento dos alunos.

A criação de um clima favorável ao aprendizado depende, segundo Leite, Aguiar e Siqueira (2003, p. 262) “do compromisso do professor em aceitar contribuições dos alunos respeitando-as e em favorecer o respeito, por parte do grupo, assegurando a participação de todos sem preconceito ou discriminação”. Para os autores, a organização de atividades que favoreçam a fala e a escrita como meio de reorganização e reconstrução das experiências compartilhadas pelos alunos ocupam papel de destaque no trabalho em sala de aula. A comunicação propiciada nas atividades em grupo leva o aluno a perceber a necessidade de dialogar, resolver mal-entendido, ressaltar diferença e semelhança, explicar e exemplificar, apropriando-se de conhecimentos.

Na acepção de Sampaio (2012, p. 12),

A relação professor e aluno, sendo recíproca, aumenta a qualidade do ensino, criando um ambiente que propicia liberdade de expressão, no qual o aluno sinte-se à vontade para falar sem medo de ser repreendido se errar, que possa compreender o outro, suas opiniões, diferenças e que tudo isso contribua para sua formação como cidadão.

De acordo com Fonseca, Salles e Silva (2014, p. 38), o uso dos Livros de Ocorrências ou Livro Preto para disciplinar,

[...] no contexto atual, esses instrumentos parecem ter perdido sua eficácia, já que a ideia de respeito à autoridade não mais se sustenta pelo padrão moral ou pelo medo da punição. Mais uma vez percebe-se a necessidade de se criar espaços de diálogo e de buscar ações mais recíprocas entre os atores que vivenciam o contexto escolar.

Tomando aqui a disciplina como respeito às normas, é notória a importância e indispensabilidade da existência das regras para garantir a eficiência da prática educativa para harmonizar as relações; mas, nem toda regra tem relação com a moralidade. Desta forma, considerar o princípio de justiça e estabelecer as regras de forma coletiva, construídas em um ambiente cooperativo, é a base para desenvolver propostas pautadas na educação moral, objetivando o pleno desenvolvimento dos alunos (ARAGÃO; LOURENÇO FILHO, 2010).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (apud SILVA, 2013, p. 8),

O aluno com autoconceito negativo, que se considera fracassado na escola, ou admite que a culpa é sua e se convence de que é um incapaz, ou vai buscar ao seu redor outros culpados: que o professor é chato, que as lições não servem para nada, acaba por desenvolver comportamentos problemáticos e de indisciplina. Aprender é uma tarefa árdua, na qual convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido.

Para o sucesso na aprendizagem é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões de ordem afetiva. Mas isso não fica garantido apenas e exclusivamente pela ação do professor, embora seja fundamental dada a autoridade que ele representa, mas também deve ser conseguido nas relações entre próximos alunos.

Na concepção de Vieceli (2015, p. 78):

Sabemos que não há receita específica para diminuição dos conflitos no ambiente escolar, assim como problemas relacionados à aprendizagem e permanência dos alunos na escola, porém, é possível a parceria da escola, especialmente com a comunidade e com a família, visando conhecer e acolher a diversidade e pluralidade social e cultural dos alunos, adequando os projetos e propostas educativas aos interesses e características dos seus alunos e da sociedade em que está inserido.

Segundo Gentile (2013, p.1),

É impossível falar de indisciplina sem pensar em autoridade. E é impossível falar de autoridade sem fazer uma ressalva: ela não é dada de mão beijada, mas é algo que se constrói. Ou seja, ter autoridade é muito diferente de ser autoritário. Um professor autoritário pode impor regras que sejam impossíveis de se cumprir, e isso pode acabar contribuindo para aumentar a indisciplina na sala de aula, além de não contribuir com a aquisição do conhecimento que é a função central do trabalho educativo.

No entanto, mesmo com as tradicionais práticas de ensino, há professores que conseguem manter a disciplina na sala de aula. Os docentes que não conseguem essa ordem ficam insatisfeitos em relação à sua atuação profissional, desmotivando-se, mesmo que saibam que não se pode confundir disciplina com autoritarismo.

Nesta direção, Vasconcellos (2012, p. 62) afirma:

A questão disciplinar está no entorno de duas queixas básicas: a falta de interesse dos alunos: desinteresse, indiferença, apatia, desmotivação, falta de perspectiva, cinismo, descrença, desesperança, falta de clareza de objetivos. A falta de limites dos alunos: desrespeito, agressividade, transgressão, desobediência às normas. O espectro aqui vai da simples transgressão da norma até a violência.

A indisciplina parece ser uma dificuldade ou um problema, porém em alguns casos pode ser atenuada com a utilização do Projeto Político Pedagógico, de forma que, por meio dele, a família, os professores e até mesmo a comunidade podem contribuir para a sua solução. Segundo Antunes (2006, p. 14), existem inúmeras definições para indisciplina, “no entanto, mais fácil seria perceber que a indisciplina constitui fenômeno que todo professor facilmente percebe, ainda que mal a defina”.

Antes de prosseguirmos com o capítulo subsequente desta dissertação, julgamos importante identificar e analisar, mesmo que brevemente, alguns trabalhos que também focaram a indisciplina em escolas de Santa Catarina. Não se trata de uma revisão exaustiva das investigações realizadas neste estado, mas sim uma visada para dentro de estudos ao nosso alcance, com temática e objetivos mais ou menos semelhantes a este que aqui nos propomos seguir.

Pereira et al. (2014) analisaram as associações entre perfil de ambiente e condições de trabalho com a qualidade de vida de professores, em estudo descritivo-transversal com 349 professores de Educação Básica de Florianópolis das redes estadual e municipal de ensino, conforme dados fornecidos pela Secretaria de

Estado da Educação, Ciências e Tecnologia de Santa Catarina e da Secretaria Municipal de Educação.

Em item contido na pesquisa sobre condições didático-pedagógicas do trabalho, “50,1% dos professores se referiram a dificuldades com o trabalho em função de alunos agressivos e indisciplinados” (PEREIRA et al., 2014, p. 116). Postularam ainda que são necessárias intervenções que considerem importantes ações coletivas para amenizar a indisciplina dos alunos.

Silva (2016) realizou estudo sobre a capacidade de vocalização dos Conselhos Tutelares no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina por meio de pesquisa qualitativa, em processo de observação por sete meses junto a 13 seminários regionais; uma assembleia geral extraordinária; seis reuniões com integrantes das coordenações regionais; um seminário estadual; um encontro estadual de Conselhos Tutelares e de Direitos; um curso de capacitação para uso do SIPIA-CT Web. No quadro dos resultados obtidos, consta que:

Os conselheiros alegam que as escolas tendem a não aplicar seus regimentos internos e encaminham as situações de indisciplina para que o Conselho Tutelar gerencie conflitos entre os alunos e desses com os professores. Ou aplicam sanções como a suspensão e a transferência compulsória, que são consideradas medidas impeditivas do acesso à educação. E quando há prática de atos infracionais, as escolas demandam a intervenção do Conselho Tutelar ao invés de acionarem a polícia. Nas duas circunstâncias os conselheiros são chamados a intervir em situações que não são pertinentes às suas atribuições (SILVA, 2016, p. 179).

Porém, observaram que a ação do Conselho Tutelar recai mais sobre as famílias do que sobre as instituições e mais em situações focalizadas e emergenciais do que em ações coletivas.

Explicam que a denúncia foi realizada, no entanto, não foram constatadas manifestações dos conselheiros no sentido de propor ações coletivas, ou seja, não avançaram na direção da restituição dos direitos violados.

Cancelier e Oliveira (2017) realizaram uma pesquisa objetivando identificar qual a compreensão que os estudantes da escola estadual Eurico Pinz de Fraiburgo, SC, possuem sobre as suas contribuições associadas às do gestor, pois este pode liderar os afazeres necessários para a efetivação da escola reflexiva. Os dados foram coletados por meio de questionário assistido, com explicações sobre o sentido da escola reflexiva. As questões foram delimitadas pelas temáticas da cidadania,

participação, coletivo, individual, poder decisório, interação, entre outras.

Na questão em que procuraram descobrir se todos participam do processo de aprendizagem ou se os professores ensinam e os estudantes aprendem, os resultados da pesquisa indicaram:

A grande maioria destacou que os professores ensinam e os alunos aprendem, e que não existe um processo de aprendizagem envolvente que alcance a todos. Essa questão foi a mais reveladora de todas, pois os estudantes lembraram que os pais não têm sido oportunizados de opinar sobre o que é ensinado a seus filhos. Também porque uns estudam e outros somente fazem bagunça, são indisciplinados. O pai somente é chamado quando o filho ou filha apronta, jamais para receber um elogio. Quase nada é compartilhado com outras pessoas; não existe interação entre escola e pais; o que se aprende não é colocado em prática na comunidade (CANCILIER; OLIVEIRA, 2017, p. 233).

Concluíram que é possível a efetivação de uma escola reflexiva porque já existem lampejos que apontam para essa nova maneira de concretizar a educação. Para tanto, é necessário que o gestor seja em tempo integral uma presença provocativa e sensibilizadora para acolher e materializar as demandas dos estudantes (CANCILIER; OLIVEIRA, 2017).

Em dissertação de mestrado em Educação, Varaschin (2016) investigou como 23 alunos do 8º ano compreendem o problema da indisciplina, as causas e as consequências desse problema para o cotidiano escolar, em uma escola de Joaçaba - SC. Tais alunos foram indicados pela escola, por estarem apresentando problemas de indisciplina. Os alunos vivenciaram durante três sessões a aplicação de um jogo psicopedagógico intitulado “Falando sobre a indisciplina”.

Seus resultados indicam que para os alunos a indisciplina configura-se como:

[...] condutas antissociais vivenciadas pelos próprios alunos tidas como: brigar, bater em outras pessoas, descumprir regras e desrespeito com colegas, professores e com os pais/cuidadores. 61% dos alunos relataram ser do próprio aluno a culpa pelos atos indisciplinados tendo como fatores propulsores os psicossociais se sobrepondo aos fatores pedagógicos. As consequências se registram com prejuízo no ensino aprendizagem e na relação professor/aluno. Outro dado revelado segundo o relato de 96% dos alunos é sobre os encaminhamentos que a escola precisa direcionar. Para estes alunos os atos de indisciplina merecem punição para que quem os tenha cometido, aprenda a ter respeito e que em momentos futuros comportamentos indisciplinados sejam evitados. A escola faz uso de ações punitivas como proposta de enfrentamento da indisciplina, porém não eficazes, segundo os alunos (VARASCHIN, 2016, p. 82).

Varaschin (2016) concluiu que é importante deixar de conceber, primeiramente, que o aluno indisciplinado é o problema. Quando se destaca que a

indisciplina pode indicar muitas facetas, isso pode significar que é necessário conhecer o que está nas entrelinhas das causas dessa indisciplina. Em sua conclusão a autora deixa uma indagação: como seria a percepção dos professores que atuam no 8º ano a respeito dessa temática? Destaca que, a sensação ao finalizar a pesquisa era a de ter muito mais perguntas do que respostas.

Também em dissertação de mestrado em Educação, Camargo (2015) avaliou a contribuição do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) em relação ao encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar. A amostra foi composta por vinte e cinco alunos, pertencentes a uma escola pública do município de Lages/SC, que participaram das atividades do PROERD, ao longo de um semestre letivo no ano de 2013, quatro policiais militares (instrutores), dezesseis pais dos alunos por meio de um questionário e uma professora por meio de entrevista.

Sua análise dos dados revelou que o PROERD contribui para o processo de aprendizado de conteúdos que favorecem relações mais amistosas entre os alunos e o encaminhamento de situações de conflitos entre os mesmos. A maioria destacou que aprendeu a não utilizar substâncias entorpecentes, o valor da disciplina, da amizade e do trato interpessoal e a mudança de comportamento. Os pais relataram mudanças no comportamento dos filhos após o programa, aprenderam a pensar sobre o valor de não serem violentos e a tratar adequadamente as pessoas.

No que se refere à participação dos policiais trabalhando com os alunos, a maior parte dos pesquisados afirmou que não haveria diferença se o PROERD fosse desenvolvido por professores, entretanto, alguns participantes da pesquisa, enfatizaram que o fato de o policial militar ser o instrutor favoreceu o alcance dos objetivos do programa. Para os pais, os policiais militares impõem respeito, medo, disciplina. Para a professora, o PROERD deve ser desenvolvido por policiais militares, pois estes simbolizam uma figura de autoridade e utilizam-se de um estilo de linguagem diferenciada (CAMARGO, 2015, p. 8).

Camargo (2015) concluiu que o Programa PROERD vem alcançando resultados interessantes, considerando sua colaboração no encaminhamento de questões/problemas relacionados aos conflitos interpessoais na escola.

Em matéria escrita no Jornal Gazeta do Povo, Voitch (2007) faz referência que “A indisciplina na escola tem origem em casa”, que foi tema no 3º Seminário Indisciplina na Educação Contemporânea, promovido pelo Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe) em parceria com universidades paranaenses. O raio

de abrangência dessa matéria incluiu o estado de Santa Catarina. Relata que o problema decorre da ausência e da desatenção dos pais, cada vez mais atarefados e menos predispostos a acompanhar a educação dos filhos:

A relação entre pais e escola também foi tema de um trabalho realizado por Garcia, no qual ele entrevistou 420 professores do Paraná e de Santa Catarina. Segundo a maioria dos profissionais, os pais são os principais responsáveis pela indisciplina nas escolas, afirma. O estudo também mostrou que as três principais queixas dos educadores são semelhantes. Os professores reclamam da ausência de limites, da falta de respeito e de cooperação por parte dos estudantes. Pedagogicamente as três respostas significam a mesma coisa, que houve uma ruptura nos vínculos de cooperação aluno/professor. E se o aluno não vê oportunidade de aprendizagem, surge a oportunidade da indisciplina (VOITCH, 2007, p. 1).

Para os professores participantes do referido Seminário, primeiro é preciso dizer que a questão da disciplina na escola não está desligada daquilo que ocorre fora da escola. A violência de dentro é um sintoma da violência de fora - mais do que nunca, a escola precisa servir como um "reduto contra a barbárie". A lógica é simples. Em um mundo com regras ditadas pela violência, a escola tem de assumir seu papel de mediadora de conflitos, de forma democrática, com possibilidade de voz ativa para pais, alunos, professores e membros da comunidade. Contra a lógica da violência temos de impor democracia e mais democracia (VOITCH, 2007).

Da mesma forma, a indisciplina foi tema da dissertação de mestrado em Educação de Vieceli (2015), em que verificou o processo de ensino e aprendizagem e sua relação com a indisciplina escolar, no Instituto Federal Catarinense Campus Videira, do ponto de vista dos alunos e professores, bem como evidenciar se a presença de comportamentos indisciplinados está relacionada com a forma como os processos de ensino e aprendizagem são desenvolvidos. A amostra foi composta por 9 alunos do ensino médio integrado, com e sem registros disciplinares e 3 professores que atuam com esse público. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas.

A análise de dados revelou que a desmotivação, o desinteresse e o cansaço gerado pelo regime de ensino integral foram apontados como as principais dificuldades no dia a dia de sala de aula, porém, recebeu destaque o interesse e a busca pessoal do aluno para o aprendizado. A indisciplina na escola foi associada a situações de desrespeito, nas relações com os demais e com o espaço físico (salas de aula, corredores), ou seja, o indisciplinado atrapalha e, segundo os pesquisados, deve ser coibido, principalmente, pelo professor, a não se comportar dessa forma (VIECELLI, 2015, p. 7).

Seus resultados indicaram que há a necessidade de um melhor entendimento

em relação aos elementos que subjazem às relações entre professor e aluno, entre alunos. Ficou evidente a necessidade de orientação e diálogo na busca de propostas em nível institucional, tanto para as questões envolvendo as dificuldades de aprendizagem quanto para as relacionadas à indisciplina.

Reis e Zanella (2008) realizaram estudo objetivando refletir sobre uma intervenção psicológica pelo Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, realizada junto a uma turma de 4º ano de uma escola pública de ensino regular em Santa Catarina, atendendo à queixa da professora em relação à indisciplina nas dificuldades de relacionamento destes com colegas e/ou professores

Efetuarão observações e entrevistas informais com a professora em relação à intervenção em sala de aula junto aos alunos, na intenção que ela se reconhecesse como co-produtora do contexto. Assim, “a partir do diálogo com a professora foi possível refletir sobre sua prática, bem como planejar uma atividade que mobilizasse alunos e professora para outras formas de agir e se relacionar” (REIS; ZANELLA, 2008, p. 10).

Como resultado, constataram o reconhecimento tanto da professora quanto dos alunos como partícipes da situação/queixa de indisciplina e das possibilidades de sua transformação.

Camargo (2011) objetivou analisar a aplicação de três tipos de intervenção psicológica para o controle da indisciplina, supostamente frequentes nas escolas: a ordem, a ameaça e a solicitação da presença do diretor, formas de comunicação essas que podem interferir na perda progressiva da autoridade do professor em sala de aula. Tal estudo foi realizado em uma escola pública de Tubarão – SC.

As estratégias do professor mostraram-se insuficientes para a obtenção da intenção comunicativa que as motivou, visto que o professor não conseguiu fazer com que os alunos parassem de falar e começassem a prestar atenção na explicação da matéria. Ao contrário, evidenciaram um progressivo declínio do exercício de sua autoridade diante dos alunos (CAMARGO, 2011, p. 9).

O resultado das três intervenções sugere como tais formas de comunicação mais comuns usadas pelos educadores para o manejo coletivo de ações disciplinares podem resultar na perda da autoridade do professor, ou seja, o progressivo desgaste do poder do docente sobre os estudantes.

Peruzzo, Siqueira e Alberici (2016) realizaram estudo com o objetivo de verificar quais os fatores que permeiam as relações interpessoais entre professor e

aluno em uma escola estadual localizada na cidade de Vargeão - SC. Para tal, investigaram professores e alunos das turmas de 8ª e 2ª séries por meio de questionários distintos entre os sujeitos.

Suas conclusões apontaram diferenças significativas nas respostas dos questionados e também similaridades em relação ao respeito e diálogo, pois a indisciplina é um fator que prejudica bastante, que deixa os colegas que querem prestar atenção impacientes e desconcentrados e levam os professores a ficarem nervosos, perdendo o rumo do assunto, o tempo e adquirindo mais estresse.

Linder-Silva (2017) realizou estudo de caso envolvendo professores de 8º ano de uma escola de periferia de Lages – SC, buscando descobrir os “sentimentos de injustiça” de professores que atuam com adolescentes de periferia, e os efeitos de indisciplina decorrentes de tais sentimentos no cotidiano escolar. Foram aplicados questionários aos docentes, análise dos cadernos e livros de ocorrência da escola e observação do Conselho de Classe da Unidade Escolar.

Nessa investigação, o autor percebeu inúmeros casos de nomeação praticados pelos docentes da Unidade Escolar em que os estudantes eram categorizados, levando em consideração as percepções dos atores sociais do campo investigado, articulando-as às interpretações baseadas em pressupostos sociológicos na área da educação.

Nesse sentido, considerou que muitos estudantes da escola pesquisada resistiam à autoridade docente, contrapondo-se aos professores. No entanto, esta situação favorecia o sentimento de injustiça dos docentes que passavam a nomear os estudantes através de discursos performativos negativos. Por sua vez, os alunos acatavam as categorizações, passando a agir de acordo com as nomeações negativas.

Desta forma, concluiu constatando que

[...] um número significativo de adolescentes resiste ao que Dubet (1998) chama de violência exercida pela escola e, ao fazerem isso não estão reconhecendo a autoridade pedagógica dos professores, pois se contrapõem à mensagem por eles proferida. Esta conjuntura favorece o desenvolvimento de sentimentos de injustiça nos docentes, que passam a nomear os estudantes resistentes, fazendo separação entre os que merecem e os que não merecem o investimento da escola (Ritos de Instituição), através de discursos performativos negativos (LINDER-SILVA, 2017, p. 5653).

Neste contexto, explica ainda que os estudantes normalmente acatam os

insultos e acusações públicas emitido pelos docentes, tomando para si o julgamento que os invalida, gerando indisciplina escolar. A escola fracassa ao tentar instituir os papéis idealizados e acaba por instituir, sem perceber, justamente os comportamentos que ela repele, perpetuando o sentimento de injustiça entre os docentes (LINDER-SILVA, 2017).

Sintetizando as pesquisas que também focaram a indisciplina em escolas de Santa Catarina, pode-se perceber que ocorre em diferentes espaços escolares e tem sua origem em aspectos muito diferenciados, cabendo à escola aplicar regras e normas que orientem o seu funcionamento e a convivência entre os diferentes componentes da instituição, sejam eles alunos, professores, pais e demais funcionários, para que os mesmos possam entender as regras como condição necessária ao convívio social.

Neste contexto, o professor necessita ter um papel preponderante e crítico quando o discente não respeita conceitos que foram estabelecidos, tendo que ser coerente com os valores que vai transmitir aos alunos e a sua prática, de forma a não dar-lhes uma visão distorcida daquilo que ele pretende, na realidade, trabalhar.

Os alunos compreendem claramente que precisam ser tratados como seres que merecem respeito e motivados para aprender e pensar sobre suas próprias vidas, tanto no presente como no futuro, pois são pessoas com um caráter integral.

O próximo capítulo trata-se da análise e estudo do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e Livro de Registros da instituição em epígrafe neste trabalho, bem como a caracterização das causas mais frequentes da indisciplina estudantil. Buscando identificar os casos de indisciplina no dia a dia em sala de aula, analisa-se a também a pesquisa de campo efetuada junto aos diretores, professores e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, à luz da gestão democrática, bem como a proposta de intervenção realizada e sugestões para amenizá-la.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO PPP, REGIMENTO INTERNO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS

Este capítulo responde aos objetivos específicos o qual trata de analisar de que maneira(s) o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno da escola abordam o fenômeno da indisciplina; identificar e caracterizar as causas mais frequentes da indisciplina na escola através do Livro de Registro.

Considerando o universo da escola pública estadual de Fraiburgo, os documentos analisados foram o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Interno vigente no ano de 2017 e o livro de registro de ocorrências de 2017 da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias de Fraiburgo. A análise de conteúdo verificou que existem trechos com considerações a respeito da indisciplina, das normas escolares previstas no regimento, bem como o teor das orientações para encaminhamento e solução de casos de indisciplina.

Finalmente e não menos importante, uma vez configurados os dados a respeito da indisciplina a partir da materialidade do Projeto Político Pedagógico, do Regimento e do livro de registros, bem como a pesquisa de campo efetuada, os mesmos foram analisados no horizonte da gestão escolar democrática, gerando assim um conjunto de ações (intervenções) com o objetivo de, se não eliminar o problema, pelo menos diminuir a sua incidência a partir de instrumentos de prevenção.

3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS

A análise de documentos estudados o PPP - Projeto Político Pedagógico e o Quadro de registros da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, alguns recortes de estudo foram necessários para compreender o objetivo da pesquisa e o foco principal que tem como tema Gestão Escolar: Enfrentando a Indisciplina Estudantil.

Partindo do estudo e análise deste documento, o PPP proporciona todo embasamento, normatização e regras inseridas no Regimento Interno da Instituição, direcionando as ações previstas como direitos e deveres de todos os segmentos da comunidade escolar, bem como as normas e regras foram elaboradas para serem respeitadas e seguidas. No entanto, sempre existem algumas falhas no cumprimento

das mesmas, mesmo porque é perceptível em todos os ambientes públicos e privados algumas situações desfavoráveis e não aceitação de algumas normas e regras previstas no regimento.

Partindo desse ponto de vista, percebe-se que na instituição escolar não é diferente, sempre existem indivíduos nos diversos segmentos que não respeitam o que está estabelecido através do documento acima citado. O que é mais visível ainda em alguns educandos que, muitas vezes, vêem a escola como uma válvula de escape para poder ausentar-se de sua família por motivos particulares que não se revelam. Mesmo assim, a escola busca interagir de um modo mais amigável e de confiança para tentar auxiliar esses educandos e os encaminhar a um melhor relacionamento com os profissionais e família.

Gadotti e Romão (2001, p. 37) afirmam

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.

Contudo, o PPP é um documento norteador de todo o trabalho democrático da instituição no decorrer do ano letivo e, mesmo assim, apresenta algumas situações de não aceitação e descumprimento das normas elaboradas para o bom funcionamento do trabalho no dia a dia. Com certeza essa parcela de desobediência por parte dos educandos gera conflitos de disciplina e indisciplina no interior da instituição.

Na atualidade se busca uma gestão democrática com o objetivo de obter a participação de todos os segmentos nas decisões tomadas para o andamento de todo o processo de organização da instituição, porém, não se consegue a total participação das famílias, principalmente as que mais necessitam estar presentes na vida escolar dos filhos, muitas delas não dão a devida importância ao acompanhamento dos mesmos.

No entanto, o não cumprimento das regras e normas estabelecidas pela instituição gera conflitos os quais desenvolvem indisciplina, em que o educando passa a não aceitar algumas inferências que estão postas no regimento, causando dificuldades no entrosamento e na relação professor e aluno ou, até mesmo, no andamento escolar como um todo. De certa forma alguns dos educandos começam

com infreqüência, passam a não trazer mais os materiais, não fazem mais as atividades, não fazem e não entregam os trabalhos, deixam de fazer e entregar as provas, passando a maioria do tempo nas salas de direção e do pedagógico onde são encaminhados, tornando-se cada vez mais difícil a relação no interior da instituição, às vezes mesmo convocando a família tem situações desfavoráveis ao desenvolvimento do educando. Ao que se percebe, em algumas situações é necessário tratar o educando com amor, paciência, respeito e confiança para poder resgatar a autoestima e melhorar sua busca de metas e objetivos para a vida, conforme a menção de Moysés (2005, p.18), “a autoestima se constrói passo a passo, pois é a percepção que a pessoa tem do seu próprio valor”. Dessa forma, é possível transformar sonhos em realidades.

No entanto, quando se faz necessária a aplicação de algumas normas de convivência por motivos diversos, é imprescindível a observação de como está caracterizado no PPP para que não se abra precedente de neutralidade nos registros redigidos e nas tomadas de decisões conjuntas.

[...] o projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo [...] Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática (SILVA, 2003, p. 298).

A análise e estudo do PPP na sua totalidade deram consistência na base de estruturação do funcionamento escolar no dia a dia durante um ano letivo, porém mais aprofundado, o Regimento Interno do Educando para entender mais sobre as consequências da indisciplina na instituição escolar.

Percebe-se que, mesmo com a gestão democrática na instituição, a indisciplina vem acontecendo ao longo do tempo e se expressa de diversas formas - muitas vezes é necessário aplicar normas de convivência para poder controlar a complexidade de um fenômeno que se repete.

No entanto, quando se fala nessa problemática da indisciplina percebe-se que a mesma é uma das questões mais preocupantes a serem abordadas e discutidas no âmbito da instituição. Se há indisciplina nas escolas, com certeza esse tipo de comportamento tem suas origens em experiências anteriores, na maioria das vezes no próprio ambiente familiar.

Nesse sentido, busca-se refletir sobre o problema e propor alternativas

válidas para melhor encaminhamento de possíveis casos. Com a reformulação do Regimento Interno, o amparo legal norteará as atividades pedagógicas atinentes aos casos de indisciplina (ECA, 2006).

Salienta-se que se faz necessária, diante da questão da indisciplina, a busca de parcerias como: Conselho Tutelar, Ministério Público, família e toda a comunidade escolar, para que haja maior entendimento e efetivação do cumprimento das normas da escola. A partir desta problemática, o PPP - Projeto Político Pedagógico que é o principal documento que norteia e ampara a instituição de ensino, é inserido através de seus objetivos de portaria e resolução das quais são segmentos encaminhados da Secretaria Estadual de Educação a todas as escolas estaduais. Contudo, a cada ano letivo se faz necessário reorganizar e estruturar de acordo com as devidas exigências recebidas, todo o processo de alteração do Regimento Interno com o consentimento e aceite pela comunidade escolar na qual faz parte da Gestão Democrática Escolar. Sendo assim, procura-se inovar a prática pedagógica e obter um novo olhar sobre a juventude e a adolescência, pois se sabe que a indisciplina indica que algo não está correto, seja na escola, na família, ou seja, ainda no âmbito do conflito interno do estudante.

De acordo com o que se observa, o atual conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo educacional e pedagógico. Isso implica participação coletiva e comprometimento de todos os segmentos escolares em todas as discussões e nas efetivas decisões, acompanhamento e avaliação, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais positivos frente a essas problemáticas cada vez mais visíveis e complexas. Na concepção de Hernández (2003, p. 25) “os próprios professores deverão estar convencidos da necessidade dessa participação já que a escola não pode ser propriedade dos professores, ela deve incluir toda comunidade educativa no planejamento de suas metas de melhoria”.

Constata-se que toda Unidade Escolar, seja ela pública ou privada, deve ter um regimento interno, este devidamente pautado pela legislação em vigor, contemplando os direitos e os deveres dos educandos. O mesmo deve ser claro, objetivo e conhecido por todos. Visando construir de forma democrática e participativa um regimento escolar que venha de encontro aos anseios da instituição, se delibera os assuntos relevantes a organização e estruturação do trabalho administrativo e pedagógico da Instituição Educacional como um todo.

3.2 APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GONÇALVES DIAS

A Escola de Educação Básica Gonçalves Dias foi fundada no ano de 1957 e funcionou até 1959 como Escola Isolada pertencente ao Município de Curitiba. Nos anos de 1959 e 1960, funcionou como Escola Reunida Professora Edite Alano. Em 1961 foi criado o Grupo Escolar Elpídio Barbosa. No ano de 1964 passou a se chamar Grupo Escolar “Gonçalves Dias”. Em 1976 o Grupo Escolar “Gonçalves Dias” foi transformado em Escola Básica Gonçalves Dias.

Como a escola está situada no centro da cidade, na Rua Padre Biagio Simonetti, nº 574, fica próxima de uma diversidade comercial, entre elas: bancos, supermercados, clínicas e comércios em geral. Nas proximidades existem sorveterias e barzinhos; o próprio centro da cidade é um local de bastante movimento, onde com frequência ocorre o encontro de pessoas.

A Escola de Educação Básica Gonçalves Dias é a maior escola do município. Atende a uma clientela bastante diversificada - uma pequena parcela vinda do centro da cidade e uma grande maioria oriunda dos diversos bairros e Localidades periféricas, com aproximadamente 950 alunos distribuídos nos três turnos e nos vários níveis de ensino, Ensino Médio Regular, Curso do Magistério e o Ensino Médio Inovador.

Tem como objetivo geral oportunizar ao aluno condições para o desenvolvimento de seu potencial, intelectual, social, emocional de forma a superar as posturas tradicionais e autoritárias desenvolvidas no âmbito escolar, oferecendo-lhe diferentes oportunidades de aprendizagens. Visa atender às necessidades de desenvolvimento do educando dentro de uma visão holística, capacitando-o para um pensamento e ação crítica de ser, agir e interagir com o meio no qual está inserido.

Dessa forma, em sendo a escola uma organização, viabilizou-se normatizações e resoluções que se fazem necessárias para o bom funcionamento da Instituição escolar na sua totalidade. O PPP aparece organizado por Título, Capítulo e Seções. O mesmo está historicamente contextualizado com base nas concepções filosófico-pedagógicas, de mundo-sociedade-escola. Apresenta objetivo geral e objetivos específicos elaborados de acordo com a sua realidade. O Projeto Político Pedagógico tem o objetivo de ser um instrumento que releva o desenvolvimento e avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos

direitos e deveres da comunidade escolar e as condições de igualdade oferecidas e praticadas, no sentido de “acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes”, em conformidade com as Diretrizes do CEE (Conselho Estadual de Educação).

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da instituição resulta de um processo democrático, que envolveu uma equipe de profissionais comprometidos com a educação. Todo o trabalho de elaboração e reelaboração foram construídos a partir de diagnósticos através de uma metodologia coletiva, contínua e participativa.

A organização intraescolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo:

- Direção Geral e Assessores
- Serviços Técnicos – Pedagógicos
- Serviços Técnicos – Administrativos
- Corpo Docente
- Funcionários da APP
- Corpo Discente
- Conselho Deliberativo Escolar
- Associação de Pais e Professores
- Grêmio Estudantil

A Escola de Educação Básica “Gonçalves Dias” pode oferecer, de acordo com a legislação vigente, Ensino Médio, Ensino Médio Inovador e o Curso Técnico em Magistério com Habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais, também a Instituição contempla a sala do SAEDE Misto – DA-DV-DM, levando em consideração as suas condições físicas, humanas e materiais, totalizando em torno de 890 alunos distribuídos nos três períodos matutino, vespertino e noturno.

Quanto ao período de funcionamento, a Unidade Escolar oferece ensino nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) desde que devidamente autorizado pelos órgãos competentes e em concordância com a legislação vigente.

3.3 REGIMENTO INTERNO DA INSTITUIÇÃO

A instituição de ensino tem por objetivo geral proporcionar a formação do estudante nos aspectos afetivo, cognitivo, científico e profissional, garantindo

desenvolvimento integral do ser humano, a autonomia intelectual e o exercício pleno da cidadania.

O Regimento Interno da instituição está contemplado no Projeto Político Pedagógico da Escola e este, por sua vez, apresenta as normas e regras para os corpos docente e discente estabelecidas e elaboradas por todos os profissionais da instituição. A Escola de educação Básica Gonçalves Dias é, no que se refere a alunos, professores, pais e comunidade, regida conforme o que estabelece a legislação em vigor e o estabelecido no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

O regimento prevê ao educando que cometer um ato indisciplinar, a aplicação de medida didático-pedagógica e os encaminhamentos necessários a cada situação praticada e presenciada. Dessa forma, considerando-se funções sociais e públicas de cada segmento educacional às prerrogativas de fazer uso de seus direitos e também o cumprimento de seus deveres, de acordo com as normas e regras apresentadas a seguir:

3.3.1 Normas e Regras de Convivência para o Corpo Discente da “EEB Gonçalves Dias” – uma Listagem

- O aluno que chegar atrasado deverá justificar junto à direção o motivo, reincidência acarretará na convocação dos responsáveis (exceto ônibus, carteirinha).

- O aluno que gazar deverá retornar à escola acompanhado dos pais.

- O uso do celular é proibido, se for recolhido só será devolvido aos pais ou responsáveis. (manter desligado, alunos e professores).

- Não é permitido ao aluno trazer objetos alheios ao processo escolar (revistas, brinquedos, bala, pirulito, baralho, máquina digital, chiclete, etc), sob pena de serem advertidos e/ou punidos.

- Só será permitido ao aluno menor de idade retirar-se da escola se pais ou responsáveis vierem buscá-lo.

- Qualquer dano ao patrimônio escolar deverá ser ressarcido.

- É proibido o uso de boné e óculos escuros. Tocas, somente no inverno.

- Recomenda-se o uso do uniforme escolar. O aluno com trajes inadequados (shorts, minissaia, blusa decotada), será advertido.

- Proibido namorar na escola, em caso de reincidência um dos pares deverá trocar de turno.
- Uma vez dado o sinal de entrada, os alunos do Ensino Médio deverão aguardar em sala.
- Não é permitido ao aluno permanecer na porta da sala na troca das aulas.
- É proibida a permanência na escola de pessoas que não fazem parte desta comunidade escolar.
- Saída em atividades fora da escola somente com uniforme e autorização dos pais.
- Os alunos não podem permanecer na sala de aula durante o recreio.
- Não é permitida a entrada de alunos na sala dos professores.
- É obrigação do aluno providenciar os documentos exigidos pela escola (transferência, atestados, etc.).
- Trote (ovo, farinha, etc.), suspensão.
- Respeitar a faixa de pedestre permanecer aguardando o transporte na calçada.
- A turma que boicotar as aulas estará automaticamente suspensa no dia subsequente.
- Bullying (agressão verbal e moral), não será tolerado, estando sujeito a punições.
- Aula de Educação Física exigirá uniforme adequado (agasalho, tênis sola branca).
- O aluno deve chegar à escola, e entrar, não ficar desfilando.
- Bebida alcoólica, refrigerante expressamente proibido.
- Ficar em frente da escola, sentado será advertido e suspenso.
- Proibido fumar nas dependências da Escola.
- Devolver os recipientes da merenda na cozinha, após as refeições.
- O aluno tem direito a recurso após 48 horas da divulgação dos resultados finais.
- As atitudes indisciplinadas em sala de aula ou nas dependências da escola serão informadas aos pais através de uma notificação (advertência) que deverá retornar assinada pelos mesmos.
- Estas Normas se aplicam a todos os alunos da unidade escolar (Ensino Médio, Ensino Médio Inovador e Curso Técnico Magistério).

- O aluno que não respeitar as normas aqui expostas será encaminhado à Direção que tomará as medidas necessárias de acordo com o P.P.P. desta Unidade Escolar.

“Onde há encontro de pessoas, há regras de convivência”

3.4 LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

O livro de registros da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias é reservado e confidencial, somente a direção da instituição tem acesso², nele são apresentados todos os registros de ocorrências registrados ao longo do ano letivo. O estudo do livro de registros, autorizado pela direção escolar, apresentou uma diversidade de atos indisciplinados, desde o mais simples até os mais complexos, gerando desconforto às famílias e à instituição, que muitas vezes precisa de apoio do Conselho Tutelar, Promotoria Pública e até mesmo Polícia Militar, os quais são órgãos competentes que sabem lidar com diversas situações indisciplinadas e representam maior segurança com o acompanhamento em reunião e convocação familiar e comunidade escolar.

Os casos mais frequentes de indisciplina são: alunos sem materiais, não fazem tarefas, não entregam trabalhos, faltosos, gazeiam aula, seguidos de atitudes de agressividade contra colegas profissionais. O mesmo apresenta um número significativo de registros dos casos mais comuns até os casos mais complexos e fortes situações, as quais são caracterizadas da seguinte maneira:

Quadro 1 – Registros de ocorrências de indisciplina no Ensino Médio – fevereiro a novembro de 2017

Mês	Número de casos	Encaminhamentos
Fevereiro:	05 Casos	
	1 - Atitudes indisciplinadas e falta de materiais. 2 - Falta de respeito e educação com colegas e professores. 3 - Alunos que chegam de ônibus e não entram para a escola. 4 - Atitudes agressivas nas dependências	1 - Pedagógico e Direção. 2 - Direção advertência verbal. 3 - Pedagógico e Direção. 4 - Direção orientação e

² Obteve-se autorização verbal pela direção da escola para utilizar o livro de registros.

	da escola.	registro em ata.
Março:	08 Casos	
	<p>1 - Desrespeito, atitudes imaturas e se negarem a realizar as atividades, atrapalhando as aulas.</p> <p>2 - Um grupo de alunos desrespeitaram as regras da instituição, se fecharam em sala no intervalo, se recusaram sair para o intervalo.</p> <p>3 - Atitude indisciplinar desrespeito às normas da instituição.</p>	<p>1 - Direção, orientados e advertidos.</p> <p>2 - Pedagógico, advertência verbal, em caso de incidência irão para direção.</p> <p>3 - Pedagógico orientação e advertência.</p>
Abril:	03 Casos	
	<p>1 - Agressão verbal, física, ameaça contra colegas e direção.</p> <p>2 - Cinco (5) casos que se negaram a realizar atividades propostas e desrespeitaram professor por várias vezes.</p> <p>3 - Caso de uso de drogas lícitas e ilícitas, Recolhidos vários tipos de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas.</p>	<p>1 - Direção: Advertência, convocação da família e o Conselho Tutelar.</p> <p>2 - Direção realizaram reunião com os pais, se haver incidência transferência.</p> <p>3 - Direção orientação, convocação da família e o Conselho Tutelar e Polícia.</p>
Maio	03 Casos	
	<p>1 - Evasão escolar.</p> <p>2 - Situações que não entregam trabalhos.</p> <p>3 - Agressão e provocação em sala e nas dependências da escola.</p>	<p>1 - Pedagógico acionar apoia.</p> <p>2 - Pedagógico orientação e contato com a família.</p> <p>3 - Direção conversa e convocação da família.</p>
Junho	03 Casos	
	<p>1 - Falta de material, professor encaminha para Secretaria.</p> <p>2 - Furto de dinheiro, celular e outros pertences.</p> <p>3 - Situações de uso exagerado de entorpecentes.</p>	<p>1 - Pedagógico orienta e advertência verbal e escrita</p> <p>2 - Direção volta as imagens das câmeras e descobre onde estão os objetos</p> <p>3 - Direção, chama família e resultou em três prisões</p>
Julho	04 Casos (Aulas somente a primeira quinzena)	
	<p>1 - Atitudes indisciplinadas.</p> <p>2 - Falta de respeito em sala de aula.</p> <p>3 - Uso inadequado do celular (é proibido).</p> <p>4 - Agressão verbal e física.</p>	<p>1 - Direção</p> <p>2 - Pedagógico</p> <p>3 - Direção recolhe e orienta</p> <p>4 - Direção orientação diálogo e chama a família</p>
Agosto	24 Casos	
	<p>1 - Evasão escolar sem justificativa</p> <p>2 - Casos Assédio contra meninas</p>	<p>1 - Pedagógico, orientação</p> <p>2 - Direção advertência, no caso de incidência convocação aos pais e encaminhar ao</p>

	<p>3 - Uso inadequado do Celular</p> <p>4 - Não entram na escola</p> <p>5 - Namoro inadequado</p> <p>6 - Ameaça e difamação contra colegas e a escola pelas redes sociais.</p> <p>7 - Falsificar assinaturas de convocação</p> <p>8 - Atitudes irresponsáveis e comportamento inadequado.</p> <p>9 - Vários registros sigilosos de assédio, ameaça e difamação contra meninas.</p>	<p>Ministério Público.</p> <p>3 - Suspensão por não entregar o mesmo à Direção.</p> <p>4 a 9 - Obs. Direção, Conselho Tutelar e Ministério Público.</p>
Setembro	05 Casos	
	<p>1 - Sete alunos ficaram escondidos no banheiro após bater o sinal para entrar na aula.</p> <p>2 - Conflito e agressão de um aluno contra uma aluna, não concordou em trocar de lugar.</p> <p>3 - A grande maioria de uma turma de alunos não realizaram atividades avaliativas.</p> <p>4 - Caso de namoro.</p> <p>5 - Quatro alunos foram encaminhados à Direção por conduta indisciplinar em sala de aula atrapalhando a turma.</p>	<p>1 - Orientação e se houver incidência convocação da família.</p> <p>2 - Foi orientado caso o mesmo se repita ciente das implicações.</p> <p>3 - Foram advertidos pela Direção.</p> <p>4 - Foram advertidas pela direção e se responsabilizaram em manter bom comportamento.</p> <p>5 - A direção advertiu e informou das penalidades caso não haja mudança de comportamento.</p>
Outubro	08 Casos	
	<p>1 - Sete alunos foram encaminhados a direção por atitudes indisciplinar em sala de aula.</p> <p>2 - Casos de ameaça contra profissionais da Instituição.</p> <p>3 - Casos de usos de objetos alheios e que representam perigo na instituição.</p> <p>4 - Alunas encaminhadas a direção por desrespeito as regras da Instituição.</p> <p>5 - Briga, agressão física na saída da escola, duas femininas agrediram uma garota grávida por motivo de namorados.</p> <p>6 - Dois casos de agressão em sala de aula.</p> <p>7 - Caso indisciplinar na sala de aula, desrespeito a professor.</p>	<p>1 - A Direção orientou e notificou sobre atos indisciplinares e convocou a família.</p> <p>2 - Direção convocação da família Conselho Tutelar.</p> <p>3 - Direção Conselho Tutelar</p> <p>4 - Direção orientação e advertência.</p> <p>5 - Denúncia na direção chamado a Polícia.</p> <p>6 - Direção orientou e suspendeu.</p> <p>7 - Direção advertência por escrito.</p>
Novembro	09 Casos	
	<p>1 - Aluno tem atitude de Indisciplina e não cumprimento das normas, foi advertido por várias vezes, faltando com educação</p>	<p>1 - Pedagógico, orientação Direção advertência e suspensão.</p>

	<p>com direção e professores.</p> <p>2 - Agressão contra aluno especial, causando medo e revolta.</p> <p>3 - Denúncia de dois meninos e uma menina, estarem pondo fogo na sala de aula e gerou cheiro estranho.</p> <p>4 - Dois alunos se ausentaram da sala sem comunicarem a professora se recusaram a realizar atividades propostas, e por não trazer materiais.</p> <p>5 - Aluna mente e se evade da escola causando grande preocupação para a escola e a família.</p> <p>6 - Dois casos de alunos que saíram da sala sem autorização e ficaram escondidos.</p> <p>7 - Alunos chegam de ônibus e não entram para a escola.</p> <p>8 - Agressão física dentro da escola, na aula de Educação Física.</p> <p>9 - Atitudes indisciplinadas.</p>	<p>2 - Direção Convocação da família e suspensão por três dias sem direito de realizar prova e trabalhos desses dias.</p> <p>3 - A direção foi acionada e tomada providencias cabíveis.</p> <p>4 - Encaminhado ao pedagógico onde foram acompanhados a realizar as atividades e foram advertidos.</p> <p>5 - Pedagógico entra em contato com a família, para comunicar a postura indisciplinar da aluna, foi advertida.</p> <p>6 - A direção orientação e advertência.</p> <p>7 - Pedagógico orientação e convocação a família.</p> <p>8 - Direção orientação e suspensão.</p> <p>9 - Pedagógico e direção orientação e advertência.</p>
--	--	--

Fonte: Livro de Registros EEB Gonçalves Dias, 2017

3.5 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: PALESTRA E SUGESTÕES

Este item demonstra o quinto objetivo específico em que foi realizada uma pesquisa interventiva para planejar e executar ações de gestão democrática que conduzissem à diminuição de casos de indisciplina na escola. Essa intervenção guarda características de uma pesquisa-ação. O maior objetivo da pesquisa-ação é proporcionar novas informações, gerar e produzir conhecimento que traga melhorias e soluções para toda a organização, no caso a escola (THIOLLENT, 1997).

A partir do início de estudo e pesquisa sobre o tema, Gestão Escolar: Enfrentando a Indisciplina Estudantil, percebeu-se a necessidade de uma intervenção pedagógica que conseguisse enfrentar os problemas da indisciplina na sala de aula e na instituição de ensino como um todo.

Como um primeiro momento desse processo de intervenção, foi realizada uma palestra com professores e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, onde atuo como Coordenadora do Curso, pensando na viabilidade de termos um grupo de multiplicadores na escola e na comunidade, mesmo porque

quase a totalidade de alunos do Magistério já atuam como auxiliares de sala ou estagiários nas escolas públicas municipais de Fraiburgo. Numa perspectiva educacional, a intervenção pedagógica caracteriza-se “como um ato que pode constantemente marcar os processos que ocorrem com alunos em sua maneira de construir conhecimento” (SOARES, 2005, p. 40).

A palestra com os profissionais da Instituição e os alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério foi ministrada na abertura da Semana do Magistério, que realiza-se no mês de outubro, com o objetivo de apresentar em Banca os Projetos e Planos de Estágios e todo o material confeccionado no decorrer do curso para a realização do estágio obrigatório do curso. As fotografias que representam o decorrer da palestra citada, encontram-se no Apêndice C.

Também foi sugerido realizar oficinas pedagógicas temáticas, abordando os valores humanos com o objetivo de integrar os alunos na escola. Essa atividade foi realizada após a palestra, onde os professores puderam relatar suas dificuldades em problemas indisciplinares.

A indisciplina transita livremente nas escolas públicas e privadas do Município de Fraiburgo. É um desafio diário para os gestores e toda equipe pedagógica. Dado o conhecimento do grande número de relatórios encaminhados pelas escolas, constando relatos de indisciplinas e conflitos cometidos por crianças, adolescentes e jovens, fica claro a falta de informação da comunidade escolar acerca da diferenciação entre as mesmas. Quais os encaminhamentos a serem dados, os papéis das instituições, Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público, família e comunidade escolar, envolvidas nesse processo cotidiano durante todo o ano letivo. Percebe-se que essa desinformação leva os educadores a agirem em desconformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (2006). Muitas vezes, acontece o não cumprimento dos trâmites que envolvem esta temática por mera falta de conhecimento. Adentrar essas questões exige mudanças na metodologia de ensino, novas perspectivas e posturas e principalmente estar atualizado, proporcionando assim, um ambiente acolhedor e seguro de uma forma mais dinâmica (SILVA, 2001).

Constatou-se também, a necessidade de aproximação com as instituições diretamente envolvidas com essas questões, para definição de parcerias e de um fluxo para ação conjunta quando da ocorrência desses fatos no interior das instituições de ensino.

A falta de preparo por parte de alguns dos profissionais de educação em motivar os alunos, elevar a autoestima, despertar o interesse e gosto pelo ensino é um problema que afeta diretamente as unidades escolares, gerando conflitos, pois como afirmam Moreira e Silvério Júnior (2017, p. 202), “é a figura do professor que fornece segurança ao aluno no ambiente escolar e em seu envolvimento com o processo ensino aprendizagem”.

A partir da palestra realizada foram sugeridas ações que viabilizassem, através da gestão democrática, a diminuição de casos de indisciplina. Cada uma dessas sugestões foram direcionadas aos alunos e professores do Curso de Magistério, para serem desenvolvidas durante o ano letivo.

Desta forma, sugeriu-se a participação dos profissionais nos cursos de Formação Continuada, para que também possam discutir a questão da indisciplina escolar, pois nela a equipe gestora e pedagógica planeja toda a organização no início do ano letivo, estruturando o calendário com suas reuniões pedagógicas e formação continuada, que serão desenvolvidas conforme a necessidade da comunidade escolar em assuntos pertinentes aos projetos a serem desenvolvidos e aplicados. Como afirmam Medeiros e Bezerra (2016, p. 22), “nitidamente nas três últimas décadas, principalmente a partir das políticas para a Educação em todos os níveis, há um incentivo para os profissionais de a educação continuar aprendendo sobre seu campo profissional”.

Nesta direção, indicou-se a viabilidade de realizar Palestras, com objetivos de elaborar um cronograma sobre assuntos relevantes que contemplem o tema disciplina e indisciplina no contexto da instituição de ensino tais como: valores humanos (respeito e educação e disciplina); autocontrole (em qualquer situação pensar antes de agir).

Neste contexto, instigou-se aos alunos e professores novas práticas pedagógicas em que a equipe gestora pedagógica organizaria encontros ou “reunião pedagógica” para refletir sobre as mesmas; métodos diferenciados aplicados a um novo olhar para o educando na elaboração do conhecimento, pois alguns professores entendem que toda conversa é indisciplina, outros acreditam que a conversa é algo importante, demonstrando que os alunos têm necessidade de debater sobre temas importantes, seja conteúdo ou fatos de suas realidades.

É relevante a escola seja um centro socializador onde as pessoas aprendem a conviver com outras, um centro epistemológico, isto é onde os alunos aprendem a

pensar, a valorizar as ideias e as palavras, a conhecer todos os limites de suas capacidades, um centro profissional, um ambiente onde se aprende a trabalhar, onde se busca construir projetos, definir caminhos, onde o trabalho deva ser forma de realização, como expressam Medeiros e Bezerra (2016, p. 20):

O saber-fazer releva a importância do professor se assumir como protagonista na construção de alternativas, por ser alguém que processa informações, decide, gera conhecimento prático e possui uma cultura influente na sua atividade profissional.

Ainda na palestra salientou-se que a escola necessita ter transparência quanto a seus objetivos, normas e regras, tudo descrito no Projeto Político Pedagógico e aprovado pela comunidade escolar.

É importante o professor trabalhar com toda a turma, pois muitas vezes o mesmo exclui os alunos que conversam mais, que fazem brincadeiras, que questionam ou que tem mais dificuldade em aprender.

A família precisa participar da educação de seus filhos, cobrar as tarefas, participar da reunião de pais, conversar com os professores sobre o processo de ensino e aprendizagem.

A direção pode tomar medidas eficazes para resolver os problemas que surgirem, estando pautada no Projeto Político Pedagógico, em que os pais e alunos tenham conhecimento das ações realizadas pela escola, estas muitas vezes podem ser educativas (por exemplo, através de advertência verbal fazer o aluno refletir sobre sua ação) e não apenas punitivas.

Nas reuniões debater a importância da educação preventiva, que envolve temas como valores humanos, respeito, disciplina, autocontrole, em qualquer situação pensar antes de agir, temas que devem ser trabalhados de forma contínua e permanente por todos os professores das diversas disciplinas.

Foi ainda elaborado um panfleto com os participantes da palestra, informando a comunidade escolar sobre temas relacionados às regras de convivência, procurando mostrar os caminhos para prevenir e combater a indisciplina escolar.

Salienta-se no próximo item, os resultados do questionário aplicado sobre a indisciplina aos profissionais que atuam no Magistério e aos alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, buscando diagnosticar as causas principais da indisciplina na referida instituição.

3.6 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

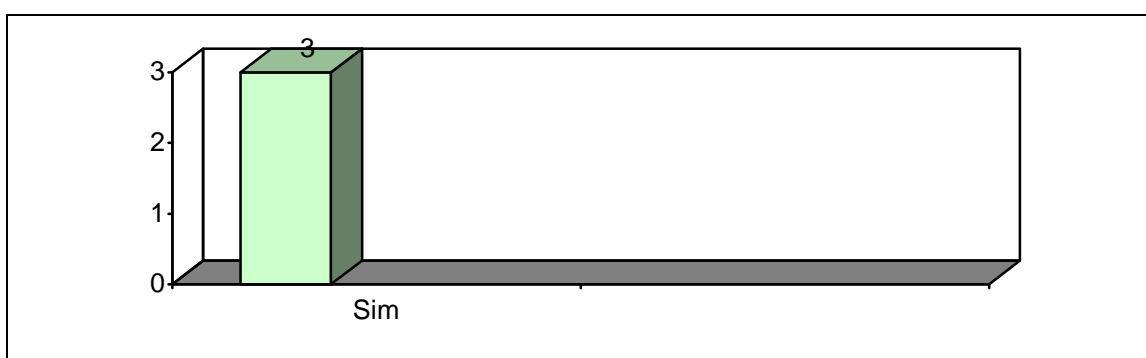
Também no presente estudo, houve a aplicação de questionários com perguntas relacionadas à indisciplina aos professores, diretores e alunos da Escola Estadual Básica Gonçalves Dias Fraiburgo – SC. Os instrumentos foram aplicados junto a 3 (três) diretores da referida escola (Apêndice A); outro questionário direcionado a 15 professores que lá lecionam, bem como aos 24 alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério (Apêndice B).

Primeiramente, analisou-se o questionário aplicado diretores, em seguida, a análise do outro questionário direcionado aos professores que lá lecionam e o mesmo instrumento direcionado aos alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério.

3.6.1 Questionário aos Diretores

A primeira questão indagou se os eventos escolares e assuntos administrativos são organizados e tratados com um mínimo de interrupção das aulas.

Gráfico 1 – Mínima interrupção na organização de eventos escolares e assuntos administrativos

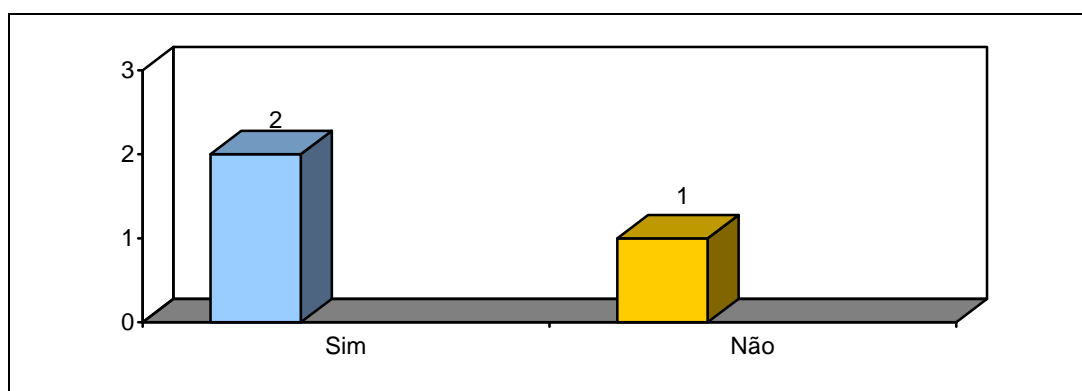


Os diretores foram unânimes em informar que procuram sempre evitar, ao máximo, transtornos que possam atrapalhar o calendário escolar. Da mesma forma, procuram não interromper as aulas, principalmente as avaliações. “O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar” (FOGAÇA, 2018, p. 1), pois expõem quantas horas os professores terão para empregar em sala de aula para cada matéria, “as

avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares e as atividades pedagógicas” (FOGAÇA, 2018, p. 1).

Na segunda questão, perguntou-se se os professores começam e terminam as aulas pontualmente.

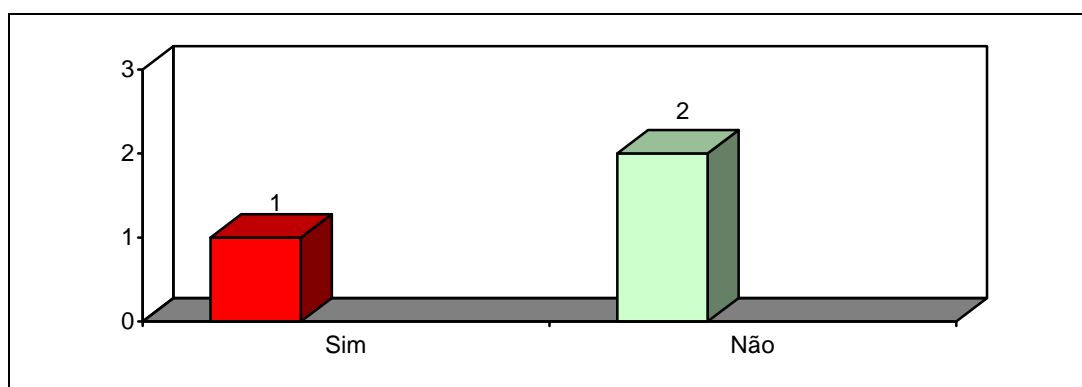
Gráfico 2 – Pontualidade dos professores ao começar e terminar as aulas



Os diretores responderam que, na maioria, os professores são sempre pontuais, porém muitos atrasam na chegada para início das aulas. Desta forma, Enguita (1989, p. 180), salienta que “a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração”.

Na terceira pergunta questionou-se se ocorre a interrupção de aula devido à ausência de professores.

Gráfico 3 – Interrupção de aula pela ausência de professores

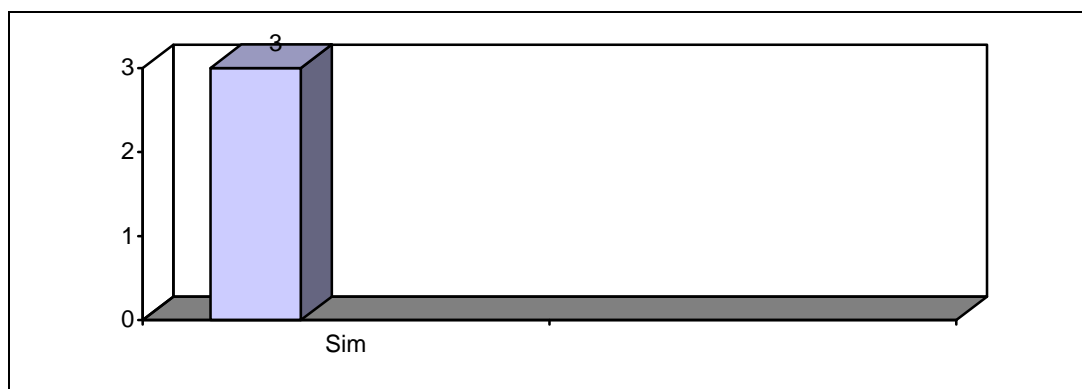


Um diretor respondeu que a interrupção é inevitável devido a atestados médicos por parte de alguns professores. Para Anegues, Porto Júnior e Figueiredo (2017, p. 10), a interrupção de aulas “pode comprometer a assimilação dos conteúdos das disciplinas, prejudicando, assim, o desempenho acadêmico dos estudantes, gerando prejuízos a todos os alunos, sobretudo àqueles com pior rendimento”.

No entanto, dois deles afirmaram que não ocorre a interrupção das aulas, pois a equipe pedagógica e direção fazem o atendimento das turmas em que há falta de professor, bem como, além disso, existe a orientação para que os professores deixem atividades para que seja possível aplicá-las, evitando que os alunos fiquem ociosos.

A quarta indagação versou se há normas em relação a atrasos e faltas tanto para professores quanto para alunos.

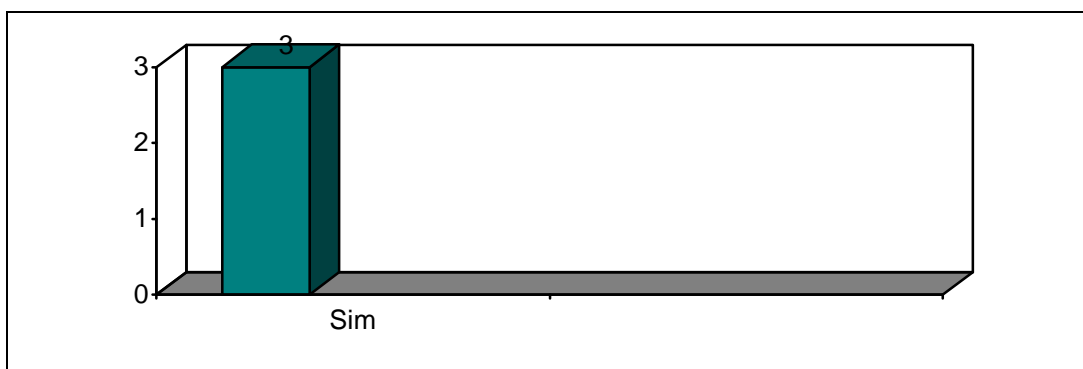
Gráfico 4 – Existência de normas em relação a atrasos e faltas de professores e alunos



Os diretores responderam que existem regras claras tanto para o corpo docente quanto para o discente, sendo aplicado o regimento quando necessário, pois as mesmas constam no PPP da escola e no Regimento Interno. Além disso, é feito controle diário de presenças.

Na quinta questão perguntou-se se os professores estimulam a curiosidade e o interesse dos alunos relacionando o conteúdo da lição com temas relevantes do dia a dia dos alunos.

Gráfico 5 – Estímulo, pelos professores, da curiosidade e interesse dos alunos

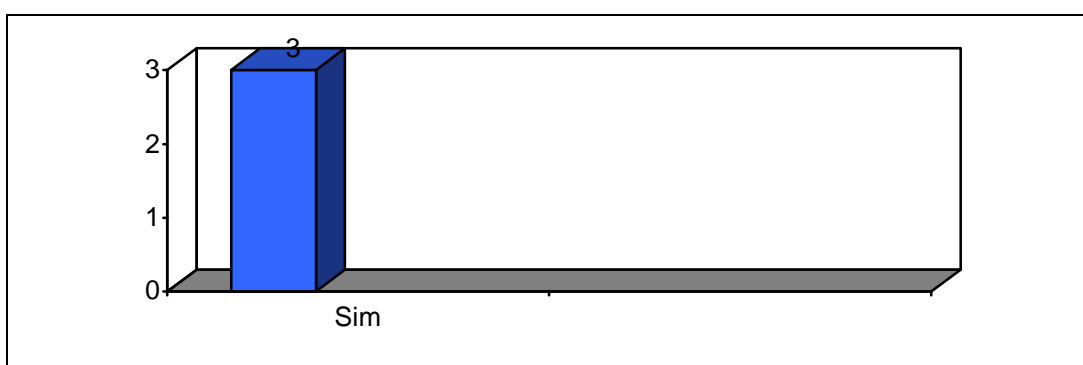


Os diretores foram unânimes ao afirmar que a maioria dos professores adotam essa prática, não só em conteúdos diários, mas também através de projetos desenvolvidos e ainda, os temas relevantes são contemplados através dos planejamentos por área.

Percebe-se assim, que os professores estimulam a curiosidade e o interesse dos alunos relacionando o conteúdo da lição com (temas) relevantes do dia a dia dos alunos. À vista disso, Junckes (2013, p. 5) afirma: “é necessário que professor se torne criativo no momento de elaborar seus planos de aula, sempre procurando inovar e, assim, ministrar uma aula na qual os alunos possam interagir com entusiasmo, facilitando assim seu aprendizado”.

A sexta questão indagou se as regras e procedimentos disciplinares na sala de aula são conhecidos por todos.

Gráfico 6 – Regras e procedimentos disciplinares são conhecidos por todos

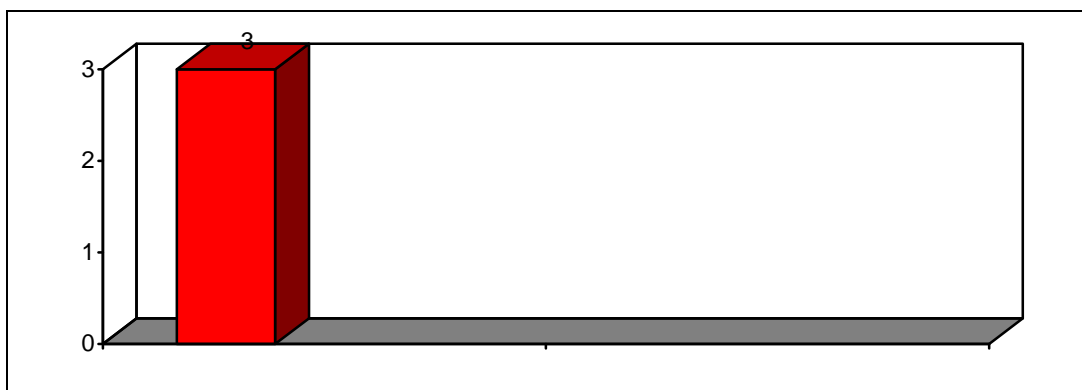


Nesta questão todos os diretores responderam afirmativamente, explicando que o regimento escolar é tornado conhecido por todos os professores, apreciado

pela assembleia de pais e repassado aos alunos, bem como fazem questão de justificar a sua necessidade e aplicabilidade.

Perguntou-se na sétima questão, como o diretor define a “indisciplina”.

Gráfico 7 – Definição de indisciplina pelos diretores

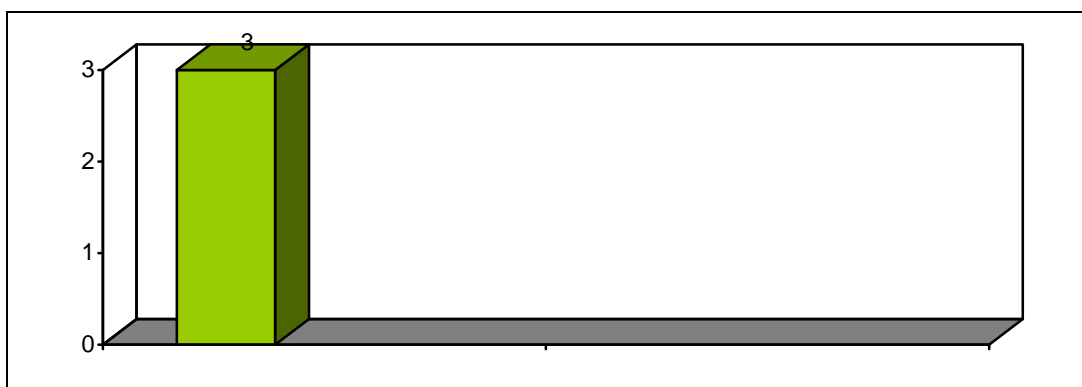


Os diretores expressaram-se escrevendo que indisciplina é um comportamento que compromete a convivência social, falta de respeito e desobediência às regras e normas da Instituição, falta de disciplina e rebeldia.

Benette e Costa (2009) esclarecem que, para o fazer pedagógico, a indisciplina caracteriza-se como um dos mais relevantes problemas observados pelos docentes, sendo imprescindível que a escola esteja empenhada frente a esta circunstância, debatendo e procurando intervenções alternativas, trabalhando coletivamente valendo-se do diálogo, do estudo e da colaboração para proporcionar as ações educativas.

Abordando-se a oitava questão, na opinião do diretor, qual a idade correta para estabelecer limites para uma criança.

Gráfico 8 – Idade correta para estabelecer limites para uma criança

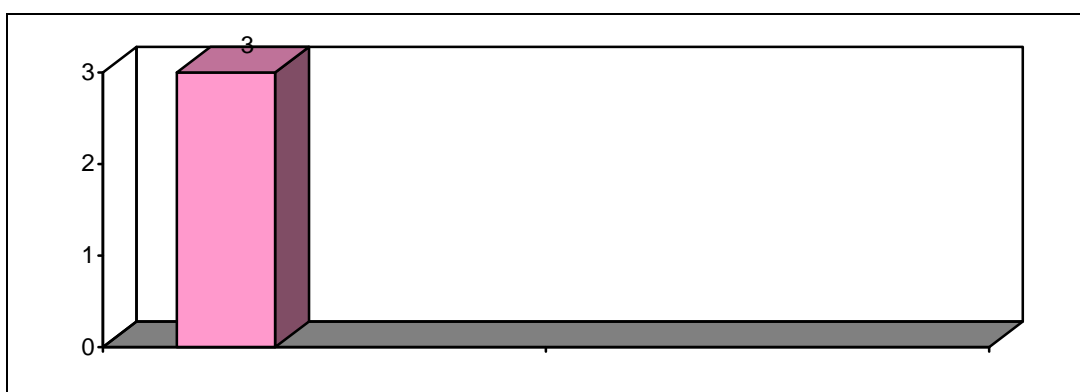


Todos os diretores responderam que a idade correta para estabelecer limites para uma criança é desde a primeira infância, a partir do momento que ela comece a entender as coisas, um ano a um ano meio já entendem o que é sim e o que é não, sendo a família a primeira responsável por esse processo.

Sobre esse tema, Zagury (2003, p. 9) afirma que “os limites fazem parte da formação da criança, não só em termos de comportamentos apropriados ou não, em uma situação; mas, também, em relação aos valores que, futuramente, vão nortear suas decisões, sobre o que é certo ou errado.”

Na nona questão, perguntou-se que forma os pais podem ajudar a escola no combate à “indisciplina”.

Gráfico 9 – Forma de ajuda dos pais à escola no combate à indisciplina

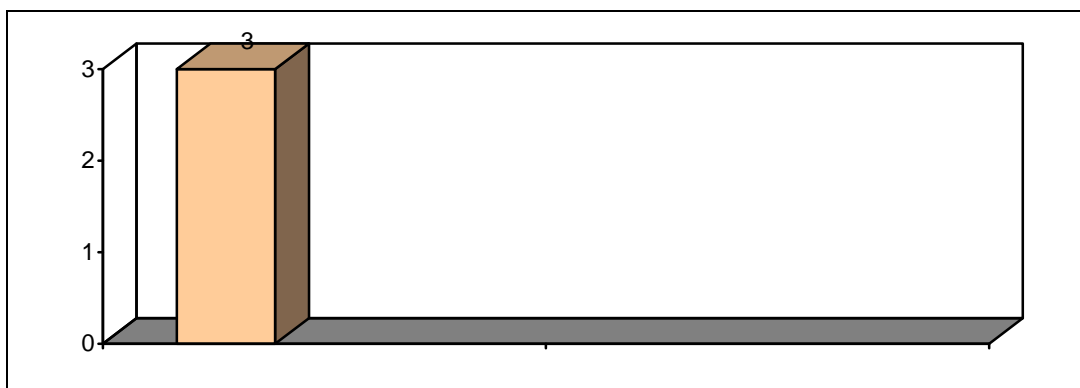


Os diretores acreditam que pais e escola deveriam ser parceiros, o que na maioria das vezes não acontece, principalmente quando alguns pais defendem as atitudes indisciplinadas de seus filhos e, diante dessa colocação, López (2002, p. 77) salienta que os pais “devem manter contato periódicos com professores para ter conhecimento constata do processo educativo e prestar a colaboração que lhes for exigida por partes dos professores”.

Os diretores ainda responderam que o correto seria a colaboração com a escola na cobrança dos filhos em relação à indisciplina, ou seja, na educação de seus filhos impondo limites e respeito. Parolin (2007, p. 36) explica que “a qualidade do relacionamento que a família e a escola atribuem será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”.

A décima pergunta abordou sobre se os problemas de indisciplina são resolvidos na sala de aula, ou são encaminhados à direção.

Gráfico 10 – Formas de resolução dos problemas de indisciplina



Os diretores responderam que depende muito da atitude indisciplinar, pois em determinadas situações cabe ao professor estabelecer limites e, nas situações mais críticas, passa pela orientação pedagógica, sendo a última instância a interferência da direção. Neste entendimento, Franco (2004, p.163) adverte que as instituições que adotam punições cometem atos de indisciplina e afirma que “as ações punitivas não resolvem os problemas, podem acentuar ainda mais o comportamento indesejado”.

Em alguns casos, conforme aponta Parrat-Dayana (2008, p. 64), “é mais eficaz se aproximar calmamente de um aluno e pedir para retomar seu trabalho que chamar a atenção em voz alta na frente de todos. A forma como se estabelece a relação professor-aluno é a base para o enfrentamento dessas questões”.

3.6.1.1 Análise

Sintetizando, os dados coletados por meio da pesquisa realizada revelam que os diretores são profissionais competentes na área. Procuram estar atentos a todos os assuntos para melhoria das práticas pedagógicas, pois possuem autonomia para as decisões na escola.

Todos os diretores buscam seguir o Projeto Político Pedagógico que é elaborado a partir de reunião com os professores e comunidade escolar no início do ano letivo, proporcionando sempre a melhoria do ensino juntamente com os professores, Associação de Pais e Professores e Conselho Deliberativo Escolar.

Os diretores constantemente interagem com os professores, comunidade escolar, com os pais dos alunos e também com a comunidade circunvizinha da escola onde atuam, pois uma gestão democrática procura visar o bem coletivo, cooperando para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos, bem como a resolução dos casos de indisciplina que acontecem na escola.

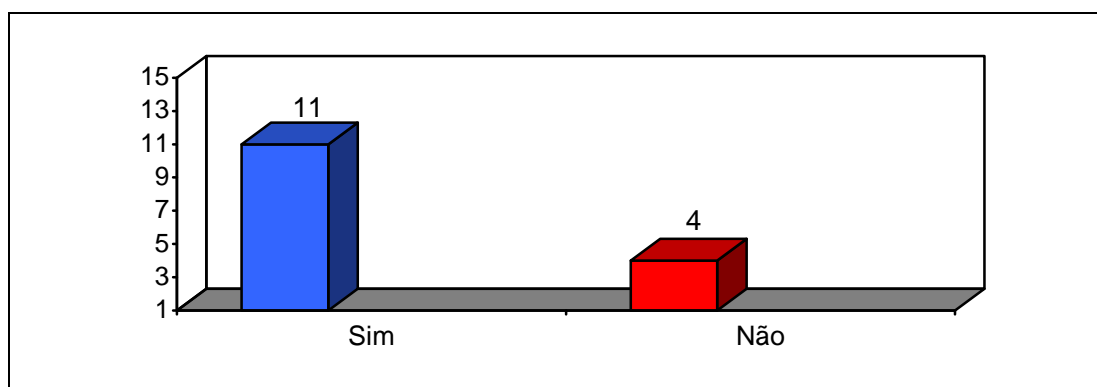
Os diretores, ao desempenhar as funções precisam assegurar, juntamente com os professores, a articulação da gestão e organização dos processos, visando atingir a qualidade da aprendizagem dos discentes.

3.6.2 Questionário aos Professores

Responderam a pesquisa quinze (15) professores do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério que lecionam na referida escola.

A primeira questão indagou se os professores estão satisfeitos com sua profissão.

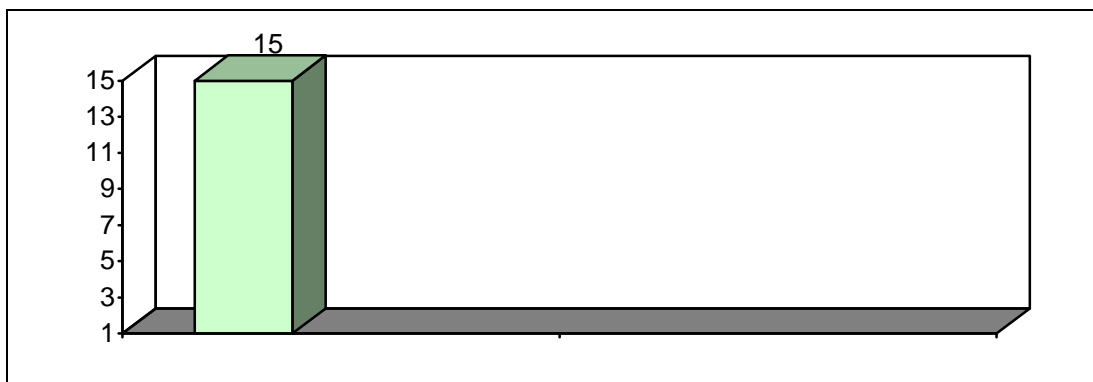
Gráfico 11 – Satisfação com a profissão de professor



A pesquisa indicou que onze professores estão satisfeitos com sua profissão, pois indicam que têm algo a contribuir, mesmo sendo alguns aposentados, pois amam aquilo que fazem, respiram tudo o que se refere à educação. Porém, quatro professores gostam de lecionar, mas não estão satisfeitos devido à falta de retorno por parte dos alunos e com a valorização financeira que não é satisfatória. Larocca (2011, p. 7) explica que “satisfação e motivação figuram como condições imprescindíveis, não apenas para o bem estar docente, mas principalmente para a qualidade do trabalho pedagógico que estes realizam cotidianamente nas escolas”.

A segunda pergunta indagou há quantos anos estão lecionando.

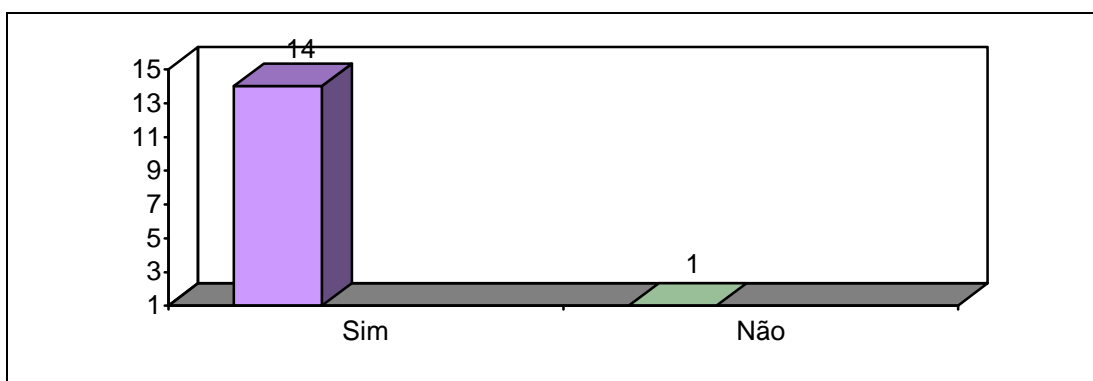
Gráfico 12 – Tempo que estão lecionando



A média de tempo que os professores estão lecionando é de 14 (quatorze) anos.

Perguntou-se na terceira questão se os professores participaram de atividades de formação continuada e em que medida tais atividades foram úteis para a melhoria da prática em sala de aula.

Gráfico 13 – Participação em formação continuada e melhoria da prática em sala de aula



Quatorze (14) professores participaram de atividades e cursos de formação continuada; somente (1) um ainda não participou devido estar há somente um ano lecionando.

Salientaram que participam todo ano de especialização e capacitação, pois é importante a reciclagem na prática em sala de aula para melhor atuar nos conteúdos. Alguns responderam que a formação continuada é extremamente necessária, pois proporciona aprimoramento nos conhecimentos e faz com que a

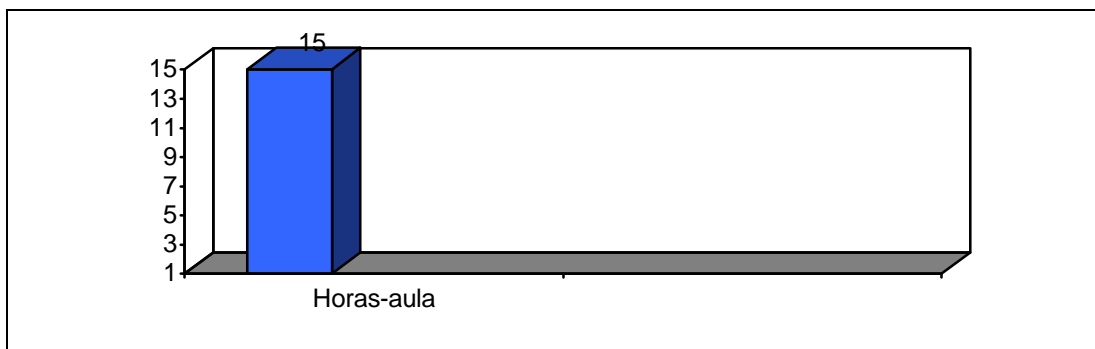
prática pedagógica esteja de acordo com a atualidade.

Corroborando com as colocações dos professores, Lopes, Trevisol e Pereira (2011, p. 5) afirmam que é imprescindível a formação continuada, pois “assim, as diferentes vivências, quer sejam no período de sua formação, que sejam em outras etapas, contribuem significativamente para o aprender ser professor”.

De acordo com as colocações de Perrenoud (2000), é necessário que a formação continuada esteja em sintonia com o trabalho do professor na prática pedagógica do seu dia a dia.

Na quarta questão, indagou-se quantas horas-aula ministram por semana.

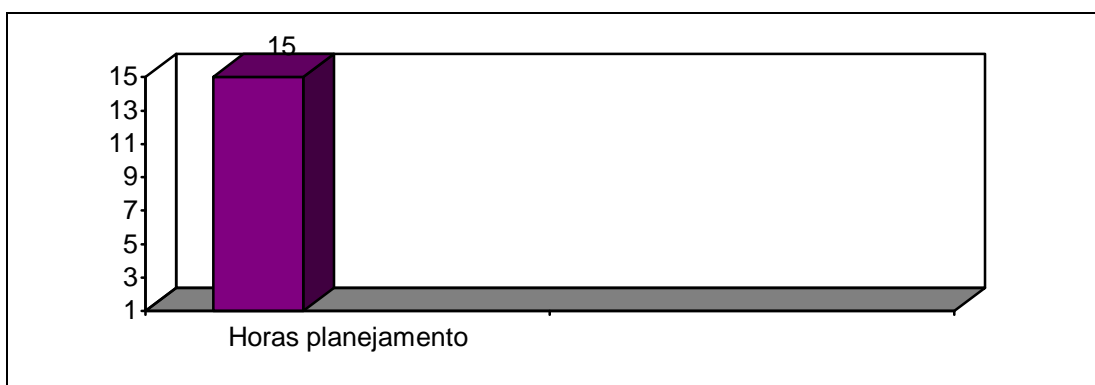
Gráfico 14 – Horas-aula ministradas por semana



Em média, os professores responderam ministrar entre 20 a 40 horas-aula semanais.

Na questão cinco perguntou-se quantas horas são dedicadas ao planejamento das aulas.

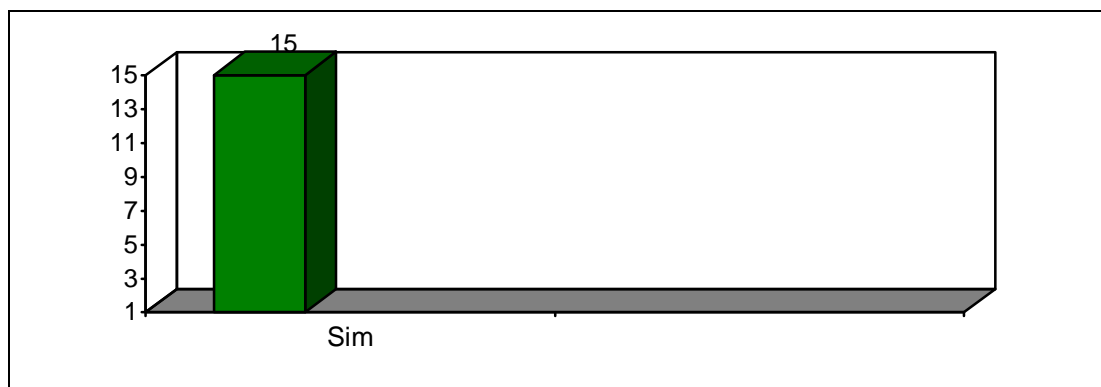
Gráfico 15 – Horas semanais dedicadas ao planejamento das aulas



Os professores relataram que dedicam-se de 4 (quatro) a 12 (doze) horas de pesquisas para o planejamento das aulas.

Na sexta pergunta questionou-se se os professores programam atividades variadas que exijam capacidades diversas e constituam um desafio aos alunos.

Gráfico 16 – Programação de atividades desafiadoras variadas



Todos os professores programam atividades variadas que exigem capacidades diversas e que constituem um desafio aos alunos, procurando proporcionar aos educandos atividades diferenciadas e atrativas.

Referiram-se também, que tudo deve ser inovado, a realidade é mutável e a capacidade dos alunos também e, desta forma, é importante fazê-los pensar, refletir, tirando-os da acomodação.

Conforme explicam Santos e Bertoso (2014, p. 18), é necessário o professor acreditar na importância de proporcionar atividades variadas “para que assim independente das circunstâncias de recursos, tempo, material e outros, ele consiga aplicar e proporcionar atividades interessantes e atrativas aos alunos e este sinta o desejo de fazê-las”.

A sétima pergunta questionou como definem a indisciplina.

Gráfico 17 – Definição de indisciplina



Os professores em sua maioria, responderam que a indisciplina é falta de limites e de respeito; referiram-se também que é todo o ato contrário a qualquer tipo de norma ou regra estabelecida; ainda, que é muito comum pais que não impõem limites e disciplina aos seus filhos esperando que a escola faça esse papel.

A esse respeito, Siqueira (2017, p. 11) posiciona-se desta maneira;

A família é a primeira instituição que o indivíduo recebe os primeiros ensinamentos primordiais na formação da personalidade, são esses valores que carregam para a convivência em sociedade. Contudo, a instituição escolar recebe um público diversificado oriundos de costumes que aprenderam no convívio familiar. Desta forma, ambas as instituições têm papéis fundamentais no processo de aprendizagem e comportamentais dos educandos.

Os professores mencionaram que algumas vezes a indisciplina é causada por aulas monótonas, mas na maioria das vezes percebem falta de consciência dos alunos em relação à importância dos estudos, dificultando o andamento das aulas.

Baptista (2011) descreve em seu trabalho que, para enfrentar esta dificuldade a junção entre professores, alunos e a família no processo ensino aprendizagem, poderiam debater e programar ações que tivessem como objetivo diminuir as causas geradas pelas atitudes indisciplinadas dos alunos.

Na referida pesquisa, outros professores afirmaram que a indisciplina vem de casa, pois os pais não cobram a disciplina e, se a escola cobra, é taxada de militar, na escola o aluno é o reflexo do que os pais o deixam fazer em casa.

Marques (2012 apud SIQUEIRA, 2017, p. 48) assevera,

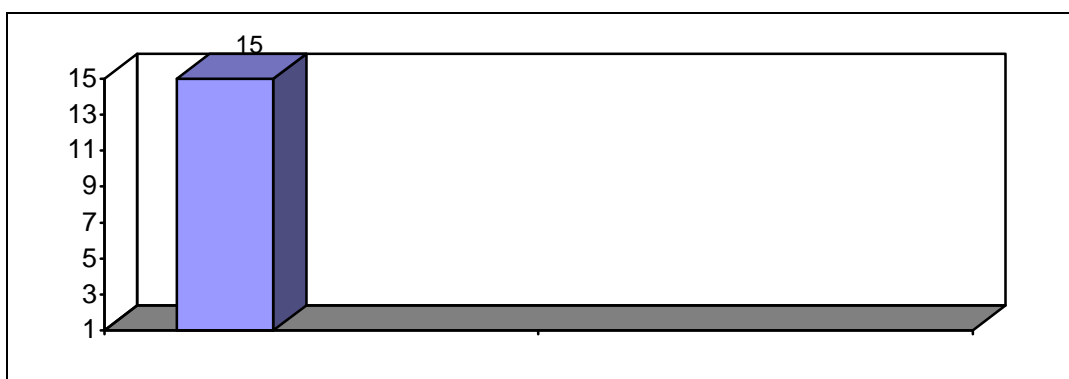
[...] o maior legado que os pais podem deixar para os filhos é a educação de valores para que respeitem e sejam respeitados em todos os espaços sociais, amem e sejam amados, cuidem e sejam cuidados, só assim, plantando valores irá germinar a educação. Os valores são princípios

fundamentais na consciência humana, ou seja, os hábitos bons ou, mas nascem da boa educação que são educados no convívio familiar.

Entende-se que a família deveria ter mais parceria com a escola; não por chamamento ou convocação, porém, por desejar saber como seus filhos estão aprendendo na escola, seguindo seu desenvolvimento escolar, conscientes da sua função em apoiar a educação dos seus filhos.

A oitava questão indagou-se a opinião sobre qual a idade correta para estabelecer limites para uma criança.

Gráfico 18 – Idade correta para estabelecer limites a uma criança



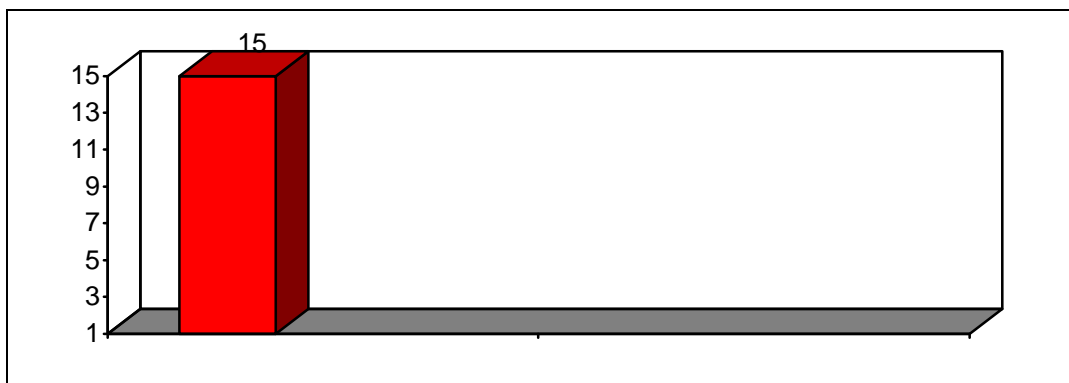
Todos os professores responderam que a idade correta para estabelecer limites a uma criança é na primeira infância, assim que a criança comece a entender o sim e o não; da mesma forma, em se tratando de regras e limites, Urra (2009, p. 28) confirma que “estas devem constar e acompanhar o crescimento da criança desde o seu nascimento”.

Referiram ainda, que é a base fundamental, pois existe vida e existe a necessidade de estabelecimento de bons hábitos, limites em todas as áreas: saúde, alimentação, convivência, etc. Araujo e Sperb (2009 apud CARIA, 2014, p. 26) corroboram a importância de interiorizar limites na infância,

pois fazem parte do desenvolvimento da criança, dão início à percepção do outro e a processos de convivência bem-sucedidos. Este processo de estruturação faz parte da educação da criança, já que a infância é o período em que ocorre a internalização de valores, de regras e de hábitos, os quais zelarão pela formação do indivíduo.

A nona questão indagou de que forma os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina.

Gráfico 19 – Forma que os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina



Os professores disseram que os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina participando ativamente da vida escolar e educacional de seus filhos, estabelecendo limites desde cedo, ensinando e orientando o certo e o errado, mas infelizmente, muitos pais hoje, se demitiram do seu papel de pais responsáveis. Aquino (1996, p. 48) já há duas décadas salientou que “a indisciplina seria indício de uma carência estrutural que se alojaria na interioridade psíquica do aluno, determinada pelas transformações institucionais na família e desembocando nas relações escolares”.

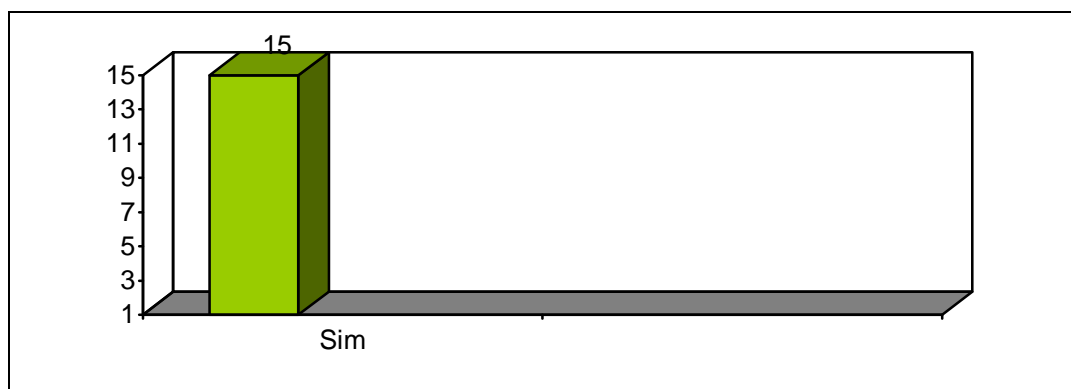
Nesta mesma linha de raciocínio, Parolim (2007, p. 14) ressalta que

A escola se vê diante de vários problemas educacionais relacionados ao desrespeito as regras e condutas e a falta de limites dos alunos que a escola considera responsabilidade da família muitas pais chegam a passar toda a responsabilidade para escola.

Responderam também que os pais devem mostrar aos filhos que nem tudo é como eles desejam e, sim, como a sociedade mostra, pois os pais têm um papel fundamental no desenvolvimento da vida de seus filhos e assim podem ajudar a escola a quem cabe ensinar a parte pedagógica. Neste sentido, Chalita (2001) enfatiza que a responsabilidade da educação não é somente da escola, estende-se à toda sociedade, começando, principalmente pela família.

A décima pergunta questionou se a direção dá atenção adequada aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.

Gráfico 20 – Atenção adequada da direção à aprendizagem dos alunos



Todos os professores responderam que a direção dá atenção adequada aos aspectos da aprendizagem dos alunos, pois o objetivo é o desenvolvimento integral do educando, bem como exerce seu papel de otimizar todas as possibilidades de melhorar a aprendizagem dos alunos, estando atenta e procurando auxiliar quando possível.

3.6.2.1 Análise

Os dados coletados por meio da pesquisa realizada revelam que os professores são profissionais competentes na área e procuram assegurar aos alunos e aos pais que a escola está prestando um serviço educativo de máxima qualidade. Assim, verifica-se que a maneira com que os professores conduzem o trabalho na escola reflete, portanto, os valores, concepções, especificidades e singularidades que cada um adota na escola em que atua.

Na medida em que as instituições escola e família compartilham os interesses em desenvolver os papéis, mediante as respectivas responsabilidades, ambas contribuem significativamente para o processo educativo, bem como para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno.

Portanto, os professores atuantes são a geração da forma de conduzir uma realidade democrática, que se pode traduzir pela comunicação, envolvimento coletivo e pelo diálogo. Tiba (2006, p. 127) evidencia que “é importante que os professores adotem um padrão básico de atitudes diante dos tipos de indisciplina mais comuns, como se todos vestissem o mesmo uniforme comportamental”.

A pesquisa revelou ainda que a indisciplina pode ser entendida de diversas maneiras, às vezes contraditórias entre si, pois atribuem atos de indisciplina a

diversos fatores, tais como atos externos à escola: problemas sociais, qualidade de vida, conflitos nas relações intra e interpessoais, bem como nas familiares; atos que envolvem a conduta e a prática pedagógica do professor, como por exemplo: o autoritarismo ao impor suas regras sem qualquer discussão por parte do aluno. A indisciplina também pode derivar da falta de empenho de alguns alunos, por serem imaturos, desatentos ou com dificuldades de aprendizagem repetem a mesma série e se desmotivam, passando a buscar formas de perturbar a turma.

É preciso reconhecer os sentimentos que fazem parte das relações humanas, entender que todo ato de indisciplina pode ter uma causa que foi gerada por um conflito. Contudo, não buscar culpados, mas demonstrar que na base da conversa, da negociação se encontram soluções justas para ambas as partes. Araújo (2002, p. 232) afirma que as relações na instituição escolar “devem ser de respeito mútuo, a diversidade dos interesses pessoais e coletivos devem ser valorizados, e a escola deve buscar construir uma realidade que atenda aos interesses da sociedade e de cada um de seus membros”. Portanto, a participação da família na vida escolar, especialmente dos pais ou responsáveis pelo aluno, é fundamental para que se tenha como meta principal o sucesso do ensino e da aprendizagem.

Deste modo, é necessário que cada professor exerça sua função com competência, responsabilidade, comprometimento, para que haja parceria mútua entre professores da escola, voltada para um processo mais aprimorado de ensino e aprendizagem.

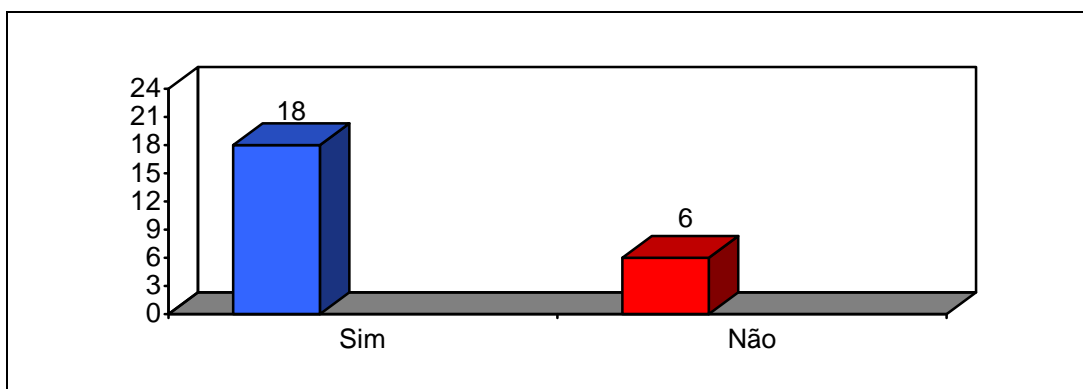
Na sociedade contemporânea, a escola constitui um desafio à educação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, constituindo igualmente um fator de integração, de coesão e de enriquecimento pessoal e social.

3.6.3 Questionário aos Alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério

Responderam a pesquisa vinte e quatro (24) alunos que estudam na Escola de Educação Básica Gonçalves Dias que alguns já lecionam em escolas municipais.

A primeira questão indagou se os alunos estão satisfeitos com sua profissão.

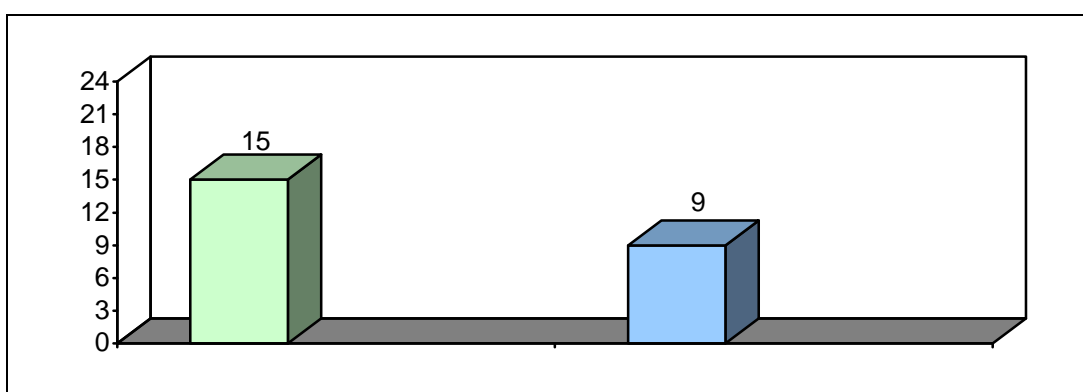
Gráfico 21 – Satisfação com a profissão de professor



A pesquisa indicou que dezoito alunos estão satisfeitos com a profissão que escolheram, consideram que é gratificante saber que se tornam um exemplo para muitos. Ruivo et al. (2008, p. 9) mencionam “[...] o prestígio, a reputação, o reconhecimento, a realização e o desenvolvimento pessoal e profissional, a necessidade de crescimento, são valores fundamentais tidos em conta pela maioria dos teóricos”. No entanto, seis deles não estão satisfeitos, referindo-se à valorização do professor que está muito defasada.

A segunda pergunta indagou aos alunos há quantos anos estão lecionando.

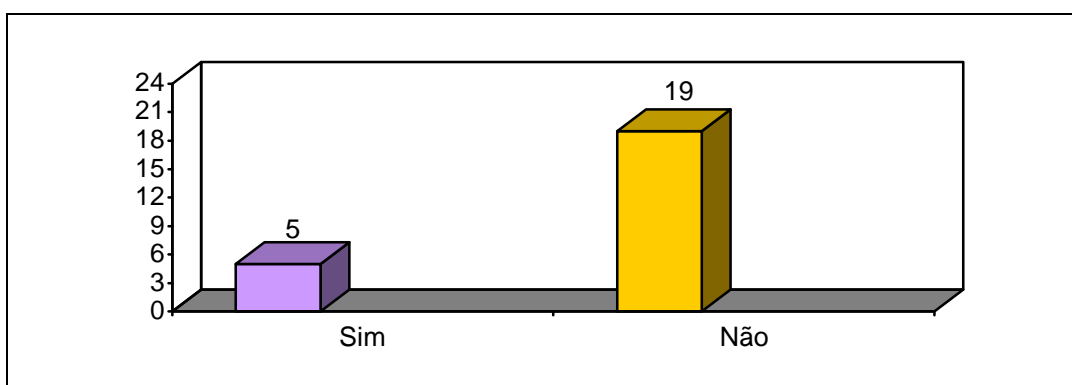
Gráfico 22 – Tempo que estão lecionando



A média de tempo indicou que a maioria dos alunos exerce a profissão há menos de 1 (um) a 2 (dois) anos, sendo que 9 (nove) deles ainda não lecionam.

Perguntou-se na terceira questão se os alunos participaram de atividades de formação continuada e em que medida tais atividades foram úteis para a melhoria da prática em sala de aula.

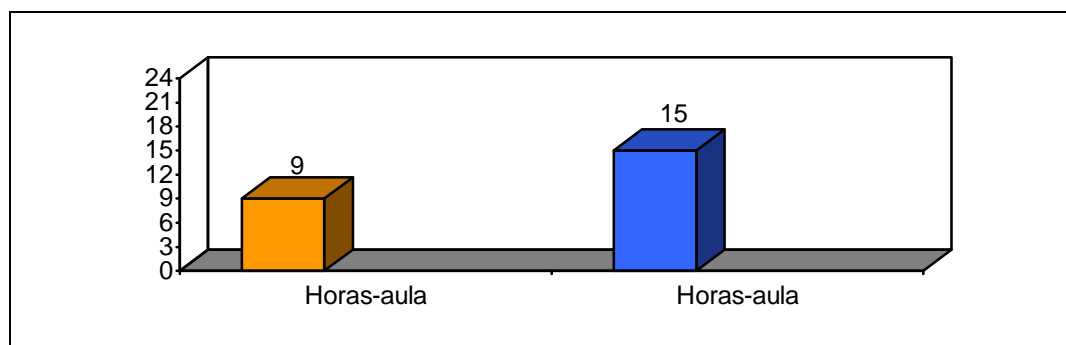
Gráfico 23 – Participação em formação continuada e melhoria da prática em sala de aula



Cinco (5) alunos responderam que participaram de atividades de formação continuada e que aprenderam métodos diferenciados de repassar os conteúdos aos alunos, bem como, afirmaram que o professor adquire mais confiança para trabalhar com os alunos diante de algumas situações que se apresentam. Dezenove (19) alunos ainda não participaram.

Na quarta questão, indagou-se quantas horas-aula ministram por semana.

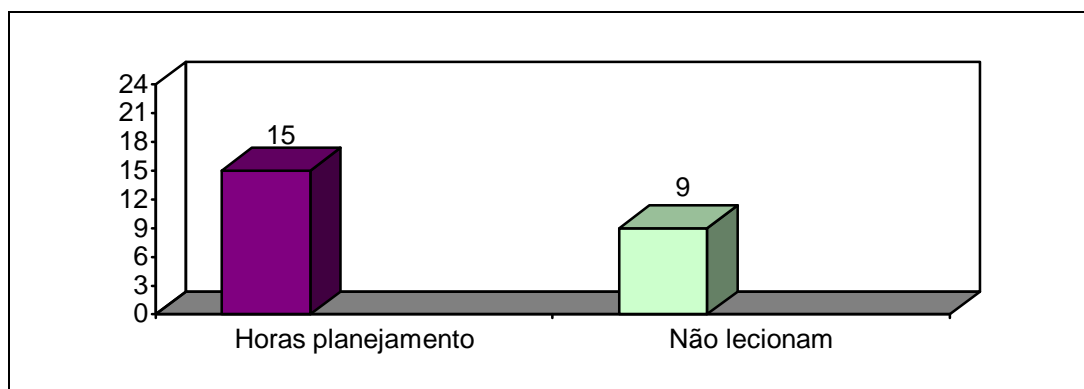
Gráfico 24 – Horas-aula ministradas por semana



Nove alunos ainda não ministram aulas e quinze deles lecionam entre 20 a 40 horas-aula por semana.

Na questão cinco perguntou-se quantas horas são dedicadas ao planejamento das aulas.

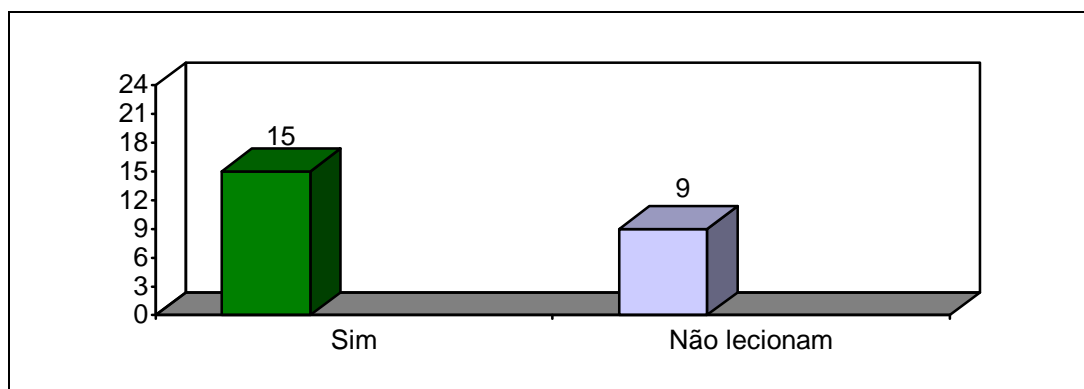
Gráfico 25 – Horas semanais dedicadas ao planejamento das aulas



Os alunos que lecionam responderam dedicar-se de 4 (quatro) a 8 (oito) horas no planejamento das aulas buscando atividades novas e criativas para estar anexando aos planos. Nove deles não lecionam.

Na sexta pergunta questionou-se se os alunos programam atividades variadas que exijam capacidades diversas e constituam um desafio aos alunos.

Gráfico 26 – Programação de atividades desafiadoras variadas

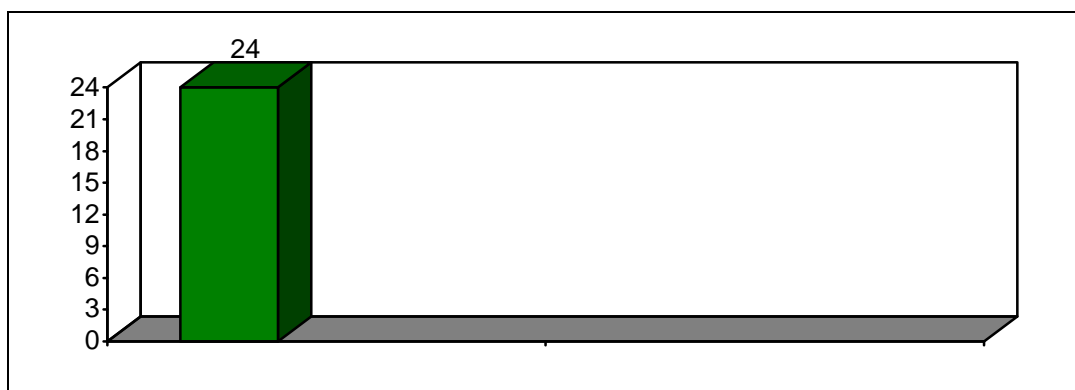


Os alunos que lecionam em escolas municipais responderam que desafiar o aluno faz com que ele saiba até onde pode ir, fazendo com que ocorra o seu desenvolvimento, pois todas as atividades devem ser adaptadas para instigar o conhecimento dos mesmos.

Bordenave e Pereira (2002) evidenciam a importância do professor empregar diversas maneiras de intercâmbio para poder oportunizar aos educandos a construção do conhecimento conforme as experiências pessoais dos prévios conhecimentos e do modo próprio de interpretação das informações.

A sétima pergunta questionou como definem a indisciplina.

Gráfico 27 – Definição de indisciplina



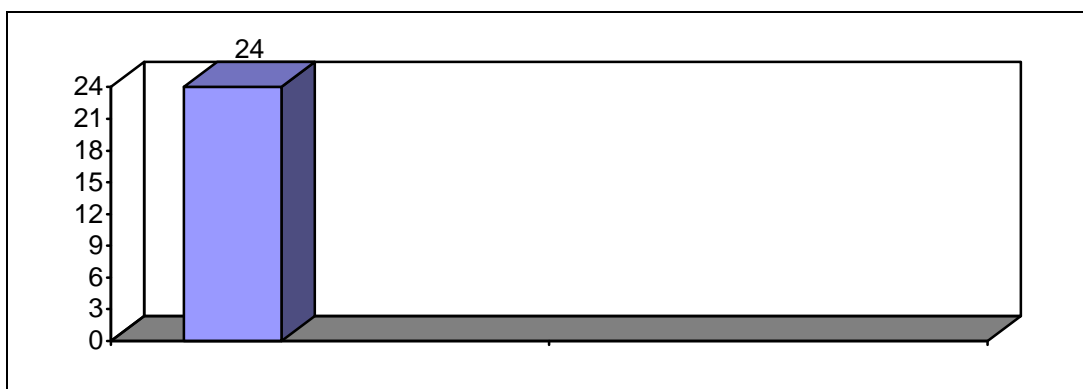
Os alunos professores e, mesmo os que não lecionam ainda, responderam que a indisciplina é desrespeito, rebeldia, desobediência às regras e normas, falta de educação e falta de interesse pelos estudos, falta de acompanhamento familiar e limites em casa. Para Amado (2000, p. 2), a definição de indisciplina "se concretiza (...) no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor, enquanto pessoa e autoridade".

A maioria afirmou que a indisciplina começa dentro de casa na família, muitas vezes a falta de limites ou excesso de mimos dos pais fazem com que os alunos sejam indisciplinados, brincam em sala de aula, não fazem as tarefas, não se interessam pelas disciplinas ministradas, nem respeitam o professor, conforme Pinto (2014, p. 17) menciona em seu estudo "as crianças oriundas de famílias demasiado permissivas ou autoritárias tendem a apresentar mais problemas na escola".

Da mesma maneira, Amado e Freire (2009, p. 142) já afirmavam que "uma cooperação forte entre a escola e a família é absolutamente desejável para que os problemas de indisciplina, em geral, e de agressão e de vitimização, em particular, sejam efetivamente afrontados".

A oitava questão indagou-se a opinião sobre qual a idade correta para estabelecer limites para uma criança.

Gráfico 28 – Idade correta para estabelecer limites a uma criança

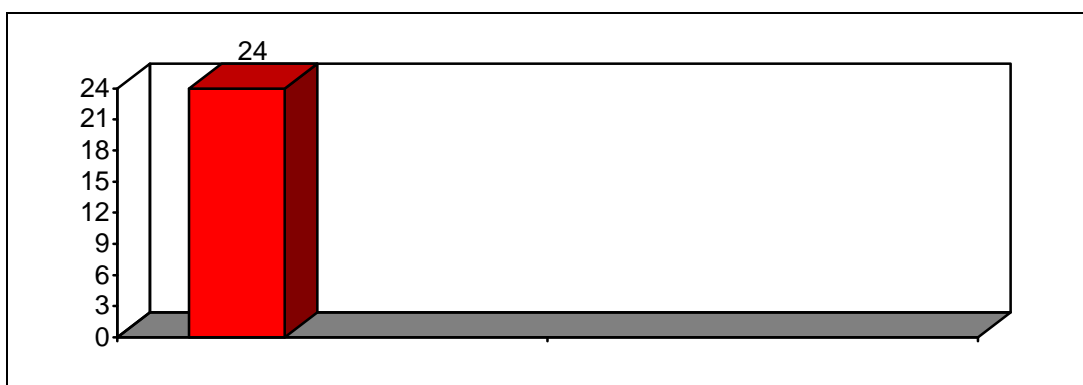


Todos os alunos responderam que a idade correta para estabelecer limites a uma criança é na primeira infância, assim que a criança comece a entender o sim e o não, é a base fundamental, pois existe vida e existe a necessidade de estabelecimento de bons hábitos, limites em todas as áreas: saúde, alimentação, convivência, etc.

Na visão de Zagury (2003), na a infância a criança tem o primeiro contato com a informação de que nem tudo é possível e nem tudo é permitido a ela. Partindo dessa perspectiva, a criança aprende que tem que respeitar tais limites do mesmo modo como precisa ser também respeitada. Como afirma Cury (2003, p. 56), “Se eles não ouvirem “não” dos seus pais, estarão despreparados para ouvir “não” da vida”.

A nona questão indagou de que forma os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina.

Gráfico 29 – Forma que os pais podem ajudar a escola no combate à indisciplina



Nesta questão, todos os alunos que lecionam e os que não lecionam também se posicionaram, respondendo que os pais devem ser presentes na vida escolar de

seus filhos, para saber como andam seus filhos, para que depois seja conversado em casa. Na concepção de Rego (1996, p. 97), “a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influencia o comportamento da criança na escola”.

Os alunos disseram ainda, que os pais devem manter um diálogo constante com professores e gestores sobre seus filhos dentro e fora da instituição de ensino, além disso, ajudam muito desde que acompanhem o comportamento do aluno na escola e corrijam sempre que ele estiver fazendo algo errado.

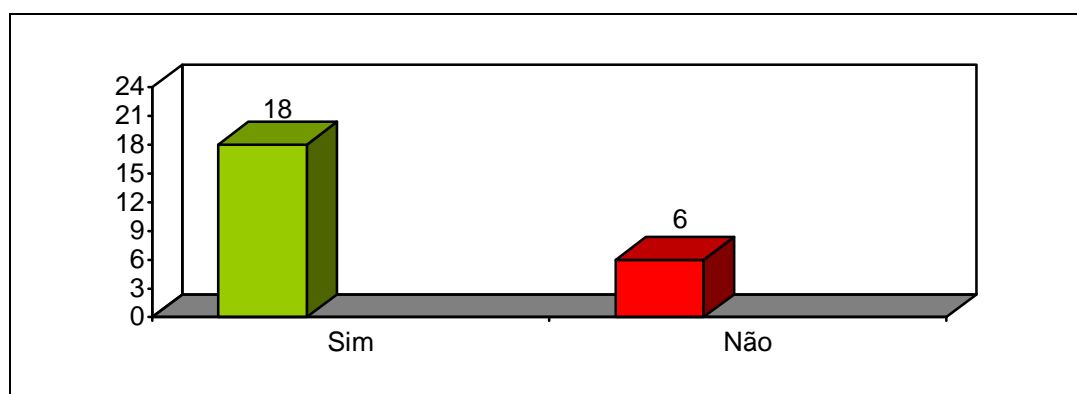
Na concepção de Sandri (2014, p. 9),

Os pais devem contribuir para o bom desenvolvimento e comportamento de seus filhos, criando regras e normas a serem cumpridas, estar em comprometimento com a educação não deixando somente esta função para o professor e a escola, sendo que o mesmo deve estar associado a este processo de ensino aprendizagem.

Da mesma forma, houve respostas como comparecer à escola com mais frequência; dando amor e disciplina desde pequenos; sabendo dizer não quando preciso for.

A décima pergunta questionou se a direção dá atenção adequada aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.

Gráfico 30 – Atenção adequada da direção à aprendizagem dos alunos



Dos alunos, 18 (dezoito) responderam que a direção dá atenção adequada à aprendizagem dos alunos; no entanto, 6 (seis) disseram que nem sempre isso é possível, pois as dificuldades são muitas; diversas vezes acabam deixando de lado e isso prejudica a aprendizagem.

3.6.3.1 Análise

Em síntese, os alunos professores do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, estão satisfeitos com a profissão que escolheram e consideram gratificante saber que se tornarão um exemplo para muitos.

Buscam participar de cursos em relação à formação continuada, e revelaram que aprenderam métodos diferenciados de repassar os conteúdos aos alunos, mais confiança para trabalhar com os alunos diante de algumas situações que se apresentam. Entendem que desafiar o aluno faz com que ele saiba até onde pode ir, fazendo com que ocorra o seu desenvolvimento, pois todas as atividades devem ser adaptadas para instigar o conhecimento dos mesmos.

Na opinião deles a indisciplina é desrespeito, rebeldia, desobediência às regras e normas, falta de educação e falta de interesse pelos estudos, falta de acompanhamento familiar e limites em casa. Afirmaram que a indisciplina começa dentro de casa, na família, muitas vezes a falta de limites ou excesso de mimos dos pais fazem com que os alunos sejam indisciplinados, brincam em sala de aula, não fazem as tarefas, não se interessam pelas disciplinas ministradas, nem respeitam o professor. Como já afirmava Passos (1996, p. 33), a indisciplina pode ser compreendida como “um atravessamento na forma pela qual as escolas estão socialmente organizadas, passando por toda a normatização imposta pela instituição para dirigir-se a um aluno adulto e autônomo, que pode reconstruir conhecimentos”.

Percebeu-se que os alunos professores têm consciência da problemática da indisciplina em sala de aula e demonstraram discernimento quanto às atitudes a tomar nas diversas situações que se apresentarem no seu cotidiano escolar.

Entendem que a idade correta para estabelecer limites a uma criança é na primeira infância, assim que a criança comece a entender o sim e o não, é a base fundamental, pois existe vida e existe a necessidade de estabelecimento de bons hábitos, limites em todas as áreas: saúde, alimentação, convivência, etc., respondendo que os pais devem ser presentes na vida escolar de seus filhos, para saber como andam seus filhos, para que depois seja conversado em casa.

Sabe-se que a família é o alicerce do processo para construir a identidade da criança e que pode influenciar radicalmente no comportamento dos educandos. Isso significa que tudo o que se passa no ambiente da família pode ter reflexo na escola e, desta forma, a participação da família na escola é de fundamental importância.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho tematizou a gestão democrática escolar na sua relação com atos de indisciplina estudantil e suas consequências na vida escolar. O objetivo geral que norteou este estudo foi verificar de que forma(s) a gestão democrática de uma escola pública, pode enfrentar a ocorrência de atos de indisciplina dos educandos.

Uma vez preliminarmente posta a abrangência do tema desta dissertação, abordada no primeiro capítulo, entendeu-se que a gestão democrática poderá ajudar na solução dos conflitos porque as medidas democráticas na construção de regras e nas tomadas de decisão serão em conjunto: escola, família e alunos. Estabelecer vínculos de confiança, levar mais a sério as diferenças cognitivas entre indivíduos, conteúdos articulados aos interesses e vivências dos alunos e vasto repertório metodológico - assim, obteremos maior sucesso na consecução da disciplina e no desenvolvimento das habilidades e competências dos nossos alunos.

Desta forma, o objetivo das regras e regulamentos escolares, portanto, não é regular, mas fundamentalmente para possibilitar uma coexistência organizada, respeitosa e formativa, e que ofereça oportunidades para construir processos de autonomia. Onde se entende que as normas têm uma função para a vida, mas são assumidas não por medo ou imposição, mas por compromisso e reconhecimento de seu valor organizacional, ético ou social.

Compreende-se que as crianças esperam de seus pais uma atitude segura. Elas têm necessidade de ser ouvidas e quando não são, usam da agressividade e da desobediência como formas de se expressarem. A participação da família, especialmente dos pais ou responsáveis pelo aluno, na sua vida escolar é fundamental em uma gestão participativa, que tenha como meta principal o sucesso do processo de ensino e de aprendizagem.

Entende-se ser possível mudar o rumo da educação convocando a família a participar das decisões e das atividades escolares, contribuindo assim para o desenvolvimento dos seus filhos.

É claro que a escola, como mediadora de valores e conhecimentos, é também responsável por oferecer atividades significativas e envolventes que venham a prevenir o surgimento de atos de indisciplina. Assim, as instituições de ensino, quando da construção do Projeto Político Pedagógico podem especificar normas –

normas que, a bem da convivência coletiva, estabeleçam limites a possíveis comportamentos desviantes das crianças e dos jovens. Neste contexto, elas podem perceber a importância das relações sociais e afetivas, compreender o processo de sistematização e utilização de regras e limites, experimentando desafios e superando possíveis problemas cognitivos e emocionais ao longo da sua trajetória escolar.

Retomando o segundo capítulo em que foram tecidas considerações sobre a disciplina e a problemática da indisciplina estudantil, entende-se que a indisciplina transita indistintamente nas escolas públicas e privadas do Município de Fraiburgo. É um desafio diário para os gestores e toda equipe pedagógica. Dado o conhecimento do grande número de relatórios encaminhados pelas escolas, constando relatos de indisciplinas e conflitos cometidos por crianças, adolescentes e jovens, fica claro a falta de informação da comunidade escolar acerca da diferenciação entre as mesmas.

O conflito não é um fenômeno estranho à vida, mas parte disso, dada à diversidade entre os indivíduos, cada pessoa é uma história, uma experiência peculiar, uma mente construída de uma certa maneira, e assim por diante. A diversidade de ideias, costumes e hábitos é o suporte básico de desentendimentos e conflitos entre crianças e também entre adultos.

Com este panorama, de indisciplina escolar que se manifesta frequentemente nas escolas, a vida escolar torna-se desconfortável para todos os membros da comunidade escolar, e é inadequado para o bom desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem.

Mas, acima de tudo, independentemente de constituir um evento real, a indisciplina na escola não é insolúvel. A solução para enfrentá-la pode ser a união dos esforços de todos os que estão envolvidos no trabalho pedagógico. O professor tem um papel fundamental para enfrentar essas questões e, através de uma ação unida, envolvendo a família, a escola e outras instituições sociais, muito pode ser feito. O importante é enfrentar o problema e procurar soluções alternativas para esse antigo desafio, que está piorando e se tornando um problema central nas preocupações dos profissionais envolvidos com a educação nas escolas.

A instituição escolar é obrigada a gerar ações permanentes no tempo que podem reverter os comportamentos sociais indesejados nos estudantes, de tal forma que os alunos se adaptem socialmente aos processos escolares e os professores se

tornem o ponto de apoio e guia da convivência escolar. Em outras palavras, é um exercício que deve ajudar a inibir os comportamentos negativos dos educandos e encorajar seu desenvolvimento sócio-emocional.

Portanto, os temas relacionados ao enfrentamento indisciplinar devem ser trabalhados diariamente a fim de promover mudanças nos sujeitos e na realidade, pois a escola é uma instituição que transforma a cultura e as relações sociais.

O que observa-se atualmente é que a educação formal e conseqüentemente, a gestão escolar, passam por mudanças conceituais e estruturais que necessitam ser refletidas a partir de suas relações (dinâmicas) com a política, a economia, a sociologia, a pedagogia, a tecnologia e outras ciências que afetam os rumos e a vida em sociedade. Entendo que a educação é uma das principais condições para que o ser humano construa a sua identidade como trabalhador e como cidadão.

A presença frequente de indisciplina na sala de aula obriga os professores a se preparar especialmente para saber como canalizar e resolver os problemas que ocorrem diariamente. É importante que os professores passem por treinamento inicial adequado em técnicas de resolução de conflitos, participando de simulações e experiências.

Igualmente, a formação continuada é essencial para aqueles que já estão praticando como profissionais. O que é indiscutível é que os professores necessitam conhecer os instrumentos básicos para enfrentar problemas de convivência e falta de disciplina.

Ao analisar no terceiro capítulo, de que maneira o Projeto Político Pedagógico da escola aborda o fenômeno da indisciplina, verificou-se que o PPP proporciona todo embasamento, normatização e regras inseridas no Regimento Interno da Instituição, direcionando as ações previstas como direitos e deveres de todos os segmentos da comunidade escolar, bem como as normas e regras foram elaboradas para serem respeitadas e seguidas. Mesmo assim, apresenta algumas situações de não aceitação e descumprimento das normas elaboradas para o bom funcionamento do trabalho no dia a dia. Com certeza essa parcela de desobediência por parte dos educandos gera conflitos de disciplina e indisciplina no interior da instituição.

Identificou-se neste estudo as causas mais frequentes da indisciplina na escola são: alunos sem materiais, não fazem tarefas, não entregam trabalhos, faltosos, gazeiam aula, seguidos de atitudes de agressividade contra colegas profissionais.

Desta forma, executou-se ações de gestão democrática que conduzissem à diminuição de casos de indisciplina na escola, realizando-se uma intervenção pedagógica capaz de enfrentar os problemas da indisciplina na sala de aula e na instituição de ensino como um todo.

Como um primeiro momento desse processo de intervenção, foi realizada uma palestra com professores e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, onde atuo como Coordenadora do Curso, pensando na viabilidade de termos um grupo de multiplicadores na escola e na comunidade, mesmo porque a quase totalidade de alunos do Magistério já atuam como auxiliares de sala ou estagiários nas escolas públicas municipais de Fraiburgo, com aplicação do questionário aos profissionais que atuam no Magistério e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério, a fim de diagnosticar as causas principais da indisciplina na instituição.

Os entrevistados demonstraram a importância do desempenho do professor quanto aos alunos indisciplinados. A profissão educacional precisa ser exercida com amor e, para eles, esse grande problema social que hoje alcança de forma mais incisiva o interior das escolas não é típico do momento presente, mas eles se intensificaram nos últimos anos. Estudantes indisciplinados sempre existiram, mas os de hoje também são desrespeitosos. Isso acontece, em parte, devido à complexidade do mundo atual onde a permissividade quanto ao uso de drogas, bebidas e sexo está crescendo. Outro fato que, na percepção dos professores, contribui para o agravamento da indisciplina e da violência é a desarticulação da família, que, para eles, é de fundamental importância para o trabalho escolar e para o confronto da indisciplina e da violência típicas do mundo atual.

A abordagem da indisciplina escolar requer necessariamente intervenções globais, de diferentes áreas (família, escola, análise crítica dos meios de comunicação etc.), portanto, se nos focarmos em um único aspecto, as intervenções serão parciais e terão uma menor garantia de sucesso. Por outro lado, a nova alfabetização nas escolas, além da preparação nos avanços da ciência, no conhecimento de outras línguas, no domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação, também exige a melhoria das relações interpessoais entre estudantes, entre professores, entre professores-estudantes e entre pais-professores, a intervenção que nos permita garantir uma convivência saudável com discentes e comunidade escolar. A gestão democrática na sala de aula consiste em

facilitar a autonomia dos alunos, para que eles próprios participem da auto-direção da vida coletiva da escola que colabora na tomada de decisão.

Finalizando este trabalho, constatou-se após a intervenção pedagógica e aplicação da pesquisa sobre a indisciplina junto aos professores, que a gestão democrática poderá ajudar na solução dos conflitos porque as medidas democráticas na construção de regras e nas tomadas de decisão são um conjunto, ou seja, a união dos esforços de todos os que estão envolvidos no trabalho pedagógico: escola, família e alunos. É um desafio diário para os gestores e toda equipe pedagógica. Os temas relacionados ao enfrentamento indisciplinar devem ser trabalhados diariamente a fim de promover mudanças nos sujeitos e na realidade, pois a escola é uma instituição que transforma a cultura e as relações sociais.

Considera-se ainda que a escola reflete em si as contradições presentes no contexto social como um todo. Quer dizer, a escola não está isenta e muito menos imune àquilo que ocorre no seu entorno social, próximo e/ou distante. Assim, por estarmos aqui tematizando questões relacionadas à indisciplina escolar, não é estranho que a escalada de violência e de indisciplina venham crescendo dentro da escola tal qual ocorre na sociedade brasileira como um todo. Dentro de um país injusto, violento, arbitrário e com tanta impunidade como o nosso, a escola nada mais é do que o seu reflexo, reproduzindo dentro de si, ainda que fora das expectativas sociais e em graus diversos de frequência e intensidade, situações que são próprias da violência, da barbárie e da selvageria. Lamentavelmente, diga-se!

Por certo a indisciplina também entrou na escola sem pedir licença. Mas isso deve ser refletido e problematizado pelos pensadores da educação, visto que “a educação não é algo que acontece num vazio social abstrato” (CASASSUS, 2002, p. 29).

Conforme Morin (2002, p. 190) “nós produzimos a sociedade que nos produz”. Essa nossa implicação nos faz responsáveis no e pelo espaço escolar. É preciso lembrar que a escola é uma das instituições reprodutoras do modelo que está expresso na sociedade, o problema é que não sabemos ainda o que fazer com a indisciplina.

Nosso paradigma fundamentado na certeza e na ordem nos faz buscar uma disciplina, uma ordem. Mas há necessidade de nos perguntarmos qual seria o modelo ideal de disciplina para a instituição escolar contemporânea. O que muitas vezes não admitimos, talvez até por não saber, é que a noção de ordem contém a

própria noção de desordem. Para Morin (2002, p. 219) “(...) a organização viva tolera a desordem, produz a desordem, combate essa desordem e se regenera no próprio processo que tolera, produz e combate a desordem”.

A desordem é inerente ao ser vivo. Portanto precisa ser considerada também em sua positividade. “A ordem demais asfixia a possibilidade de ação” (MORIN, 2002, p. 221). A pergunta que precisamos nos fazer é como olhar o que move a desordem em sala de aula? Procurar compreender qual o significado da desordem/indisciplina escolar? Qual o sentido dela? Isso nos forçaria a refletir, a conversar mais uns com os outros para então traçar estratégias de mudança.

E esse é o ponto fundamental da “ciência que se faz” defendida por Latour e Woolgar (1997). Trata-se de uma ciência nova, com sentido, cujo objetivo não é produzir verdades indiscutíveis, mas discutíveis. Gerar verdades que possam ser lançadas ao mundo e discutidas. Uma ciência em ação cuja perspectiva construtivista está em compreender o processo de produção da indisciplina.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda (coord.). **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

AMADO, J. **A construção da disciplina na escola**. Suportes teórico-práticos. Porto: Edições Asa, 2000.

AMADO, J. ; FREIRE, I. **A(s) indisciplina(s) na escola – compreender para prevenir**. Coimbra: Almedina, 2009.

ANNEGUES, Ana Cláudia; PORTO JÚNIOR, Sabino; FIGUEIREDO, Erik. **O impacto das greves dos professores universitários sobre o desempenho dos alunos da UFPB**. (2017). Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/160445/2051679/O+IMPACTO+DAS+GREVES+DOS+PROFESSORES.pdf/caebc0e1-c628-eaf9-ff2d-127ee54fd63c>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ANTUNES, Celso. **Qual disciplina deseja quem reclama da indisciplina?** (2016). Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/celso_bd.asp?codtexto=613> Acesso em: 09 out. 2016.

_____. **O que mais perguntam sobre... Indisciplina e violência**. Florianópolis: CEITEC, 2006.

APEOESP - Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo. **Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema**. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

AQUINO, Julio G. (orgs.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. In: LAJONQUIÈRE, Leandro de. **A criança, “sua” (in)disciplina e a psicanálise**. São Paulo: Sumus, 1996.

ARAGÃO, Heidene Freitas e LOURENÇO FILHO, Raimundo Gustavo. **Indisciplina escolar: violência escola x relação professor e aluno, uma análise sob as perspectivas moral e institucional, em algumas escolas públicas do Gama-DF**. (2007). Disponível em: <<http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000048.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2016.

ARAÚJO, U. **Disciplina, indisciplina e complexidade do cotidiano escolar**. In: OLIVEIRA, M.K.; SOUZA, D.T.; REGO, T.C. (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo, Moderna, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves de; MARRIEL, Nelson de Souza Motta. **Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola**. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO Patrícia; AVANCI Joviana Quintes (org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/

FIOCRUZ, 2010.

AVILA, Janaina Pires de; OLIVEIRA, Rosane Teldy Viana de; SILVA, Irani Dayane Rodrigues do Nascimento da. A importância dos pais na vida escolar de crianças de 2 a 4 anos: os primeiros passos para a cidadania. **Intraciência – Revista Científica**, ed. 0, dez. 2015.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. (2010). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufsc/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BAPTISTA, J. D. **Concepções dos alunos e de um docente em relação às atitudes disciplinares em sala de aula**. 2011. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso 12 (Graduação)- Curso de Ciências Biológicas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. As relações de poder e a organização do trabalho pedagógico: o processo de ensino aprendizagem. In: **Congresso Nacional de Educação**, Área temática: Formação de professores, 2011.

BENETTE, T. S.; COSTA, L. P. **Indisciplina na sala de aula: algumas reflexões**. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2186-8.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BOARINI, Maria Lucia. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 17, nº 1, p. 1123-1131, jan/jun. 2013.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORTOLINI, Jairo César. O papel do diretor na gestão democrática: desafios e possibilidades na prática da gestão escolar. **Interletras**, vol.3, nº 17, pp. 1-15. abr/set.2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 6. ed. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. **Lei nº 9394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 23, dez, 1996.

_____. Ministério da educação. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRAVO, Ismal. **Promovendo mudanças e inovações**. Campinas: Alínea, 2011.

BUZO, Luzia; MACHADO, Hilka Pelizza Vier. **Gestão democrática escolar e a participação do conselho escolar: uma reflexão**. (2017). Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufsc/file.php/6/Conselhos_Escolares/pdf>. Acesso em: 11

out. 2017.

CAMARGO, Liamara Tansini. Perda de autoridade em sala de aula: uma análise com base na teoria da relevância. **Anais** do III Simpósio sobre Formação de Professores – SIMFOP Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus de Tubarão. Tubarão, de 28 a 31 de março de 2011.

CAMARGO, Luiz Carlos. **Contribuições do programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar.** 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado) UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Mestrado em Educação, Joaçaba, SC, 2015.

CAMPOS, Marli; SILVA, Neide de Melo. Gestão escolar e suas competências: um estudo da construção social do conceito de gestão. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - PUCPR,** Curitiba, 26-29 out. 2009.

CANCILIER, João Ademir; OLIVEIRA, Juliano Alexandre de. Prováveis contribuições dos educandos à gestão escolar para a efetivação da escola reflexiva, **Unoesc & Ciência – ACHS,** Joaçaba, vol. 8, nº 2, p. 227-236, jul./dez. 2017.

CARIA, Eugénia Maria Sardinha Aleixo. 2014. 170 f. **Regras e limites na infância como forma de prevenir a indisciplina na escola.** Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco, Portugal, 2014.

CASASSUS, J. **A escola e a desigualdade.** Trad. Liz Zatz. Brasília: Plano Editora, 2002.

CASTELLI, Ladi Viviana. **Grêmios estudantis: exercício da cidadania e protagonismo juvenil.** 2015. 42 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) Especialização em Gestão Escolar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2015.

CAVALCANTE SILVA, Jerônimo Jorge. Representações sociais dos docentes sobre a gestão escolar da educação básica. **Revista de Educação Educere Et Educare,** vol. 10 Número Especial, pp. 303-316, jan/jun. 2015.

CHALITA, Gabriel. A educação está no afeto. 9. Ed. São Paulo: Gente, 2001.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

COSTA, Efigênia Maria Dias; LIMA, Marisete Fernandes de. Gestão de creche: concepções e práticas de gestão democrática. **O 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, ANPAE,** 2011. Disponível em:
<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0150.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. **Função Social da Escola.** (2009). Disponível em:

<<http://www.drearaguaina.com.br/Projetos/Função - Social - escola.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

CURY, A. **Pais brilhantes professores fascinantes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. (2010). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufsc/>> Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **O princípio da gestão democrática na educação**. (2005). Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gestao_deocratica_cury.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. São Bernardo do campo, **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 18, n. 2, jul./dez., 2002.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.

DINALI, Wescley; FERRARI, Anderson. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: Quando a escola se parece com uma “gaiola”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 2, p. 393-422, jul. 2012.

DIOGO, Marília Borges. **Violência na Escola Pública?: o estudo de uma realidade no município de Franca/SP**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. (2006). Disponível em: <http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4_leitura2.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.

ENQUITA, Mariano F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARIAS, Mayara Ferreira de; SONAGLIO, Kerlei Eniele. Inter, multi e transdisciplinaridade no turismo: questões sobre o processo de ensinoaprendizagem nos cursos de turismo do Brasil. **Revista Turismo: Estudos & Práticas** (RTEP/UERN), Mossoró/RN, vol. 2, n. 2, pp. 12-36, jul./dez. 2013.

FERREIRA, Edla Maria Batista. Novos tempos e aprendizagens. **Jornal Mundo Jovem**, Porto Alegre, vol. 14, p. 17, 2012.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Direito da criança e do adolescente**: direito fundamental à educação. Presidente Prudente, vol. 2, Série Direitos da criança e do adolescente, 2010.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

FOGAÇA, Jennifer. **Organização do tempo escolar.** (2018). Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/organizacao-tempo-escolar.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FONSECA, Débora Cristina; SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joice Mary Adam de Paula. Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. **Rev. Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 18, nº 1, p. 35-44, jan./abr. 2014.

FRANCO, F. C. A indisciplina na escola e a coordenação pedagógica. In: **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, E. José. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

GAUTÉRIO, Vanda Leci Bueno; RODRIGUES, Sheyla Costa. Os ambientes de aprendizagem possibilitando transformações no ensinar e no aprender. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos** (online), Brasília, vol 94, nº 237, p. 603-618, maio/ago. 2013.

GENTILE, P. **A indisciplina como aliada.** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/indisciplina-como-aliada-431399.shtml>>. Acesso em: 16 out. 2017.

GLOBO G1.SC. **Professora denuncia aluno de 15 anos por agressão em escola de SC: 'Dilacerada'.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/professora-denuncia-aluno-de-15-anos-por-agressao-em-escola-de-sc-sociedade-nos-desamparou.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GLOBO G1.GO. **Aluno atira em colegas dentro de escola em Goiânia, mata dois e fere quatro.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/escola-tem-tiroteio-em-goiania.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GUERREIRO, C. **Profissão: articulador escolar.** (2014). Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/167/profissao-articulador-escolar-233504-1.asp>>. Acesso em: 13 out. 2017.

HARTMANN, Hilda L. O professor ideal perante a realidade atual. **Contextos**, nº 23, pp. 109-114, 2010.

HATTIE, J. **Visible Learning: a synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement.** London and New York: Routledge, 2009.

HERNÁNDEZ, Fernando. O Projeto Político-Pedagógico vinculado à melhoria das escolas. Porto Alegre: Artmed, **Pátio**, n. 25, p. 08-11, fev. 2003.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **SP tem quase 2 professores agredidos ao dia; ataque vai de soco a cadeirada.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1919146-sp-tem-quase-2-professores-agredidos-ao-dia-ataque-vai-de-soco-a-cadeirada.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JUNCKES, Rosani Casanova. A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica. **Anais...** V SIMFOP – Simpósio sobre Formação de Professores Educação Básica: Desafios frente às Desigualdades Educacionais. Tubarão, 5 a 7 de junho de 2013.

LAROCCA, Priscila. Trabalho, satisfação e motivação docente: um estudo exploratório com professores da educação básica. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 1º Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 7 a 10 nov. 2011.

LA TAILLE, Ives de. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 2002.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida do laboratório: a produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEITE, Eliane Campos Ruiz; AGUIAR, Terezinha de Fátima; SIQUEIRA, Maria Terezinha Marques. Fatores contextuais na relação docente e discente. **Anais...** XII semana de Pedagogia e II Encontro de Pedagogos da Região Sul Brasileira da UNIPAR. Akrópolis, Umuarama, v.11, n.4, out./dez., 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra; **Educação escolar: políticas estruturas e organização.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Docência em Formação)

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

_____. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LINDER-SILVA, Jourdan. Ritos de instituição na escola: o discurso performativo como perpetuador dos processos de indisciplina de estudantes adolescentes. **Educere, XIII Congresso Nacional de Educação.** IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 2017.

LOPES, A. R. L. V.; TREVISOL, M. T. C.; PEREIRA, P. S. (Org). **Formação de professores em diferentes espaços e contextos.** Campo Grande: UFMS, 2011.

LOPES, José Pinto; SILVA, Helena Santos. **O professor faz a diferença no desempenho escolar dos alunos.** (2012). Disponível em:

<http://uadp.utad.pt/pdfs/O_Professor_faz_a_diferenca_no_desempenho_escolar_dos_alunos_setembro_2014.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

LOPES, Rosilene Beatriz; GOMES, Candido Alberto. Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura. **Aval. Pol. Publ. Educ.**, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 75, p. 261-282, abr./jun. 2012.

LÓPEZ, J. S. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2002.

LÜCK, Heloisa. **Dimensão da gestão escolar e suas competências**. São Paulo: Fundações Limam, 2009.

_____. **Liderança em gestão escolar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUZ, Maria Nilza Batista; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. Gestão escolar: a escola como um espaço de exercício da democracia. **Educere – XIII Congresso Nacional de Educação**. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, 2016.

MARTINS COSTA, Ana Paula; SILVA COSTA, Aline Carla da; RODRIGUES, Ana Claudia. Gestão educacional: reflexão sobre o processo de construção do projeto político pedagógico, Parnaíba, **IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia**, 2012.

MARTINS, Ernesto Candeias. A interface entre o papel da escola e a (in) disciplina escolar. **UBILetras**, nº 1, p. 1-19, 2013.

MEDEIROS, L. M. B.; BEZERRA, C. C. Algumas considerações sobre a formação continuada de professores a partir das necessidades formativas em novas tecnologias na educação. In: SOUSA, RP., et al., orgs. **Teorias e práticas em tecnologias educacionais** [online]. Campina Grande: EDUEPB, pp. 17-37, 2016.

MENDEL, Agostiniano. **Em que consiste o trabalho de educar?** (2014). Disponível em: <<http://www.agostinianomendel.com.br/em-que-consiste-o-trabalho-de-educar/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Beatriz Buzzo; SILVÉRIO JÚNIOR, Renato Cezar. A importância da afetividade na aprendizagem. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, vol. 4, nº 1, pp. 199-213, 2017.

MOREIRA, Cristina Mara; BOCCHETTI, André; FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. Dificuldades na implementação da gestão participativa em uma escola da zona da mata mineira. In: BORGES, Eliane de Medeiros et al. (orgs.). **Casos de gestão: políticas e situações do cotidiano educacional**. Juiz de Fora: Projeto CAEd - FADEPE/JF, 2017.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOYSES, L. **A auto-estima se constrói passo a passo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.

NEVES, Welteman Lopes. **O papel do diretor escolar frente à educação contemporânea: os desafios da gestão na escola**. (2014). Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/paginas/o-papel-do-diretor-escolar-frente-%c3%80-educa%c3%87%c3%83o-contempor%c3%82nea-os-desafios-da-gest%c3%83o-na-escola.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, Waldemar. A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tenções. **Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI**, São Paulo, vol. 2, nº 3, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. (2015). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufsc/>> Acesso em: 13 out. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. (2017). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufsc/>> Acesso em: 19 set.2017.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**, ano I, Ed. I - pp. 95-103, jan. 2013.

OLIVEIRA, Terezinha et al. Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, vol. 6, nº 2, p. 145-160, 2013.

PAROLIN, I. C. H. **Pais e educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PARRAT-DAYAN, S. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.

PAROLIN, I. C. H. **Pais e educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PASSOS, L. F. A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados. *In*: Aquino, J. G. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

PEREIRA et al. Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de educação básica. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 2, pp. 113-9, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Dez competências para ensinar**. Porto Alegre: Atmed, 2000.

PERUZZO, Daiane Lando; SIQUEIRA, Angélica; ALBERICI, Sonia Marta. Relações interpessoais entre alunos e professores em uma escola estadual de Vargeão, SC. **Unoesc & Ciência** - ACHS Joaçaba, vol. 7, n. 2, p. 243-250, jul./dez. 2016.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 2007.

PINTO, Sónia Cristina Vieira. **Indisciplina na sala de aula a - perspectiva de professores do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário**. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação Especialidade Educação Especial), Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa 2014.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.

POLON, Thelma Lucia P. Perfis de Liderança e seus reflexos na Gestão Escolar. In: 34ª Reunião Anual da ANPED, 2011, **Anais...** Natal/RN: Centro de Convenções, 2011.

POSSAMAI, Clarivia Fontana. **A função social da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórico-crítica**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Tubarão, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014.

RAMOS, Natália. Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação: desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano 41, nº 3, pp. 223-244, 2007.

REGO, Teresa Cristina R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana. In: AQUINO, Julio Groppa (Org). **Indisciplina na escola alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

REIS, Alice Casanova dos; ZANELLA, Andréa Vieira. Indisciplina e intervenção psicológica em sala de aula: relato de experiência. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 7, n. 12, 2008.

RESENDE, Giovani; MESQUITA, Maria da Gloria B. F. Principais dificuldades percebidas no processo ensino-aprendizagem de matemática em escolas do município de Divinópolis – MG. São Paulo, **Educ. Matem. Pesq.**, vol.15, nº1, pp.199-222, 2013.

ROCHA, Juliana Barrachi; SILVEIRA, Rosimeire Aparecida Monteiro; OLIVEIRA, Caroline Mari de. Reflexões sobre gestão democrática na escola pública: as instâncias colegiadas e o papel do gestor como desafios. Juara/MT/Brasil, **RELVA – Revista de Educação do Vale do Arinos**, vol. 3, nº 1, p. 8-24, jan./jul. 2016.

RUIVO, João et al. **Ser professor satisfação profissional e papel das organizações de docentes - um estudo nacional**. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco e ANP, 2008.

SAMPAIO, Maria Claudia Santos. **A importância de trabalhar com projetos no**

ensino fundamental. 2012. 44f. (Monografia) Curso de Pedagogia, Capivari - SP: CNEC, 2012.

SANDRI, Catia Luciane. (2014). **Como enfrentar a indisciplina na escola.** Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2015/09/como-enfrentar-a-indisciplina-na-escola.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, Daniela Silva dos; BERTOSO, Eunice Barros Ferreira. **A concepção dos docentes sobre a importância do lúdico.** 2014. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1711#.U76gxJRdV1Y>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. **A importância da relação escola-família.** (2014). Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/0404201_4074149.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

SANTOS, Suenny Samyra Avelino dos. **A escola como espaço de aprendizagem: discutindo sua função social.** (2012). Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1342/1/PDF%20-%20Suenny%20Samyra%20Avelino%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

SCARPANTE, Claudinéia Aparecida Pilegi. **O gestor e sua contribuição para a relação ensino aprendizagem.** 2014. 39 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

SILVA SOUZA, Maria Andja da et al. A função social da escola e os processos de socialização adotados: realidades vivenciadas. **XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX.** Recife, UFRPE, 09 a 13 dez. 2013.

SILVA, Eliene Pereira da. A importância do gestor educacional na instituição escolar. **Revista Conteúdo,** Capivari, v.1, n.2, pp. 67-83, jul./dez. 2009.

SILVA, Juliene Maria Neves da. **Coordenação pedagógica: da informação à formação.** Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Coordena%C3%A7%C3%A3o-Pedag%C3%B3gica-Da-Infoma%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Forma%C3%A7%C3%A3o.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2017.

SILVA, Luciana dos Santos. **Discutindo a evasão na educação de jovens e adultos.** 2013. 23 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) em Pedagogia – UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2013.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Periódico Científico Projeção e Docência,** vol.5, nº 2, pp. 6-23, dez. 2014.

SILVA, M. L. F. S. **Análise das dimensões afetivas nas relações professor-aluno.** Campinas: Unicamp FE, 2001.

SILVA, Maria Salete da. A capacidade de vocalização dos Conselhos Tutelares em Santa Catarina. **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, vol. 2, nº 3, p. 165-188, jun. 2016.

SIMON, Silvana Klein; ALBERICI, Tânia Prestes Dias; MORAES, Cristina Souza Rodrigues. A interação social no processo de ensino-aprendizagem: a importância da família no contexto escolar. **Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica**, nº 1, 2015.

SIQUEIRA, Mônica de Souza Carvalho. **Indisciplina escolar: contribuições da família e da gestão escolar**. 2017. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2017.

SOARES, Claudia Vivien Carvalho de Oliveira. **As intervenções pedagógicas do professor em ambientes informatizados: uma realidade a ser construída**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2005.

SOARES, Francisco Edésio Carlos. **A influência da ética para gestão democrática nas escolas: uma análise da gestão escolar**. 2016. 73 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo, Faculdades EST Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2016.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar**. (2009). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

TAVARES, Tatiane Salvador da Cruz. **Indisciplina escolar e sua Influência no aprendizado**. 2012. 50 f. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

THIOLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa**. Novos paradigmas. São Paulo: Integrare, 2006.

TOSTA, Marlina Cunha. **Síndrome de alienação parental: a criança, a família e a lei**. (2013). Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/marlina_tosta.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

URRA, J. **Prepara o teu filho para a vida**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

VARASCHIN, Roberta Aparecida. **In(disciplina) no cotidiano da escola: alunos adolescentes analisam o problema**. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado) UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Mestrado em Educação, Joaçaba, SC, 2016.

VASCONCELLOS, C.S. **Indisciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VICHESSI, Beatriz. O que é indisciplina. **Revista Nova Escola**, nº 226, p. 78-89, out. 2009.

VIECELI, Danieli. **Um olhar sobre o processo de ensino e aprendizagem no Instituto Federal Catarinense IFC – Campus Videira: interfaces com a indisciplina escolar no ensino médio integrado**. 2015. 159 f. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba, como um dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Educação, 2015.

VOITCH, Guilherme. Indisciplina na escola tem origem em casa. (2007). **3º Seminário Indisciplina na Educação Contemporânea**.
<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/indisciplina-na-escola-tem-origem-em-casa-apvlt33xe3xd7zfwku53inqdq>>.

ZAGURY, Tania. **Limites sem trauma: construindo cidadãos**. 57. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ZLUHAN, M. R., RAITZ, T. R. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aos Diretores

1- Os eventos escolares e assuntos administrativos são organizados e tratados com um mínimo de interrupção das aulas?

2- Os professores começam e terminam as aulas pontualmente?

3- Ocorre a interrupção de aula devido à ausência de professores?

4- Há normas em relação a atrasos e faltas tanto para professores quanto para alunos?

5- Os professores estimulam a curiosidade e o interesse dos alunos relacionando o conteúdo da lição com (temas) relevantes do dia a dia dos alunos?

6- As regras e procedimentos disciplinares na sala de aula são conhecidos por todos?

7- Como você define a “indisciplina”?

8- Em sua opinião qual a idade correta para estabelecer limites para uma criança?

9- De que forma os pais podem ajudar a escola no combate à “indisciplina”?

10- Os problemas de disciplina são resolvidos na sala de aula, ou são encaminhados à direção?

APÊNDICE B – Questionário aos Professores do Magistério ()
aos alunos do Magistério ()

1- Você está satisfeito (a) com sua profissão de professor?

2- Há quantos anos você está lecionando?

3- Você participou de atividades de formação continuada? Diga em que medida tais atividades foram úteis para a melhoria de sua prática em sala de aula?

4- Ao todo, quantas horas-aula você ministra por semana?

5- Quantas horas por semana você dedica ao planejamento das aulas?

6- Você programa atividades variadas, que exijam capacidades diversas e constituam um desafio aos alunos?

7- Como você define a “indisciplina”?

8- Em sua opinião qual a idade correta para estabelecer limites para uma criança?

9- De que forma os pais podem ajudar a escola no combate à “indisciplina”?

10- A direção dá atenção adequada aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.

APÊNDICE C – Palestra com professores e alunos do Curso Técnico Profissionalizante do Magistério

Figura 1 – Registro da palestra



Figura 2 – Explicando o tema



Figura 3 – Falando sobre a gestão democrática



Figura 4 – Explicando a indisciplina



Figura 5 – Discorrendo sobre direitos e deveres dos alunos



Figura 6 – Ressaltando os objetivos da organização da escola



ANEXO

ANEXO 1 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO
9ª GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO**

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA “GONÇALVES DIAS”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

FRAIBURGO/SC/MARÇO/2017

HISTÓRICO DA EEB “GONÇALVES DIAS”

O Colégio Estadual “Gonçalves Dias” funcionou até 1959 como Escola Isolada, pertencente ao município de Curitiba.

Nos anos de 1959 e 1960 funcionou como Escola Reunida Professora Edite Alano.

Em 1961 foi criado o Grupo Escolar Elpídio Barbosa, pelo Decreto 115 de 29/5/61.

No ato de 1964 passou a denominar-se Grupo Escolar “Gonçalves Dias”.

Em 1976 o Grupo Escolar “Gonçalves Dias” foi transformado em Escola Básica “Gonçalves Dias”, pelo Parecer nº 557/76 de 28/04/76, com a criação da 5ª série do 1º Grau e sucessivamente foram implantadas, nos anos seguintes as demais séries do Ensino Fundamental.

No ano de 1986 foi transformado em Colégio, pelo Parecer nº 372/86 de 24/11/86, com a habilitação de Técnico em Secretariado.

Em 29/12/87 foi também autorizado o funcionamento do curso Técnico em Administração. Estes cursos foram posteriormente Reconhecidos pela Portaria nº 0398/92, publicada no Diário Oficial de 29/10/92. Em 17/12/96, pelo Parecer nº. 353/96 foi criado o curso de Educação Geral, o qual foi reconhecido pelo Parecer nº. 342 – de 30/10/2001, passando este a ser o único curso de Ensino Médio oferecido por esta instituição de ensino.

Em 2006 foi autorizado o Funcionamento do Curso de Magistério, reconhecido pelo Parecer nº 316/97/CEE e Parecer nº 1223/2007 do Conselho Estadual de Educação/SC.

ENSINO MÉDIO INOVADOR

Em decorrência das diversas questões suscitadas pela realidade do Ensino no Brasil, em 2009, com o objetivo de provocar o debate sobre o Ensino Médio junto aos sistemas de Ensino Estadual e do Distrito Federal, o Ministério da Educação apresentou a sociedade brasileira o programa Ensino Médio Inovador. Este programa instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009, têm como intenção fomentar propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de

um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea. O mesmo foi implantado e passou a ser oferecido na EEB. Gonçalves Dias no ano de 2012.

Atualmente a EEB. “Gonçalves Dias” tem como Diretor Geral o Professor Adilson Dalagnol e como Assessores de Direção o Professor Marcos Antonio Campagnaro e professora Iluir Teresinha Pereira Correia.

Esta Unidade Escolar atende o Ensino Médio, contando com 20 turmas de Ensino Médio Regular, 04 turmas do Ensino Médio Inovador , 04 turmas de Ensino Médio Profissionalizante – Magistério, possuindo atualmente aproximadamente 870 alunos, distribuídos em três períodos , matutino , vespertino e noturno.

- Ensino Médio regular = 647 alunos em 20 turmas.
- Ensino Médio Inovador=109 alunos , 04 turmas.
- Ensino Médio Profissionalizante Magistério = 119 alunos , 04 turmas.
- SAEDE MISTO DA / DV / DM = 14 alunos

INCLUSÃO:

SAEDE MISTO - DA - DV - DM

Em 2012 a Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, recebeu a sala de SAEDE MISTO /DA /DV/ DM, a qual funcionava na Escola, Pe. Biagio Simonetti, municipalizada neste mesmo ano. Desde então, oferece atendimento especializado à alunos portadores de necessidades especiais, surdo, baixa visão e outros transtornos leves contando com professora especialista em libras na orientação.

REGIMENTO INTERNO

DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art.29º - A Escola de Educação Básica Gonçalves Dias será no que se refere a alunos, professores, pais, comunidade, regida conforme o que estabelece a legislação em vigor e o estabelecido no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

§1º - Ao aluno que cometer um ato indisciplinar, será aplicada uma medida

didático pedagógica de acordo com as medidas disciplinares da escola.

DA FUNÇÃO SOCIAL E PÚBLICA DE CADA INTEGRANTE DA COMUNIDADE ESCOLAR, ALUNOS, PAIS, PROFESSORES, ESPECIALISTAS, DIREÇÃO SECRETARIA, PESSOAL DE APOIO, CONSELHO DELIBERATIVO, APP E GRÊMIO ESTUDANTIL

Art. 30º - Considerando-se funções sociais e públicas de cada segmento educacional às prerrogativas de fazer uso de seus direitos e o cumprimento de seus deveres:

SEÇÃO I

DOS DIREITOS DO ALUNO

Art.31º - Constituem os direitos dos alunos:

- I - Igualdade de condição para acesso e permanência na escola;
- II - Ser respeitado em sua dignidade como pessoa, independentemente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia e nacionalidade;
- III- Requerer recurso de defesa sempre que, comprovadamente, julgar-se prejudicado;
 - IV - Aquisição do conhecimento prático necessário;
- III - Tomar conhecimento das disposições do regimento escolar e funcionamento da Unidade Escolar;
- IV - Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela Unidade Escolar;
- V - Organizar e participar de agremiações estudantis;
- VI - Recorrer dos resultados das avaliações de seu desempenho escolar, sempre que se sentir prejudicado, por meio de petições aos coordenadores ou equipe gestora, observando-se sempre o Regimento Escolar, no que diz respeito aos prazos;
- VII - Ter oportunidade para o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades;
- VIII - Ser assistido pelo professor, pelos coordenadores pedagógicos e pelos demais funcionários para o bom desempenho de sua formação integral;

- VIII - Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas neste regimento escolar;
- IX - Apresentar sugestões ou solicitações relativas ao desenvolvimento das atividades escolares;
- X - Assistir a aulas com utilização dos recursos materiais e tecnológicos que a Escola coloca a disposição do corpo docente para esses fins;
- XI - Assegurada a livre organização do Grêmio Estudantil, na forma da lei que representa os interesses dos alunos em função de seus pleitos, respeitada a legislação de ensino e as normas do presente regimento.
- XII - Tomar conhecimento de seu rendimento escolar e de sua frequência, através de boletim ou sistema aluno online.
- XIII - Contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- XIV - Solicitar revisão de provas, a partir da divulgação das notas;
- XV - O aluno tem direito a recurso até 48 horas após da divulgação dos resultados finais.
- XVI - Requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior de idade, ou através do pai ou responsável, quando menor;
- XVII - Apresentar sugestões relativas aos conteúdos programáticos desenvolvidos pelo professor, com o objetivo de aprimorar o processo ensino-aprendizagem;
- XVIII - Reivindicar o cumprimento da carga horária prevista na grade curricular;
- XIX - Discutir com a direção os problemas, as dificuldades pessoais, e os relacionados ao processo ensino-aprendizagem, propondo soluções;
- XX - Indicar representantes do corpo discente para compor o conselho de classe;
- XXI - O aluno que comprovadamente, através de declaração da empresa, necessitar chegar atrasado deverá apresentar carteira de identificação ao porteiro da escola e ao professor da sala, e terá ônus para o aluno, para confecção da mesma.

SEÇÃO II

DOS DEVERES OU ATRIBUIÇÕES DO ALUNO

Art. 32º - O corpo discente é constituído pelos estudantes regularmente matriculados na Instituição, de acordo com os dispositivos deste regimento e são

asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades. Por isso, constituirão deveres ou atribuições dos alunos:

- I - Cumprir as disposições desse PPP no que lhe couber;
- II - Atender às determinações dos diversos setores da Unidade Escolar;
- III - Comparecer pontualmente as aulas e demais atividades escolares;
- IV - Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela Unidade escolar;
- V - Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- VI - Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade;
- VII - Indenizar o prejuízo, quando produzir dano material a Unidade Escolar e a objetos de prioridade de colegas ou funcionários;
- VIII - Justificar a direção e ao professor, mediante atestado médico ou declaração dos pais ou responsáveis, a ausência a provas entregas de trabalhos na data prevista;
- IX - Usar uniforme escolar quando a Unidade Escolar assim o definir, em conformidade com a legislação vigente;
- X - O uso de uniforme está inserido nas normas da Unidade Escolar;
- XI – O aluno que por motivo de trabalho comprovado chegar com atraso, deverá apresentar no portão e ao professor comprovante da empresa.
- XII - Recomenda-se que o aluno ao chegar à Instituição não permaneça nas imediações sob a pena de ser advertido e comunicado o fato aos responsáveis;
- XIII - O educando que chegar atrasado obrigatoriamente terá que passar pela Secretaria e justificar o seu atraso. (exceto ônibus, declaração de trabalho ou acompanhado pelos pais ou responsáveis);
- XIV - O uso do celular é proibido, se for recolhido só será devolvido após 15 dias de retenção ou aos responsáveis. (manter desligado, alunos e professores). Obs: A Escola não se responsabiliza por danos ou roubo do bem especificado;
- XV - Não é permitido ao aluno trazer objetos alheios ao processo escolar (baralho, brinquedos, edredons, etc. máquina digital e notebook somente quando solicitado), sob pena de serem advertidos;
- XVI - É vedado promover dentro da Instituição qualquer tipo de campanha, venda ou rifa, ou ainda, realizar atividades culturais religiosas, sociais, recreativas ou políticas;
- XVII - Orienta-se que durante as aulas os alunos não se ocupem com atividades de

outras disciplinas; (salvo com a permissão do professor)

XXVIII - Só será permitido ao aluno menor de idade retirar-se da escola se os pais ou responsáveis vierem buscá-lo;

XIX - Não é permitido o uso de bonés, capuz em sala de aula e óculos escuros. Tocas, somente no inverno;

XX - Recomenda-se o uso do uniforme escolar (camiseta e ou moletom), o mesmo para as atividades de educação física. O aluno com trajes inadequados (Shorts, minissaia, blusa decotada), receberá advertência;

XXI - Proibido namorar na Escola, em caso de reincidência um dos pares deverá trocar de turno;

XXII - Uma vez dado sinal de entrada, os alunos deverão aguardar em sala;

XXIII - Ausentar-se da sala sem autorização prévia do professor, bem como entrar em sala após o início da aula sem justificativa por escrito;

XXIV - É permitida a permanência na Escola apenas de pessoas que fazem parte desta Comunidade Escolar e ou assuntos afins;

XXV - Saídas em atividades fora da unidade Escolar somente uso do com uniforme e conhecimento prévio da direção;

XXVI - Não é permitido aos alunos permanecerem em sala durante o recreio;

XXVII - Não é permitido usar as dependências da Instituição, fora de seu horário de aula, sem a prévia autorização da direção;

XXVIII - Não é permitida a entrada e ou permanência de alunos na sala dos professores;

XXIX - É vedado o uso de meios fraudulentos para realizações de avaliações e trabalhos;

XXX - Serão aplicadas sanções punitivas nos casos de agressão física, verbal e/ ou moral, contra colegas, professores, funcionários e demais pessoas que façam parte da comunidade escolar;

XXXI - Devolver em tempo hábil, os livros que retirar da biblioteca. Em caso de perda, os mesmos deverão ser ressarcidos;

XXXII - Expressamente proibido portar qualquer tipo de arma ou objeto que possa causar danos físicos às pessoas;

XXXIII - É obrigação do aluno, providenciar os documentos exigidos pela Escola (histórico escolar, atestados, documentos pessoais, etc.).

XXXIV- Trazer diariamente todos os materiais necessários às aulas, bem como,

participar de todas as atividades propostas pelos professores. O não cumprimento do exposto acima acarretará em encaminhamento para orientação pedagógica;

XXXV - O aluno deverá procurar o professor sempre que não comparecer a aula no dia anterior, para pedir trabalhos e ter direito as avaliações.

XXXVI - Proibido portar, oferecer, vender ou utilizar substâncias entorpecente ou que determine a dependência física ou psíquica, de acordo com a legislação específica, ou, ainda, fazer apologia ao uso dessas substâncias nas dependências da Instituição;

XXXVII - Não é permitido qualquer tipo de trote (ovo, farinha, etc). Suspensão.

XXXVIII - Respeitar a faixa de pedestre e aguardar o transporte na calçada.

XXXIX - O boicote e o ato de gazar aulas acarretaram em suspensão automática no dia subsequente, bem como, Eventos Culturais e Esportivos são de participação obrigatória, passíveis de avaliação;

As atitudes indisciplinadas em sala de aula ou as dependências da Escola serão comunicados aos pais através de uma notificação por escrito ou via telefone, dependendo da gravidade da situação os mesmos serão convocados a comparecer na instituição.

- Essas normas se aplicam a todos os alunos da unidade escolar. (Ensino Médio Inovador, Ensino Médio regular e Curso Técnico Magistério)

- O aluno que não respeitar as normas aqui expostas será encaminhado a Direção que tomara as medidas necessárias de acordo com o P.P.P desta Unidade Escolar.

Art. 33º - Pela inobservância dos deveres previsto nesse Regimento Escolar e, conforme a gravidade ou reiterações das faltas e infrações, serão aplicadas aos alunos, as seguintes medidas disciplinares:

DO REGIME DISCIPLINAR

Pela transgressão das normas do presente regimento, o estudante é passível das seguintes medidas, ressalvando-se o pleno direito de defesa, proporcionalmente à gravidade da conduta e não necessariamente na ordem descrita abaixo:

I - Advertência Verbal;

II- Advertência Escrita;

III- Convocação dos pais ou responsáveis; por comunicação escrita.

III- Suspensão das aulas, de acordo com as circunstâncias do caso;

IV- Transferência compulsória para outro estabelecimento de Ensino, deliberada pela direção em conjunto com a equipe técnica pedagógica, podendo pedir interferência do Conselho Deliberativo da escola, no julgamento de casos considerados graves.

Art. 34º - A aplicação de medida verbal será executada pelo professor de sala, especialista ou pela direção.

Art.35º - As medidas de advertência escrita ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicadas especialista e direção nos casos de reincidência em falta prevista no artigo anterior e de acordo com a gravidade da infração.

Art.36º - A medida de suspensão de três dias de aulas normais será aplicada pela direção.

Art. 37º - Esgotadas as medidas anteriores, a direção (especialistas e Conselho Deliberativo) fará os devidos encaminhamentos ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e pela hierarquia, aos demais órgãos competentes, sugerindo-se também, a transferência para outra Unidade Escolar.

Art. 38º - As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar.

SEÇÃO III

DAS OBRIGAÇÕES DOS PAIS

Art. 39º - Constituirão obrigações dos pais:

I - Matricular seus filhos em instituições de ensino público e gratuito;

II - Garantia de uma educação de qualidade para seus filhos;

III - Participar e acompanhar o desempenho de seus filhos durante o desenvolvimento das atividades letivas;

IV - Receber a cada bimestre o registro do rendimento escolar de seus filhos;

V - Participar de reuniões e/ou outros eventos promovidos pela escola, que envolvam a questão pedagógica, no que se refere ao aspecto ensino-aprendizagem de seus filhos;

VI - Tomar conhecimento do Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem

como participar de sua elaboração através de seus representantes legais no Conselho Deliberativo;

VII - Fazer zelar pelo cumprimento do calendário escolar e das horas, aula expressa na grade curricular;

VIII - Tomar conhecimento do plano de curso para a sua série e para o ano letivo;

IX - Tomar conhecimento das formas de avaliação utilizadas pela escola;

Art. 40º - Constituirão deveres dos pais:

I - Efetuar matrícula anual de seus filhos em estabelecimento de ensino;

II - Promover o material necessário a seu filho para o desenvolvimento de atividades letivas;

III - Acompanhar as atividades escolares de seu filho no que se refere a trabalhos e tarefas a serem realizadas em casa, processo de recuperação de estudos quando do acompanhamento insuficiente, cobrança das normas de conduta dentro da Unidade Escolar;

IV - Manter diálogo semanal com seu filho a respeito de seu desempenho escolar;

V - Olhar diariamente o caderno de atividades escolares e assiná-los;

VI - Visitar a sala de aula pelo menos uma vez por mês para acompanhar “in loco” o desempenho de seu filho. (Quando solicitado);

VII - Proceder aos encaminhamentos clínicos e de saúde quando detectado que o aluno apresenta algum tipo de problema;

VIII - Estabelecer em casa um horário para estudo e leitura, com acompanhamento dos pais;

IX - Atender com rigor as companhias ou amizades dentro e fora da escola;

X – Vir à escola para ver o desempenho dos filhos, sem ser chamado pelos professores ou Direção.

SEÇÃO IV

DOS DIREITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES

DOS DIREITOS:

Art.41º - Constituirão direitos dos professores:

I - Todos aqueles que estão expressos na lei nº 6.844 de 29 de julho de 1986 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de Santa Catarina:

II - Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano Político Pedagógico;

III - Ser tratado com respeito e urbanidade por alunos, colegas, direção e funcionários da Unidade Escolar;

IV - Atribuir as avaliações aos alunos de acordo com as normas fixadas pela legislação e pelo Plano Político Pedagógico;

V - Participar das discussões e reflexões sobre o processo pedagógico da Unidade Escolar;

VI - Participar de Encontros de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

DAS ATRIBUIÇÕES OU DEVERES DOS PROFESSORES:

Art. 42º - Constituirão atribuição dos professores:

I - Ministras aulas e orientar a aprendizagem do aluno;

II - Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

III - Avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar;

IV - Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino;

V - Participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras;

VI - Preencher devidamente os dados em sistemas informatizados a fim de manter informados os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, assim como a execução da atividade docente;

VII - Promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;

VIII - Seguir as diretrizes do ensino emanadas do órgão superior competente;

IX - Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades;

X - Assumir a docência, quando do impedimento eventual do professor responsável pela turma e/ou disciplina, independentemente da etapa ou da modalidade;

XI - Elaborar e implementar projetos especiais relacionados às disciplinas, aos Temas Transversais/Multidisciplinares e ao Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;

XII - Elaborar seu planejamento bimestral/semestral/anual dos temas a serem trabalhados com os estudantes, em conjunto com a equipe pedagógica da escola;

XIII - Participar do planejamento curricular com todos os professores da unidade escolar;

XIX - Participar na elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área educacional;

XX - Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL PELA SALA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Art. 43º - Constituirão atribuições do responsável pela sala informatizada:

I – Manter a Sala de Tecnologias Educacionais aberta e em funcionamento durante todo o seu horário de trabalho compatível com o funcionamento da Escola, atendendo prioritariamente:

- a) turmas regulares de alunos com professores;
- b) cursos de capacitação promovidos ou autorizados pela SED, GERED ou NTE;
- c) alunos, professores, servidores individualmente;
- d) pessoas da comunidade, quando regulamentado pela escola aberta ou outro programa;

II – Seguir as orientações da SED e NTE estando sempre presente nas Sala de Tecnologias Educacionais para acompanhar, orientar e auxiliar os trabalhos dos:

- a) professores em aula com turmas de alunos;
- b) alunos individualmente no contra turno;
- c) professores durante a hora atividade;
- d) outras atividades na Sala de Tecnologias Educacionais;

III – Zelar e controlar o patrimônio da Sala de Tecnologias Educacionais, registrando a utilização e problemas em cada horário no Sistema DIOC/GETEI;

IV – Executar pequenos reparos e configurações, orientadas pelo NTE, realizar a supervisão e a fiscalização dos equipamentos para prestar a necessária orientação técnica e providenciar a correção de falhas administrativas e de equipamentos em conjunto com o NTE, sob pena de responsabilidade;

V – Participar das capacitações propostas pela SED e NTE, estimular a participação dos professores e servidores da escola. Além de manter-se atualizado com leituras, realização de outros cursos pertinentes as suas à área de atuação.

VI – Articular junto a direção a organização seminários ou mini-cursos para professores, servidores e alunos visando a socialização das experiências e a difusão da cultura tecnológica, sem prejuízo do andamento das aulas, em especial na hora atividade dos professores;

VII – Propor alternativas de melhora, supervisão ou correção de eventuais desajustes detectados na Sala de Tecnologias Educacionais, juntamente a direção da escola e do NTE.

SEÇÃO VI

DOS DIREITOS DOS ASSISTENTES DE EDUCAÇÃO

Art.44º - A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência da unidade escolar.

Art.45º - São direitos dos Assistentes de Educação, todos aqueles constantes no Estatuto do Magistério Público Estadual – Lei nº 844/86 e Lei Complementar nº 287/2005;

Art.46º - Constituirão direitos do(a) Assistente de Educação(a):

- I - Todos os emanados do Estatuto do Magistério Público Estadual além de outros;
- II - Ter respeitado a sua privacidade quanto ao seu ambiente de trabalho;
- III - Direito de ter resguardado o sigilo quanto a informações confidenciais;
- IV - Ter sob a sua responsabilidade a distribuição de tarefas e afazeres de seus auxiliares diretos.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO:

Art.47º Constituirão atribuições ou deveres do Assistente de Educação, as seguintes descrições de acordo com a Lei Complementar nº 668 de 28 de dezembro de 2015.

Art.48º - A escala de trabalho dos funcionários será estabelecida de forma que

o expediente da Assistente de Educação conte sempre com a presença de um responsável, independentemente da duração do ano letivo, em turnos de funcionamento da Unidade Escolar.

SEÇÃO VII

DOS DIREITOS E ATRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA ORIENTADOR EDUCACIONAL

Art. 49º - Constituirão direitos do Orientador Educacional:

- I - São direitos dos especialistas, todos aqueles constantes no Estatuto do Magistério Público Estadual – Lei nº 6844/86;
- II - Direito de um local privativo específico a execução de sua atividade;

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA – ORIENTADOR EDUCACIONAL:

Art.50º - Constituirão deveres ou atribuições do especialista orientador educacional, de acordo com a Lei Complementar nº 668, de 28/12/2015.

- I - Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;
- II - Promover a articulação entre a escola, família e comunidade;
- III - Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
- IV - Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;
- V - Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- VI - Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- VII - Promover a participação dos pais e alunos na construção do projeto político-pedagógico da escola;
- VIII - Contribuir para que aconteça a articulação teórica e prática;
- IX - Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao planejamento;
- X - Garantir a participação dos pais e alunos no Conselho de Classe;

- XI - Coordenar juntamente com o Supervisor Escolar, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
- XII - Contribuir para que a organização das turmas e do horário escolar considere as condições materiais de vida dos alunos (compatibilizar trabalho-estudo);
- XIII - Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão das classes trabalhadoras;
- XIV - Participar da elaboração do Regimento Escolar;
- XV - Promover a articulação trabalho-escola;
- XVI - Discutir alternativas de distribuição da merenda de forma a atender as reais necessidades dos alunos;
- XVII - Garantir que o trabalho seja o princípio educativo da escola;
- XVIII - Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola, com base na reflexão coletiva de valores (liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social);
- XIX - Acompanhar e avaliar o estágio em orientação escolar;

SEÇÃO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Art. 51º - Constituirão direitos e atribuições do especialista, Assistente Técnico Pedagógico, de acordo com a Lei Complementar nº 668 , de 28 de dezembro de 2015.

DOS DIREITOS DO ESPECIALISTA: ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO:

I - São direitos dos especialistas, todos aqueles constantes no Estatuto do Magistério Público Estadual – Lei nº 6.844/86;

DAS ATRIBUIÇÕES OU DEVERES DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO:

- I - Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
- II - Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- III - Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;

- IV - Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- V - Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- VI - Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- VII - Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- VIII - Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;
- IX - Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
- X - Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- XI - Participar do planejamento curricular;

- XII - Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
- XIII - Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
- XIV - Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
- XV - Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- XVI - Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;
- XVII - Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
- XIX - Administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;
- XX - Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares;
- XXI - Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

SEÇÃO IX

DAS OBRIGAÇÕES DA DIREÇÃO DA ESCOLA

Art.52º - A direção é o órgão que gerencia o funcionamento dos serviços escolares, no sentido de:

- I - Garantir o alcance dos objetivos educacionais da Unidade Escolar, definidos no seu Projeto Político Pedagógico;

Parágrafo Único – A direção mencionada no capítulo deste artigo é composta pelo

diretor(es) e pelos seus assessores diretos designados, em ato próprio pelo Secretário de Estado da Educação e do Desporto.

Art.53º - Constituição direitos da direção escolar;

I - Todos os emanados do Estatuto do Magistério Público Estadual de Santa Catarina;

II - Ser tratado com urbanidade e respeito por professores, funcionários e comunidade escolar;

III - Direito a um local privativo específico à execução de sua atividade;

IV - Convocar reuniões dos diversos segmentos afetos a si.

Art.54º - Constituição deveres da direção:

I - Convocar os representantes das entidades escolares como: APP, Grêmio Estudantil, Conselho Deliberativo para a elaboração e execução do Plano Político Pedagógico;

II - Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar;

III - Encaminhar o Conselho Deliberativo para a sua apreciação e aprovação e posteriormente à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, o Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar;

IV - Acompanhar o plano de aplicação financeira a respectiva prestação de contas;

V - Coordenar o processo de implementação das Diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto;

VI - Estudar e propor alternativas de solução, ouvidas quando necessário, as entidades escolares, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;

VII - Participar do Conselho de Classe;

VIII - Propor os serviços Técnicos – Pedagógicos e Técnico-administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao Planejamento Anual da Unidade Escolar;

IX - Coordenar a elaboração do calendário escolar e garantir o seu cumprimento;

X - Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando os órgãos da administração estadual de ensino e as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras;

- XI - Supervisionar a cantina, onde está tiver autorização de funcionamento respeitada a lei vigente;
- XII - Coordenar as solenidades e festas de formatura;
- XIII - Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a legislação em vigor;
- XIV - Promover a articulação entre escola, família e comunidade;
- XV - Comunicar ao conselho tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos;
- XVI - Convocar reuniões de estudo, pedagógicas, conselhos de classe e outras, de acordo com a necessidade;
- XVII - Supervisionar e encaminhar as deliberações ao setor da merenda escolar, bem como proceder a sua avaliação;
- XVIII - Distribuir e supervisionar as tarefas do setor de serviços gerais, procedendo a uma avaliação permanente.

DAS OBRIGAÇÕES DO ASSESSOR DA ESCOLA

- I – Controlar e organizar o horário escolar:
 - Controle do ponto;
 - Controle de entrada tardia e saída antecipada do professor e do aluno;
 - Controle dos atestados e faltas.
- II – Atender alunos no início das aulas, nos intervalos e inclusive na ausência de professores, quando a U.E. não puder admitir o ACT (atestado médico e outros);
- III – Acompanhar e orientar os programas desenvolvidos pela U.E. referente às questões curriculares;
- IV – Garantir o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas, horas–aula e horas-atividades estabelecidos;
- V – Elaborar e controlar o cumprimento do horário das aulas, sempre priorizando o bem-estar dos alunos;
- VI – Acompanhar e orientar o professor quanto ao seu planejamento (plano de aula);
- VII – Elaborar material pedagógico (com diversos assuntos) para trabalhar com os alunos quando da falta de professor;
- VIII – Organizar e presidir os conselhos de classe;
- IX – Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas;
- X – Organizar e participar juntamente com o Diretor da escola das reuniões de pais;

- XI – Promover grupos de trabalho e estudo encarregados de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;
- XII – organizar as atividades escolares em cumprimento à legislação vigente;
- XIII – Promover e articular processos de integração da escola com a comunidade;
- XIV – Acompanhar e articular ao currículo as ações pedagógicas desenvolvidas nas atividades extracurriculares e de convênios, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- XV – Manter e promover o relacionamento cooperativo de trabalho com colegas e alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XVI – Coordenar e elaborar, em conjunto com a equipe pedagógica, as ações a serem realizadas na Biblioteca e nos Laboratórios;
- XVII – Realizar estudo com a comunidade escolar objetivando comparar os indicadores da sua escola com as referências em âmbito nacional (IDEB);
- XVIII – Identificar as limitações e as dificuldades de seus profissionais e buscar ajuda para que possam atuar de forma eficaz;
- XIX – Cumprir as orientações da SED em seus aspectos pedagógicos e administrativos;
- XX – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e APP, dando encaminhamentos às decisões tomadas coletivamente;
- XXI – Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- XXII – Responsabilizar-se pela coordenação dos registros escolares dos estudantes e funcionários da Unidade Escolar;
- XXIII – Elaborar juntamente com a equipe pedagógica, o calendário escolar, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado e Educação, submetê-lo à apreciação do Conselho Deliberativo e encaminhá-lo à Gered para homologação.